



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**FABIANA DE JESUS CERQUEIRA**

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOB A  
PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO NAS  
BIBLIOTECAS DA UFRB**

Salvador  
2019.1

FABIANA DE JESUS CERQUEIRA

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOB A  
PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO NAS  
BIBLIOTECAS DA UFRB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação - PPGCI, Instituto de Ciência da  
Informação, da Universidade Federal da Bahia como requisito  
para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Informação e Conhecimento na Sociedade  
Contemporânea.

**Linha de Pesquisa:** Políticas e Tecnologias da Informação.

**Orientador:** Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Salvador

2019.1

C416

Cerqueira, Fabiana de Jesus

A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB / Fabiana de Jesus Cerqueira. – Salvador, 2019.

185 f.: il. + anexos

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2019.

1. Inclusão 2. Ciência da Informação 3. Biblioteca Universitária I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. II. Título.

CDU 376.2

FABIANA DE JESUS CERQUEIRA

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOB A  
PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO NAS  
BIBLIOTECAS DA UFRB**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/ UFBA), 08 de maio de 2019, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**Banca Examinadora**

---

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva - Orientador  
Pós-doutorado, pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia  
(IBICT)  
Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

Susana Couto Pimentel - Membro externo titular  
Doutora em Educação pela Universidade  
Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Federal do Recôncavo da  
Bahia (UFRB)

---

Bárbara Coelho Neves- Membro interno titular  
Doutora em Educação pela Universidade  
Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

Irenilson de Jesus Barbosa- Membro externo suplente  
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

---

José Cláudio Alves de Oliveira - Membro  
interno suplente  
Doutor em Comunicação e Cultura  
Contemporânea pela Universidade  
Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Dedico este trabalho à minha família*

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Jeová Deus que propiciou a vida e esta oportunidade ímpar.

Agradeço a meu amado esposo, meus pais, a família e aos amigos queridos.

Ao meu brilhante orientador.

Ao Programa de Pós graduação do Instituto de Ciencia da Informação.

Aos membros do Grupo de estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI).

À UFRB, em especial minhas chefas.

A todos os respondentes da pesquisa: bibliotecários, funcionários das bibliotecas e estudantes da UFRB.

A todos que viabilizaram a pesquisa.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo” Albert Einstein

## RESUMO

Em razão da crescente demanda de estudantes na condição de deficiência visual, que refere-se a pessoas com baixa visão ou cega, exige-se uma postura ativa da biblioteca universitária (BU) na promoção da inclusão, ao nível de planejamento adequado que integra a oferta de recursos e materiais acessíveis para recebê-los. Tendo em vista tal conjuntura, o objetivo geral da pesquisa pautou-se em se conhecer as condições de inclusão para pessoas com deficiência visual nas bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), investigando a efetividade, ou seja, o efeito concreto da produção da área da Ciência da Informação (CI) para a inclusão desses indivíduos. A proposta da CI é investigar as propriedades e os fluxos da informação e também estocar, recuperar e coletar informação, e tem o compromisso de beneficiar os indivíduos, de modo a conferir-lhes acesso à informação independentemente das limitações. Dessa maneira, é apropriado abordar a inclusão no âmbito da CI, posto que o objeto de estudo desta ciência, a informação, precisa ser acessível a todos, inclusive à pessoa com deficiência visual (PDV). Referente aos objetivos específicos desta pesquisa, incluíram: a) identificar a produção da CI na temática da inclusão da pessoa com deficiência visual; b) analisar a efetividade da produção da CI para a inclusão da pessoa com deficiência visual nas bibliotecas da UFRB; c) investigar como as bibliotecas da UFRB têm acompanhado os marcos legais existentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual; d) mapear os recursos de tecnologia assistiva (TA) utilizados nas bibliotecas da UFRB; e e) apontar a percepção do estudante com deficiência visual sobre a inclusão nas bibliotecas da UFRB. Para uma discussão precisa sobre a temática, percebeu-se a necessidade de abordar a terminologia adequada para se reportar à PDV, e o caminho percorrido para se alcançar a inclusão, repertório oriundo da educação inclusiva, aquela que defende a educação como direito de todos. Quanto à sua natureza, a pesquisa é do tipo descritiva, qualitativa e quantitativa, e utilizou-se como método de abordagem a dialética materialista, e assim a contextualização da problemática foi realizada através da história, o que possibilitou a compreensão clara do fenômeno estudado e a visão de conjunto, aspectos norteadores desta abordagem. Em decorrência de as bibliotecas da UFRB serem o universo da pesquisa, coletou-se dados por meio de roteiros distintos de entrevistas, com o gestor das bibliotecas, o gestor do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) da UFRB e com os estudantes na condição de deficiência visual; e por questionários distintos, com os funcionários do atendimento e com os bibliotecários. Na pesquisa constatou-se que a produção da CI na temática da inclusão é substancial, ainda que existam fragilidades no tocante a terminologia inadequada. Nas bibliotecas da UFRB, percebe-se o impacto dessa produção, uma vez que já se utilizam recursos de TA, como scanner de voz e lupa eletrônica e que os bibliotecários e gestores acompanham os aspectos legais sobre a inclusão. Porém, o cenário ainda não é essencialmente inclusivo, ainda é preciso que se intensifiquem os esforços para acolher a diversidade através de práticas inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão; Ciência da Informação; Biblioteca Universitária.



## ABSTRACT

Due to the increasing demand of students in the condition of visual impairment, which refers to people with low vision or blind, it is required an active posture of the university library (UL) in the promotion of inclusion, at the appropriate planning level that integrates the supply of resources and accessible materials to receive them. In view of this situation, the general objective of the research was to know the conditions of inclusion for people with visual impairment in the libraries of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), investigating the effectiveness, that is, the concrete effect of the production of the area of Information Science (IS) for the inclusion of these individuals. The IS's proposal is to investigate the properties and flows of information and also to stockpile, retrieve and collect information, and is committed to the benefit of individuals in order to give them access to information regardless of limitations. In this way, it is appropriate to approach inclusion in the scope of IS, since the object of study of this science, information, needs to be accessible to all, including the person with visual impairment (PVI). Regarding the specific objectives of this research, they included: a) to identify the production of IQ in the theme of inclusion of the visually impaired person; b) analyze the effectiveness of IC production for the inclusion of the visually impaired person in UFRB libraries; c) to investigate how UFRB libraries have followed the existing legal frameworks on the inclusion of the visually impaired person; d) map assistive technology (TA) resources used in UFRB libraries; and e) to point out the perception of the visually impaired student about the inclusion in the UFRB libraries. For a precise discussion about the theme, it was necessary to address the appropriate terminology to refer to the POS, and the path taken to reach inclusion, a repertoire from inclusive education, that which defends education as the right of all. As to its nature, the research is descriptive, qualitative and quantitative, and the materialistic dialectic was used as a method of approach, and so the contextualization of the problematic was carried out through history, which made possible the clear understanding of the phenomenon studied and the overall view, guiding aspects of this approach. As a result of the UFRB libraries being the research universe, data were collected through different interview scripts, with the library manager, the Manager of the Nucleus of Inclusion Policies (NUPI) of UFRB and with the students in the condition of visual impairment; and by separate questionnaires, with the attendance staff and with the librarians. In the research it was verified that the production of IS in the theme of inclusion has impacted on UFRB libraries, since TA resources are already used and that librarians and managers have some follow-up of the legal aspects on inclusion. However, the scenario is not yet essentially inclusive, efforts to embrace diversity through inclusive practices still need to be intensified.

Keywords: Inclusion; Information Science; University Library.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A trajetória das pessoas com deficiência no cenário educacional	35
Figura 2	A inclusão	36
Figura 3	Ranking dos termos das buscas BRAPCI	63
Figura 4	Resultado das buscas por ano da publicação BRAPCI	65
Figura 5	Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência investigada – Brasil, 2010	74
Figura 6	Percentual da população por tipo de deficiência severa investigada, segundo as Grandes Regiões – 2010	75
Figura 7	Bengala dobrável	77
Figura 8	Lupa eletrônica	77
Figura 9	Lupa circular	77
Figura 10	Lupa horizontal	77
Figura 11	Assinador	78
Figura 12	Reglete e punção	78
Figura 13	Total de matrículas por tipo de deficiência no Brasil	80
Figura 14	Total de matrículas por tipo de deficiência na Bahia	81
Figura 15	Total de Matrículas (Matriculados, Matrícula Trancada, Matrícula Desvinculada do Curso, Transferência para outro Curso, Falecido) nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância no Brasil em 2015	81
Figura 16	Total de Matrículas (Matriculados, Matrícula Trancada, Matrícula Desvinculada do Curso, Transferência para outro Curso, Falecido) nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância na Bahia em 2015	82
Figura 17	Impressora Braille, Scanner com voz/OCR e Linha Braille	86
Figura 18	Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual	97
Figura 19	Possibilidades que dispensam a instalação de sinalização tátil e visual de alerta	98
Figura 20	Estantes em bibliotecas – Exemplo – Vista frontal	99
Figura 21	Piso tátil e rampa CFP	130
Figura 22	Piso tátil BCA	130
Figura 23	Rampa CSC	132
Figura 24	Rampa BCA	132
Figura 25	Rampa CECULT	132
Figura 26	Rampa CETENS	132
Figura 27	Rampa CAHL	132

Figura 28	Espaço de leitura CSC	133
Figura 29	Espaço de leitura CFP	133
Figura 30	Espaço de leitura BCA	133
Figura 31	Escada BCA	134
Figura 32	Escada CAHL	134
Figura 33	Estantes BCA	134
Figura 34	Estantes CECULT	134
Figura 35	Estantes CAHL	135
Figura 36	A tecnologia assistiva (TA) refere-se a recursos que facilitam o desempenho das atividades das pessoas com deficiência, e que proporcionam autonomia e interação com o mundo ao seu redor. Incluem desde um simples ampliador de tela, até sofisticados programas de computador. Como considera os recursos de TA disponíveis na biblioteca em que trabalha?	137
Figura 37	Como considera o treinamento recebido da instituição para utilizar os recursos disponíveis de tecnologia assistiva?	138
Figura 38	Como considera o material bibliográfico acessível (ex. materiais sonoros) que disponibiliza para estudantes com deficiência visual na biblioteca em que trabalha?	139
Figura 39	Na sua percepção, como considera o planejamento da biblioteca para receber usuários na condição de deficiência visual?	141
Figura 40	Como considera os documentos que gerenciam a biblioteca, como o regimento e o regulamento do SIB-UFRB, no tocante à inclusão da pessoa com deficiência visual?	141
Figura 41	Letreiro CSC	146
Figura 42	Letreiro braille CETENS	146
Figura 43	Letreiro BCA	146
Figura 44	Mural CFP	147
Figura 45	Mural CETENS	147
Figura 46	Letreiro CECULT	147
Figura 47	Comunicação CSC	147
Figura 48	Comunicação BCA	147
Figura 49	Monitor CFP	148
Figura 50	Estantes CFP	148
Figura 51	Como considera o conhecimento que possui referente às leis e normas sobre inclusão e acessibilidade para Pessoa com Deficiência Visual?	149
Figura 52	No atendimento a estudantes com deficiência visual como você se sente?	150

- Figura 53 Como considera a capacitação recebida para atender estudantes com deficiência visual? 151
- Figura 54 Como considera o atendimento que presta a estudantes com deficiência visual? 151
- Figura 55 Assinale a opção que considera apropriada no atendimento ao estudante com deficiência visual que tenha um acompanhante para auxiliá-lo. 152
- Figura 56 Algumas pessoas confundem deficiência visual com auditiva, por isso aumentam o tom de voz ao dirigir-se a elas, isso já aconteceu com você no balcão de atendimento? 153

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	As diferenças entre inclusão e integração	30
Quadro 2	Termo inclusão BRAPCI	54
Quadro 3	Termo deficiência visual BRAPCI	55
Quadro 4	Termo tecnologia assistiva BRAPCI	58
Quadro 5	Termo acessibilidade BRAPCI	59
Quadro 6	Cursos oferecidos por centro de ensino	111
Quadro 7	Instrumentos de coleta de dados correlacionados aos objetivos específicos	124
Quadro 8	Plano de Análise	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ranking do periódico/evento por termo nas buscas BRAPCI	64
Tabela 2	Termos por ano BRAPCI	65
Tabela 3	Termos por ano CIFORM	67
Tabela 4	Total de acervo por biblioteca	110
Tabela 5	Usuários inscritos por biblioteca	111

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADA	American with Disabilities Act
APIT	Associação Promotora de Instrução e Trabalho para os Cegos
BCA	Biblioteca de Cruz das Almas
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BU	Biblioteca universitária
CAHL	Centro de Artes Humanidade e Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CCAB	Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas
CCS	Centro de Ciência da Saúde
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
CINFORM	Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
CECULT	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CETEC	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFP	Centro de Formação de Professores
CVI	Centro de Vida Independente
CRIDI	Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais
DAYSE	Digital Accessible Information System
EMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPUB	Electronic Publication
EPUSP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
EUSTAT	Empowering Users Through Assistive Technology

E3PI	Grupo de Pesquisa Educação, Pesquisa e Perfil Profissional em Informação (E3PI)
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GEEDI	Grupo de Estudos sobre Educação, Diversidade e Inclusão
G-TERF	Grupo de Tecnologia, Engenharia, Robótica e Física
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICI	Instituto de Ciência da Informação
ICIDH	Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
NUPI	Núcleo de Políticas de Inclusão
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDV	Pessoa com deficiência visual
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
RBBD	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SIB	Sistema de Bibliotecas
SMG	Survey Monkey Gold
TA	Tecnologia assistiva
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Pública de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UPIAS	Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação





## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	20
<b>2</b>	<b>A INCLUSÃO E CONCEITOS FUNDANTES</b>	23
2.1	A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO INCLUSIVO	23
2.2	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	32
2.3	A ACESSIBILIDADE	36
2.4	A CONCEPÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	38
2.5	TERMINOLOGIA ADEQUADA	42
<b>3</b>	<b>A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL</b>	45
3.1	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PARADIGMA SOCIAL	45
3.1.1	<b>A Ciência da Informação versus Biblioteconomia</b>	48
3.2	A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ÁREA DA INCLUSÃO	52
<b>4</b>	<b>A TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO POTENCIALIZADORA DA INCLUSÃO</b>	68
4.1	A TRAJETÓRIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	68
4.2	A TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	73
4.3	A TECNOLOGIA ASSISTIVA APLICADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	80
<b>5</b>	<b>A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL</b>	88
5.1	A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO	88
5.2	ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA INCLUSÃO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	95
5.3	BREVE HISTÓRICO DE INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS	100
5.3.1	<b>Acervo acessível em biblioteca universitária</b>	104
5.4	OS BIBLIOTECÁRIOS E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO	106
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	109
6.1	UNIVERSO DE PESQUISA	109
6.2	TIPO DE PESQUISA	112
6.3	ABORDAGEM	114
6.4	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	120

6.5	PROCEDIMENTOS	124
6.6	PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS	126
<b>7</b>	<b>APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS</b>	<b>128</b>
7.1	A COLETA DE DADOS	128
7.2	ARQUITETÔNICA	129
7.3	INSTRUMENTAL	136
7.4	PROGRAMÁTICA	140
7.5	COMUNICACIONAL	144
7.6	ATITUDINAL	149
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>157</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>160</b>
	APÊNDICE 1- Roteiro de entrevista com estudantes	173
	APÊNDICE 2- Roteiro de entrevista com gestor SIB-UFRB	175
	APÊNDICE 3- Roteiro de entrevista gestor do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI)	177
	APÊNDICE 4- Questionário bibliotecários	179
	APÊNDICE 5- Questionário funcionários do atendimento da biblioteca	182
	APÊNDICE 6- Indicadores de acessibilidade arquitetônica	184

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história constituiu-se regra a prática de excluir os considerados diferentes. As pessoas com deficiência eram referidas como vítimas de uma tragédia pessoal e cada uma vivenciava de forma particular as consequências de uma história de discriminação e preconceito. Com o tempo, a mentalidade em relação à deficiência sofreu alterações de maneira positiva. Assim, na atualidade discute-se a inclusão e o respeito à diversidade ganha relevância.

O movimento pela inclusão constitui-se uma reparação histórica, pela qual se passou a encarar as pessoas com deficiência como cidadãos capazes e críticos, com direitos e deveres sociais. Convém destacar que, por essa perspectiva, não se desconhecem as limitações impostas pela condição de deficiência, entretanto, a essas se agregam as potencialidades.

Em consonância com o paradigma inclusivo, esta pesquisa tem como título “A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da informação: um estudo nas bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)”, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha de pesquisa 1: Políticas e Tecnologias da Informação.

A razão essencial para a proposição dessa temática é o interesse da pesquisadora pelas questões referentes à pessoa com deficiência. A participação no grupo de pesquisa “Educação, Sociedade e Diversidade”, na agenda Bibliotecas Acessíveis, do qual participou como membro nos anos 2013 a 2015, na UFRB, ressaltou a importância do tema e permitiu compreender que as bibliotecas, locais entre os mais visitados pelos alunos nas universidades, precisam assegurar a inclusão à medida que disponibilizam a informação ao usuário que dessa necessita.

A pesquisa se justifica pela crescente demanda de estudantes na condição de deficiência visual no ensino superior, os quais, conseqüentemente, necessitam de planejamento por parte da universidade e, por extensão, das bibliotecas. Discutir inclusão no âmbito da UFRB, criada no processo de democratização e interiorização da educação superior, torna necessária esta proposta. Acrescente-se que as condições de acesso e de permanência para as pessoas com deficiência visual (PDV) ainda são pouco observadas de forma geral.

Consoante essas considerações, buscou-se investigar o seguinte problema de pesquisa no âmbito da Ciência da Informação (CI), cujo ambiente de pesquisa foi delimitado à UFRB, para efeitos de observação direta e indireta: quais as condições existentes nas bibliotecas da UFRB e qual a efetividade da produção da CI para promover a inclusão da pessoa com deficiência visual?

O objetivo geral da pesquisa pautou-se em se conhecer as condições de inclusão para pessoas com deficiência visual nas bibliotecas da UFRB e investigar a efetividade, ou seja, o efeito concreto da produção da área da CI para a inclusão desses indivíduos. Os objetivos específicos: a) identificar a produção da CI na temática da inclusão da pessoa com deficiência visual; b) analisar a efetividade da produção da CI para a inclusão da pessoa com deficiência visual nas bibliotecas da UFRB; c) investigar como as bibliotecas da UFRB têm acompanhado os marcos legais existentes sobre a inclusão da PDV ; d) mapear os recursos de tecnologia assistiva (TA) utilizados nas bibliotecas da UFRB; e e) apontar a percepção do estudante com deficiência visual sobre a inclusão nas bibliotecas da UFRB.

A proposta da CI é investigar as propriedades e os fluxos da informação, além de estocar, recuperar e coletar informação, por ter o dever de beneficiar os indivíduos de modo a conferir-lhes acesso à informação independentemente das suas limitações. Nesse panorama discute-se a inclusão da PDV no âmbito da CI, uma vez que a informação, objeto de estudo dessa ciência, precisa ser acessível a todos, inclusive a pessoas com deficiência visual.

No âmbito da biblioteca universitária (BU), os esforços precisam ser intensificados de maneira a possibilitar a todos possuírem o acesso à informação e, assim, potencializarem a geração de conhecimentos. A matrícula de PDV nas universidades tem aumentado, conforme dados do Censo da Educação Superior e exige-se nova postura ante essa demanda (INEP, 2015). Por intermédio de práticas inclusivas, a biblioteca se apresenta como uma ferramenta de transformação social que valoriza o ser humano e oferece tratamento paritário a todos.

Foi oportuno trazer para a discussão questões referentes à educação inclusiva, a qual compreende a educação como direito de todos e que deve ser realizada em espaços mútuos de convivência. Por essa perspectiva, a educação que separa pessoas com deficiência daquelas sem deficiência é segregante e reforça a discriminação e o preconceito.

A natureza da pesquisa é do tipo descritiva, qualitativa e quantitativa; utilizou-se como método de abordagem a dialética materialista e, assim, a contextualização da problemática foi realizada por meio da história, o que possibilitou a compreensão clara do fenômeno estudado e a visão de conjunto, aspectos norteadores dessa abordagem. Tendo em vista que as bibliotecas da UFRB constituíram o universo da pesquisa, por meio de distintos roteiros de entrevistas coletaram-se dados com o gestor das bibliotecas, com o gestor do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) da UFRB e com os estudantes na condição de deficiência visual; e também por questionários distintos com os funcionários do atendimento e com os bibliotecários.

Esta pesquisa estruturou-se em oito capítulos. A introdução, com a apresentação e visão geral do tema de pesquisa, o problema e objetivos. O capítulo 2 discorre sobre os conceitos

fundantes da inclusão presentes nas obras de Sasaki (2010), Mantoam (2003), Vivarta (2003), Crockík (2011) e Diniz (2007). Para abordar a dimensão social da CI, no capítulo 3 são expostas as concepções de Saracevic (1996), Borko (1968), Araújo (2003) e Capurro (2003). No capítulo 4 apresentam-se o conceito de tecnologia assistiva e os recursos por meio dos trabalhos de Bersch (2005) e Galvão Filho (2009).

No capítulo 5 apresenta-se o papel da BU ao promover a inclusão, utilizando-se dos conceitos de Pupo (2006), Malheiros e Cunha (2017) e Costa (2015). O capítulo 6 destinou-se à metodologia, com fundamentos em Triviños (1987), Marconi e Lakatos (2003) e Foulquié (1949). No capítulo 7 são apresentados e discutidos os resultados, com base nas categorias estabelecidas; no capítulo 8 apresentam-se as conclusões, as quais permitiram afirmar que nas categorias analisadas algumas medidas inclusivas já são observadas, no entanto, ainda há muito a fazer para tornar as bibliotecas da UFRB essencialmente inclusivas.

A expectativa em relação a esta pesquisa é de provocar uma enriquecedora discussão nas BU, a qual possibilite revisitarem suas práticas e avaliarem se essas são inclusivas. Nesse contexto, espera-se também que os bibliotecários atuem de maneira a assegurar que seus serviços atendam ao usuário na condição de deficiência visual. Ao atuarem pela perspectiva inclusiva, as BU proporcionarão subsídios para a construção de uma sociedade mais humana e que perceba o outro e considere suas possibilidades.

## 2 A INCLUSÃO E CONCEITOS FUNDANTES

A presente seção abordará a trajetória que culminou na inclusão da pessoa com deficiência de forma geral, e em especial na educação, e será esclarecida a concepção do modelo de deficiência em que esta pesquisa se ampara, além de se apresentarem outros conceitos elementares que norteiam a temática da inclusão, a exemplo da acessibilidade, da terminologia adequada para tratar a pessoa com deficiência, e da educação inclusiva.

### 2.1 A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO INCLUSIVO

No panorama nacional, marcado pela exclusão de pessoas com deficiência, a sociedade acostumou-se a excluir dos seus espaços tudo o que seja considerado diferente. Com referência à educação, apesar de a Constituição Federal de 1988 conferir às pessoas com deficiência tal direito, o desenvolvimento do processo para que essas efetivamente o exercessem foi muito lento (BRASIL, 1988).

A história atesta que inicialmente as pessoas com deficiência foram totalmente excluídas e depois segregadas; a seguir a proposta era a de integração para, finalmente, lançarem-se as bases para a inclusão. Menegatti (2012) assinala que remontam à Grécia antiga posturas preconceituosas para com a pessoa com deficiência; os nascidos com algum ‘defeito’ recebiam a cruel sentença de morte. Nessa circunstância, concedia-se aos pais o direito de eliminarem os bebês que não se enquadravam nos padrões considerados normais.

Na Idade Média, com o surgimento do cristianismo e a consolidação da Igreja Católica, os membros da igreja assumiram certo poder e conseguiram manipular as ações da nobreza; desse modo, as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas criaturas de Deus em função dos princípios cristãos. No entanto, essas pessoas ainda viviam afastadas do convívio social e sua sobrevivência continuava condicionada à boa vontade e caridade humanas (MIRANDA, 2006).

Com a Revolução Industrial, os casos de deficiência cresceram em decorrência das atividades de trabalho e, nesse contexto, a deficiência significava “não estar em conformidade com as engrenagens do sistema, semelhante a uma máquina defeituosa” (MENEGATTI, 2012 p. 35). A autora ainda ressalta que o conceito sobre a condição da deficiência sofreu alteração quando a sociedade se sensibilizou com os que voltaram com algum tipo de deficiência da Segunda Guerra Mundial.

Após a total exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, o modelo seguinte foi o da segregação, praticado até o final da década de 1940, no qual as pessoas com deficiência eram internadas em instituições fechadas e não tinham contato algum com o mundo à sua volta. Os cuidados recebidos nessas instalações relacionavam-se à provisão de um teto, comida e roupa (VIVARTA, 2003).

No tocante à educação, ainda na década de 1950, observa-se que as oportunidades se resumiam a quase nada para esse público. As pessoas com deficiência não eram respeitadas, as diferenças eram ignoradas, a discriminação e o preconceito eram explícitos. Reconhece-se que as crianças com deficiência são menos propensas a iniciar a vida escolar quando comparadas a crianças sem deficiência, além de apresentarem taxas mais baixas de permanência. No entanto, esses fatores são decorrentes da desigualdade de oportunidades disponíveis, o que se torna uma desvantagem (MAIOR; MEIRELES, 2010; OMS, 2011).

Nessa conjuntura, Maior e Meireles (2010, p. 33) assinalam que

as pessoas com deficiência eram “confundidas com permanentes ‘pacientes’, passivos, sem voz, sem autonomia e sem direitos, cada pessoa vivia a sua história de discriminação e preconceito de forma isolada, sem saber que era tão titular de direitos e de deveres como todo e qualquer cidadão.

Compreende-se o preconceito como uma atitude que desencadeia a ação de discriminar e a discriminação se manifestará em forma de segregação ou de marginalização. A primeira refere-se a uma separação que pode ser real ou imaginária, enquanto a segunda tem relação com se colocar um grupo ou alguém à margem, ou seja, afastado da sociedade. Enquanto o segregado não faz “parte de”, o marginalizado pode até fazer, entretanto de maneira precária; disso se depreende que há segregação na marginalização (CROCHÍK, 2011).

Ainda sobre a discriminação, o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um importante respaldo legal, acordou como propósito promover, proteger e assegurar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas com deficiência e também promover o respeito pela sua dignidade, ao apontar que a discriminação por motivo de deficiência manifesta-se quando há

qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável (BRASIL, 2009a, p. 4).



Com o tempo, as práticas de segregação passaram a ser questionadas e, em contraposição a essa proposta, surgiu o movimento pela integração nos países nórdicos, em 1969, quando foram revisitadas as práticas sociais e escolares de segregação. A respeito da integração, Mantoam (2003, p. 15) esclarece:

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial [...]. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

Constata-se a intenção de trazer essas pessoas para o convívio social no modelo da integração, no entanto, há um equívoco ao se atribuir aos alunos a responsabilidade de se moldar ao mundo, uma vez que “a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências” (MANTOAM, 2003, p. 16). Para a sociedade e para a escola nenhuma mudança cabia, o esforço seria unilateral. Os desafios vivenciados no cotidiano escolar precisavam ser superados por conta própria, a explicitar uma postura incoerente, uma vez que as diferenças devem fazer parte da escola e da sociedade como um todo.

Pela perspectiva da integração, elegia-se quem tinha o direito de frequentar lugares como a escola, os parques, as igrejas, os ambientes de trabalho. Essa prática passou a ser questionada pelo movimento das pessoas com deficiência a partir da década de 1980, ao protestarem contra a injustiça validada pelo modelo integrativo. Além disso, também se questionavam os critérios da escolha dos que seriam integrados, os quais tinham de ser considerados prontos ou quase prontos para conviver nos sistemas sociais e, caso não estivessem, era sua a responsabilidade proverem os meios para estarem (VIVARTA, 2003).

Em virtude de esse modelo dispensar a sociedade de empreender ações para atender às demandas das pessoas com deficiência, apenas pequenos ajustes eram realizados, a exemplo de adaptar uma calçada, um banheiro ou mesmo receber uma criança na condição de deficiência na escola, o que se configurava insuficiente. Nesse último exemplo, com o tempo a criança era devolvida à família porque a escola não desenvolvia práticas que incluíssem alunos com demandas diferentes das habituais (VIVARTA, 2003).

A integração oportunizou o surgimento e a proliferação de centros de reabilitação e de escolas especiais, instituições consideradas necessárias para preparar as pessoas com deficiência para conviver na sociedade. Nessa ocasião, desenvolveu-se a prática do *mainstreaming*, pela qual os alunos de escolas especiais eram levados para escolas comuns mais próximas, nas quais se criavam classes especiais (VIVARTA, 2003).

Na visão de Pereira (2016, p. 3), “mesmo com o mérito de iniciar o movimento de modificação da mentalidade das pessoas, a integração mantinha formas de segregação, pois as deficiências não eram aceitas”. A autora considera que a sociedade ainda se mostrava preconceituosa e encontrava-se distante do ideal de respeitar as diferenças.

A proposta da integração é ineficaz em sua essência por acentuar a discriminação e o preconceito em vez de diminuí-los. O desgaste desse modelo provocou a discussão da inclusão sob diversas perspectivas, como educação, lazer, trabalho (SASSAKI, 2010). Na inclusão rejeita-se a ideia de escolher quem deve desfrutar dos espaços, entende-se que “o direito de escolher seres humanos é filosoficamente ilegítimo, além de ser anticonstitucional” (VIVARTA, 2003, p. 20), o que torna a proposta da inclusão diferente dos outros modelos até então praticados.

A sociedade inclusiva assume compromisso com todas as minorias e não apenas com as pessoas com deficiência. Nesse caso, exige-se transformações sociais profundas, o que confere caráter político ao movimento inclusivo. A ideologia inclusiva opõe-se às barreiras consolidadas nos grupos estigmatizados e considera que o movimento pela inclusão é para todos, uma vez que ninguém é igual a ninguém, todos são diferentes (VIVARTA, 2003).

O conceito de inclusão em que esta pesquisa se ampara é o de Sasaki (2009, p.1), que a entende como um

processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Dentro da proposta se destacam dois aspectos relevantes. O primeiro é o fato de que a inclusão não se refere apenas às pessoas com deficiência, mas à diversidade humana, portanto, inclui a todos. O segundo é a necessidade de se dar voz a essas pessoas para que de fato sejam incluídas. Esta pesquisa, a despeito de considerar a inclusão pertinente a todas as pessoas, tratará apenas da inclusão das PDV.

É apropriado salientar que as pessoas com deficiência defendem o lema “Nada sobre nós sem nós!”, cuja essência esta investigação busca respeitar. As sementes dessa divisa germinaram a partir de 1981, no Ano Internacional das Pessoas Deficientes (*sic*), e Sasaki (2007, p. 1) elucida cada uma das suas partes:

NADA quer dizer “Nenhum resultado”: lei, política pública, programa, serviço, projeto, campanha, financiamento, edificação, aparelho,

equipamento, utensílio, sistema, estratégia, benefício etc. [...].

SOBRE NÓS, ou seja, “a respeito das pessoas com deficiência”. Estas pessoas são de qualquer etnia, raça, gênero, idade, nacionalidade, naturalidade etc., e a deficiência pode ser física, intelectual, visual, auditiva, psicossocial ou múltipla[...].

SEM NÓS, ou seja, “sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência”. Esta participação, individual ou coletiva, mediante qualquer meio de comunicação, deverá ocorrer em todas as etapas do processo de geração dos resultados acima referidos. As principais etapas são: a elaboração, o refinamento, o acabamento, a implementação, o monitoramento, a avaliação e o contínuo aperfeiçoamento.

Com respeito ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes (*sic*), um evento subsidiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) constituiu-se o embrião do conceito de sociedade inclusiva. Nessa circunstância, entidades não governamentais e governamentais, a mídia mundial e as nações reafirmaram por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a necessidade de se reconhecer a validade dos direitos das pessoas com deficiência (VIVARTA, 2003).

Considera-se a decisão da ONU de declarar 1981 como o Ano Internacional das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes (*sic*) como passo importante na militância pela inclusão social. A partir dessa iniciativa, os países membros passaram a discutir ações governamentais e não governamentais voltadas às pessoas com deficiência, buscando trazer-lhes dignidade (GENTIL JUNIOR, 2016).

A repercussão satisfatória desse evento fez com que a ONU considerasse o período 1982-1992 como a “Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes (*sic*)”. A partir daí muitos países passaram a desenvolver ações concretas em prol da qualidade de vida daquelas pessoas. Ainda em 1982, a ONU apresentou a seus países membros o “Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes” (*sic*), cujo objetivo era alcançar três princípios fundamentais para o tratamento mundial sobre as questões ligadas às deficiências. O primeiro a prevenção, o segundo a reabilitação, e o terceiro a equiparação de oportunidades (GENTIL JUNIOR, 2016).

O Decreto nº 6.949/2009 endossa a plena participação das pessoas com deficiência na tomada de decisão e afirma que “as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente” (BRASIL, 2009a, p. 3).

A plena participação das PDV foi o fator que concorreu para engrandecer esta pesquisa; percebe-se que o silêncio e a passividade das PDV ao longo da história somente acarretaram mais exclusão. Assim, reconhece-se que a participação desses indivíduos no processo de

conhecer as condições de inclusão nas bibliotecas da UFRB favorecerá a catalisação de mudanças rumo à inclusão.

A pessoa com deficiência, portanto, deve ser incluída nos âmbitos do lazer, da cultura, do turismo, do trabalho e da educação, entre outros. A presente investigação fixará a atenção, tão somente, para a inclusão no contexto educacional, ambiente em que as BU estão inseridas. Compreende-se que as práticas da BU podem ser decisivas no suporte aos estudantes com deficiência com a finalidade de promover sua permanência na vida acadêmica.

O movimento mundial da inclusão passa a ser desenvolvido na década de 1990, em razão de eventos internacionais na área de educação, e pauta-se na garantia dos direitos humanos. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos surgiu em 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, na qual foram reafirmados os direitos de todos pela educação e a universalização da educação. O Brasil é signatário desse documento e compromete-se com a “profunda transformação do sistema educacional brasileiro, de forma a poder acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e condições de igualdade” (MIRANDA, 2006, p. 44).

No tocante à educação de pessoas com deficiência, o Art. 3º da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que trata de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, assevera que

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências [(sic)] requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores [(sic)] de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1998, p. 4).

A declaração ressalta ser essencial mobilizar recursos financeiros, humanos, públicos, privados ou voluntários, a fim de se garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. O Art. 9º indica que a boa utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação gera o resultado de melhor rendimento, o qual consecutivamente atrairá novos recursos (UNESCO, 1998).

Houve outro marco importante na trajetória das pessoas com deficiência, em 20 de dezembro de 1993. Nessa oportunidade, a Assembleia Geral da ONU assinou a resolução que adotou os vinte e dois procedimentos contidos no documento “Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, o qual indica os requisitos, as áreas-alvo e quais as medidas para se implementar a igualdade de participação das pessoas com deficiência. As normas são o resultado de elevado esforço empreendido no campo dos direitos humanos em prol

das pessoas com deficiência, que nesse caso avançou sobre o conceito de segregação institucional e sobre a integração para posteriormente se chegar à proposta inclusiva (VIVARTA, 2003).

Em junho de 1994, representantes de 92 (noventa e dois) governos, entre esses o Brasil, e 25 (vinte e cinco) organizações internacionais reuniram-se em Salamanca, Espanha, para promover o objetivo da Educação para Todos na Conferência Mundial de Educação Especial. Nessa circunstância, avaliaram-se as mudanças essenciais de políticas necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva. A Declaração de Salamanca, resultado dessa conferência, fez parte de um movimento de ordem global para a educação inclusiva e estabeleceu procedimentos para ações nos níveis nacional, regional e internacional. Entendia-se que “as escolas inclusivas tradicionais são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos” (HEHIR et al., 2016, p. 8).

No documento compreende-se que educação especial é aquela que incorpora os princípios mais do que comprovados de uma forte pedagogia em que todas as crianças se beneficiam. Nesse contexto, as diferenças são encaradas como normais e a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, uma pedagogia centrada na criança que favorece toda a sociedade. A experiência revela que a educação especial tem conseguido reduzir a taxa de desistência e repetência escolar e igualmente melhorado o aproveitamento escolar (UNESCO, 1994).

Convém ressaltar que a Declaração de Salamanca também assinala o papel das universidades ao promover a inclusão e afirma que essas

Possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. Redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deveriam ser promovidas. A ligação entre pesquisa e treinamento neste sentido é de grande significado. Também é muito importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras de deficiência [(sic)] em pesquisa e em treinamento para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração (UNESCO, 1994, p. 11).

Por certo, as universidades podem colaborar por meio de pesquisas que tenham como escopo as demandas das pessoas com deficiência, uma vez que um dos propósitos essenciais da universidade é desenvolver pesquisas. Além disso, as universidades podem colaborar com a

formação de professores habilitados para trabalhar pela perspectiva inclusiva e também podem firmar parcerias entre universidades e escolas.

No Brasil, a educação inclusiva se tornou parte da agenda educacional a partir de 2003. Antes disso, a maior parte dos estudantes com deficiência estavam nas escolas especiais ou escolas com propostas baseadas no modelo de integração. Em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, assegurou-se aos alunos com deficiência o acesso às escolas públicas e conferiu destaque às questões referentes à acessibilidade. Por ser abrangente, a política conseguiu incluir aspectos importantes do processo educacional, como o pedagógico, a formação de professores e a disseminação de tecnologias para uso educativo (HEHIR et al., 2016)

A proposta da inclusão no cenário educacional implica “uma mudança de perspectiva educacional, por não atingir apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAM, 2003, p. 16). Diferentemente da proposta da integração, em que a escola e a sociedade estavam isentas de mudanças, para a proposta da inclusão essas precisam criar estratégias para acolher a diversidade.

Miranda (2006, p. 17) indica que, apesar de semanticamente as palavras *incluir* e *integrar* possuírem significados muito parecidos, “nos movimentos sociais inclusão e integração representam filosofias totalmente diferentes, ainda que tenham objetivos aparentemente iguais, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade”. Pela filosofia da inclusão a sociedade se compromete com mudanças profundas que visem a todos.

Nessa direção, Mantoam (2003, p. 15) afirma que “conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico metodológicos divergentes”. As diferenças podem ser percebidas no quadro a seguir.

**Quadro 1-** As diferenças entre inclusão e integração

<b>Inclusão</b>	<b>Integração</b>
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular).	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para poderem frequentar escolas ou classes regulares).
Exige rupturas nos sistemas.	Pede concessões aos sistemas.
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; todos ganham).	Mudanças visam prioritariamente às pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas “ganham” mais).
Exige transformações profundas.	Contenta-se com transformações superficiais.

Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos.	Pessoas com deficiência se adaptam às realidades dos modelos que existem na sociedade, que fazem apenas ajustes.
Defende o direito de todas as pessoas - com e sem deficiência.	Defende o direito das pessoas com deficiência.
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para todos.	Inserir nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão).
Valoriza a individualidade das pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.).	Como reflexo de um pensamento integrador citamos a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex: surdos se concentram melhor; cegos são bons massagistas etc.).
Não quer disfarçar as limitações porque elas são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar as chances de inserção.
Não se caracteriza apenas pela convivência de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente.	A simples presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador.
A partir da certeza de que todos somos diferentes, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais” – o que existe são pessoas com deficiência.	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, sem valorizar outras formas de comunicação, a exemplo da Libras. Seríamos, então, um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência, rodeada pelas que apresentam diferenças.
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.).	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.).

Fonte: Werneck (2003) apud VIVARTA (2003).

Com base nas informações do quadro, é nítido o contraste entre a inclusão e a integração. Pela perspectiva da inclusão, a temática é tratada de forma abrangente, por considerar o direito de todos os seres humanos, não apenas o do sujeito com deficiência. Além disso, como dito, enquanto na integração a tendência é camuflar as diferenças para que o indivíduo seja integrado, na inclusão reconhece-se esse equívoco e a proposta é reconhecer as diferenças.

No quadro destaca-se ainda que sob o olhar da inclusão a individualidade e potencialidade de cada um devem ser respeitadas. Em contrapartida, pela perspectiva da integração comete-se o equívoco de se tratarem as pessoas com deficiência como parte de um bloco único, como se as deficiências fossem iguais, sem considerar as diferenças e as potencialidades de cada uma. Por serem diversas, as deficiências precisam de atenção de acordo com a especificidade de cada uma.

A inclusão também se relaciona com três conceitos: autonomia, independência e empoderamento. A autonomia ocorre quando é possível circular nos ambientes de maneira

autônoma, portanto, refere-se ao domínio do ambiente físico e social. A independência ocorrerá quando for possível tomar decisões sem depender de outros, quando houver acesso às informações necessárias. O empoderamento acontece quando a condição da deficiência, do gênero, da cor é usada para fazer escolhas e tomar decisões; nesse caso, a condição é usada como poder pessoal (SASSAKI, 2010).

Os conceitos imbricados na inclusão estabelecem um modelo de sociedade mais justa, pautada na diversidade e no respeito as diferenças, no qual a pessoa com deficiência tenha liberdade para andar livremente sem depender de alguém e possa tomar suas próprias decisões. Além disso, prevê uma educação que abandona os moldes tradicionais, percebe as habilidades e também as necessidades de aprendizagem, ou seja, consegue perceber as especificidades. Logo, inclusão resulta da rejeição da exclusão (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

Reconhece-se que a essência da proposta da inclusão implica transformações profundas. De acordo com Vivarta (2003), os desafios dessa proposta incluem a transformação de toda a sociedade e ainda desarraigam o pensamento da integração ainda presente. Apesar das adversidades para compor uma sociedade inclusiva, esses não devem constituir-se justificativa para não se implementarem medidas inclusivas.

No Brasil, a discussão acerca da pessoa com deficiência toma forma a partir do Decreto nº 3.298/1999, com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (*sic*) cuja importância será abordada adiante (BRASIL, 1999).

O processo de inclusão manifesta-se contra as desigualdades, posiciona-se desfavoravelmente ao desrespeito às minorias, aqui incluídas as pessoas com deficiência, e defende melhorias tanto em aspectos físicos quanto comportamentais. Nessa direção, Bieler (2003, p. 33) assinala que “O conceito de inclusão é holístico e somente pode existir com sucesso se for absorvido e trabalhado por toda a sociedade, em conjunto”.

Compreendida a trajetória no tocante à inclusão da pessoa com deficiência, abordaremos a educação inclusiva.

## 2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No cenário da educação, em contraposição à educação que praticava a segregação e a integração, desponta a educação inclusiva, a qual defende que “estudantes com e sem deficiência percorram sua trajetória escolar lado a lado, na mesma sala de aula” (HEHIR et al., 2016 p. 2). Nessa proposta, os estudantes podem compartilhar as mesmas oportunidades de aprendizagem na escola.



Os ideais da educação inclusiva vêm se reafirmando em diversas declarações internacionais, leis nacionais e políticas de educação. Ainda que o cenário seja sombrio e com escassas opções, o Brasil é um dos países que se comprometeram a realizar esse tipo de educação. Com aumento das políticas públicas, resultado dos esforços dos defensores dos direitos das pessoas com deficiência, observa-se que houve aumento substancial do número de alunos com deficiência que recebem educação escolar juntamente com os colegas sem deficiência (HEHIR et al., 2016).

É válido destacar o quanto a educação inclusiva faz interlocução e se coaduna com a proposta desta pesquisa, o que torna a discussão ainda mais fecunda. Entende-se que somente por causa da educação inclusiva foi possível receber os alunos com deficiência no ambiente da BU; anteriormente esses alunos estavam fadados ao fracasso na educação e, em muitos casos, estavam excluídos do acesso à educação. A presente pesquisa corrobora os ideais da educação inclusiva, de que a educação é um direito de todos, e compreende que a CI e também as BU precisam oferecer subsídios na continuidade do movimento inclusivo.

No tocante ao exercício profissional do bibliotecário, a educação inclusiva transferiu novas atribuições, aspectos que serão abordados mais adiante. A demanda de entregar a informação para aquele que dela necessite adquiriu novos desafios; assim, novas habilidades são exigidas desse profissional, inclusive o estreitamento das relações com as tecnologias recentes, a necessidade de buscar novas opções para entregar a informação. Com o desenvolvimento do paradigma da inclusão, a biblioteca certamente precisa continuar a se aparelhar para receber usuários de diferentes perfis e necessidades. O caminho para construir uma biblioteca que acolha a todos sem distinção não é simples, no entanto, urge a necessidade de se iniciarem os primeiros passos nessa direção.

Nesse sentido, a educação inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e a oferta de condições que não impeçam a formação. As diferenças, devem ser tão conhecidas a ponto de oferecer recursos que auxiliem a pessoa com deficiência no desenvolvimento escolar, os quais incluam a comunicação em braille para os que têm deficiência visual e a língua de sinais para os que têm deficiência auditiva (CROCHÍK, 2012).

Quanto aos “pais de alunos sem deficiências, que não admitem a inclusão, por acharem que as escolas vão baixar e/ou piorar ainda mais a qualidade de ensino se tiverem de receber esses novos alunos” (MANTOAM, 2003, p.15), as pesquisas atestam o contrário. Uma pesquisa realizada em três escolas inclusivas de Boston mostrou que essa categoria de escolas também podem ter alto desempenho. Nessas escolas, os funcionários encaram a inclusão como uma oportunidade para atender à diversidade e os professores conseguem melhorar o desempenho

dos estudantes por meio de práticas pedagógicas. Como resultado, quando aferidas pelo Sistema de Avaliação Compreensiva de Massachusetts, o desempenho foi satisfatório e em alguns casos superou a média do estado (HEHIR et al., 2016).

A prática de não separar os alunos por suas consideradas incapacidades de aprender resulta em benefícios para ambos, os que têm deficiência podem se desenvolver mais na convivência mútua, podem apresentar melhor desempenho em linguagem e matemática, e também melhorar as relações com alunos sem deficiência. Com referência aos sem deficiência, escolarizados em salas inclusivas, o impacto é neutro ou positivo, e diferentemente do que se pensa, não traz consequências negativas para os alunos sem deficiência. Além do que, percebem que as diferenças fazem parte da condição de ser humano (HEHIR et al. 2016; CROCHÍK, 2012).

Considera-se que o convívio de estudantes com e sem deficiência tem tornado as diferenças como algo familiar e isso provoca a rejeição do preconceito e a aceitação das diferenças. Nesse espaço de convivência adequada e combinada com práticas pedagógicas, a formação do professor será essencial para garantir benefícios para ambas as partes. Quando a inclusão se torna institucionalizada, ou seja, quando não é considerada como um improviso, resultará no apoio dos demais como algo natural (HEHIR et al., 2016).

No contexto da inclusão todos fazem parte da sociedade. Por isso, as diferenças individuais são aceitas e os espaços e serviços são projetados para atender a todos. Nesse sentido, a educação é uma importante via para se implementar a inclusão; essa área é prioritária e por meio da qual a cidadania é conquistada, conforme assevera Menegatti (2012).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, estabelece “orientações pedagógicas, formação de professores, disseminação de tecnologias de apoio e investimentos em acessibilidade, permitindo e fornecendo incentivos para que as escolas públicas efetivamente atendam os estudantes com deficiência” (HEHIR et al., 2016, p. 9). Como resultado dessa política pública, o autor indica que houve aumento no número de matrículas.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira da Inclusão, destina-se a assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Além de reafirmar o direito à educação, preconiza que o sistema educacional inclusivo deve estar disponível em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2015).

A lei recomenda que no ensino superior as provas tenham formato acessível e que se disponibilize recursos de acessibilidade. Os exames devem ter singularidade linguística adequada e, caso seja necessário, o estudante com deficiência tenha maior tempo para realizá-

los (BRASIL, 2015). O Decreto nº 6.949/2009, também orienta que essas pessoas não devem ser excluídas do sistema educacional pela sua condição e aponta para a necessidade de medidas individualizadas por reconhecer as diferenças dentro da deficiência (BRASIL, 2009a).

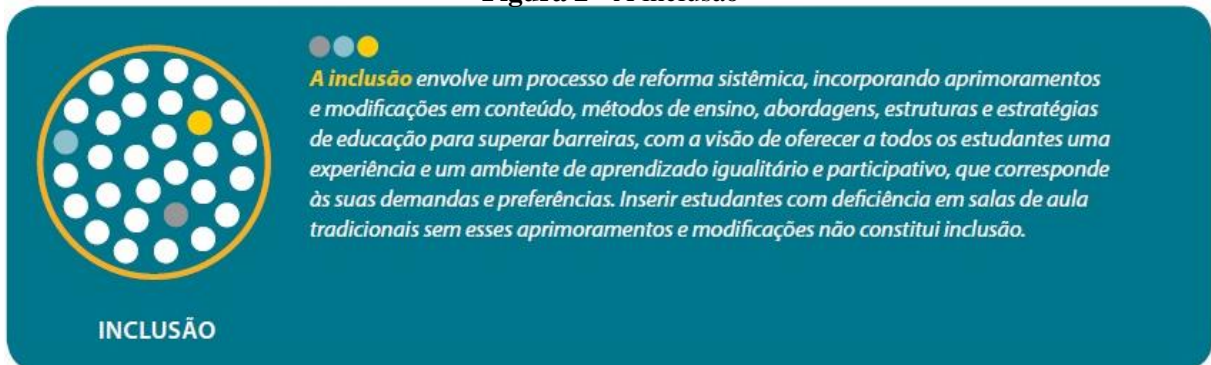
Ante ao exposto, observa-se que percorreu-se um longo caminho para se alcançar a educação inclusiva, parte da proposta da inclusão. As características principais dessas abordagens são apresentadas sucintamente nas figuras 1 e 2; a primeira destaca os aspectos que diferenciam a abordagem da exclusão, da segregação, da integração; a segunda refere-se à inclusão.

**Figura 1** - A trajetória das pessoas com deficiência no cenário educacional.



Fonte: United Nations Committee on the Rights of Persons with Disabilities General Comment N° 4 (apud HEHIR et al. 2016, p. 3).

**Figura 2 - A inclusão**



Fonte: United Nations Committee on the Rights of Persons with Disabilities General Comment N° 4 (apud HEHIR et al., 2016, p. 3).

Santos (2012, p. 390) defende que “embora a universidade esteja imersa num processo de gestação de uma mentalidade inclusivista resultante de tais políticas, faz-se necessário (re)pensar acerca dos limites e possibilidade para assegurar a inclusão”. Nessa direção, considera-se que quando a formação universitária é precária acaba por fortalecer a indiferença por parte dos estudantes quanto a pessoas na condição de deficiência (SANTOS, 2012).

Embora o movimento pela inclusão tenha se intensificado nos últimos anos, a sociedade ainda precisa amadurecer quanto ao acolhimento da diversidade e, conseqüentemente, compreender que os espaços devem ter igualdade. As formas limitadas como as instituições atuam têm contribuído para a exclusão dos alunos com deficiência. A educação confronta-se com o desafio de oferecer educação de qualidade a todos (ROCHA; MIRANDA, 2009). Nesse sentido, destaca-se o papel social da universidade, que “não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático” (ROCHA; MIRANDA, 2009, p. 32).

Na proposta da educação inclusiva, a acessibilidade constitui-se condição fundamental e será tratada na seção seguinte.

### 2.3 A ACESSIBILIDADE

Conforme observado a educação inclusiva assegura o direito à educação a todas as pessoas. No entanto, a fim de se efetivar esse direito torna-se fundamental ofertar acessibilidade e assim as barreiras serão eliminadas. Dessa maneira, o escopo da inclusão integra a acessibilidade, os conceitos de uma e de outra estão intimamente relacionados.

A lei nº 13.146/2015 define acessibilidade como a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 1).

A acessibilidade significa dar as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que podem ser os idosos, condições para alcançarem e utilizarem, os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, as edificações, os transportes e os sistemas e meios de comunicação. As BU da UFRB, instalações abertas ao público, estão incluídas nesse cenário e assim, precisam criar estratégias a fim de que seus ambientes oportunizem a convivência mútua.

A lei nº 10.098, de 2000, conceitua acessibilidade como uma “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência [(sic)] ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2000a, p. 1). A lei de 2015 apresenta um avanço na legislação brasileira no tocante ao conceito de acessibilidade, ao incluir aspectos como informação, comunicação e tecnologia.

O avanço no conceito evidencia o quanto é relevante a acessibilidade na vida das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que permite que a temática ganhe maior abrangência. Para Sasaki (2009, p. 2) a acessibilidade deve permear a sociedade e admite que é “uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”

Diferentemente do que muitos concluem a acessibilidade vai além de proporcionar condições arquitetônicas favoráveis. Com base em Sasaki (2009, p. 1, 2), são seis as dimensões de acessibilidade, a saber:

arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

A partir desse conceito, é possível concluir que a acessibilidade representa um conjunto de ações que incluem aspectos atitudinais, políticas públicas, comunicação acessível a qualquer

pessoa e a disponibilização de recursos. As dimensões se complementam e a diversidade humana é acolhida quando todas são atendidas.

Explicitada a importância da acessibilidade no contexto da inclusão, a seção subsequente explanará a respeito da abordagem da pessoa com deficiência.

## 2.4 A CONCEPÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ao longo da história se dispensavam apenas cuidados médicos às pessoas com deficiência. Tal perspectiva era o reflexo da abordagem que vigorava, a do modelo médico, em que a deficiência se constituía doença. Em decorrência disso, havia a expectativa da cura, o que paralelamente bloqueava a pessoa nessa condição de interagir socialmente (VIVARTA, 2003).

Destaca-se que esta pesquisa se ancora na abordagem social de pessoa com deficiência, a qual trata a deficiência como uma questão de justiça social, conforme Diniz (2007). No entanto, apresentaremos também o modelo médico da deficiência, ainda hegemônico, que limita a deficiência a um problema físico, uma tragédia pessoal. Para Vivarta (2003), o enfoque médico, ao buscar a “cura” da deficiência, identifica-a como um problema que precisa ser solucionado basicamente por meio de terapias, novas tecnologias e medicamentos, o que contraria a perspectiva de que a qualidade de vida das pessoas com deficiência depende de ações inclusivas.

É comum se relacionar a ideia de deficiência com limitações tendo como referência as habilidades básicas para a vida social. Porém, definir habilidades é uma questão de julgamento de valor, dado que as habilidades para executar diferentes tarefas não são distribuídas igualmente entre a população porque somos essencialmente diferentes (BAMPI, GUILHEM; ALVES; 2010).

O modelo médico sustentava-se a partir das relações sociais historicamente construídas, em que a sociedade tem renegado a questão da diversidade humana. Estabeleceu-se um padrão do belo e do feio, do normal e do anormal. As pessoas com deficiência, nesse cenário, são percebidas como “anormais”, como se as diferenças não estivessem intrinsecamente ligadas à condição do ser humano (SANTOS, 2013).

Nesse modelo, estabelece-se uma relação de causalidade entre a lesão ou a doença e a experiência da deficiência é percebida como um fator que limita viver em sociedade (BAMPI, GUILHEM; ALVES, 2010). Nesse cenário, a deficiência passa a ser percebida como anomalia ou patologia que requer cuidados clínicos que visam à normalização da funcionalidade humana, o que mais tarde será questionado pelo modelo social (SANTOS, 2013).

Por um tempo a religião explicava a condição de deficiência situando as causas dessa adversidade nas polaridades divina e demoníaca. No século XVIII, a deficiência é concebida como variação do normal, ser pessoa com deficiência é ter um corpo fora da norma estabelecida mediante critérios estéticos. Nesse período, em que predominava o modelo médico de deficiência, o cego é compreendido como alguém que não enxerga, um fator estritamente biológico (SANTOS, 2013; DINIZ, 2007).

Em contraposição ao modelo médico, surgiu no Reino Unido o modelo social, a partir do sociólogo Paul Hunt, ele próprio pessoa com deficiência que reuniu indivíduos nessa condição por meio de um anúncio no jornal, para viabilizarem discussões sobre as dificuldades vivenciadas, o que levou a formação do grupo Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (UPIAS). O grupo refutava a ideia de que a deficiência deveria ser entendida como um problema pessoal e transferia para a sociedade a incapacidade de absorver a diversidade (DINIZ, 2007).

A abordagem social defendia que o corpo lesado, por si só, não explicaria o fenômeno social de discriminação. Explicar que a opressão sofrida se relaciona com a falta de habilidades provocada pela lesão seria o mesmo que confundir lesão com deficiência. A lesão é um fenômeno biológico e a deficiência um fenômeno social; a deficiência é consequência de uma sociedade insensível à diferença e não um problema de má sorte do indivíduo (BAMPI, GUILHEM, ALVES; 2010).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência recebe influência do modelo social, reconhece que está em evolução o conceito de deficiência e afirma que essa “resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2009a, p. 2).

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1). A Lei também se harmoniza com a abordagem social ao apontar que são as barreiras que dificultam a vida social da pessoa com deficiência.

O UPIAS, ao implementar o enfoque social, redefine os conceitos de lesão e deficiência e considera a lesão como um dado do corpo, sem valor, mas a deficiência como a interação do corpo com a lesão em uma sociedade que discrimina. O modelo social é um avanço sobre o modelo médico, no sentido de apontar que não era a lesão que desencadeava a discriminação,

mas sim a discriminação social sofrida pelas pessoas com deficiência, uma questão histórica. A lesão provocada pela deficiência não é desconsiderada, no entanto, a opressão imposta pela sociedade é rechaçada. Rejeita-se, assim, a perspectiva médica de se relacionar a pessoa com deficiência principalmente a cuidados médicos e, a partir de 1970, a deficiência é discutida no terreno das humanidades (DINIZ, 2007).

Nesse sentido, Galvão et al. (2015, p. 150) endossam que a condição de ser humano deverá sobrepujar a mutilação do corpo sofrida em decorrência da deficiência e afirmam:

A pessoa com deficiência visual precisa ter reconhecida a sua condição de ser humano, que transcende e supera a mutilação do corpo, que pode e precisa se desenvolver plenamente, inserida integralmente no seu contexto sociocultural. Para isso, é imprescindível que o mundo dos videntes possa ser o mundo da raça humana, acolhendo a todos, nas suas especificidades perceptivas, criando caminhos em que cada um seja completo na diferença.

Na proposta do modelo social a deficiência não se configura um problema individual, conforme o modelo médico. Diferentemente disso, trata-a como “uma questão da vida em sociedade, o que transfere a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade” (BAMPI, GUILHEM, ALVES; 2010, p.3). O modelo social retira do indivíduo a responsabilidade pela desigualdade, vivenciada pelas pessoas com deficiência, e responsabiliza a sociedade.

Em 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS), ao criar o catálogo oficial de lesão e deficiência, a Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH), provocou um retrocesso na maneira de se conceber a condição de deficiência. A ICIDH desloca a lógica da Classificação Internacional de Doenças (CID) para o campo das deficiências e retroage ao considerar a deficiência como uma lesão em um corpo considerado anormal, reforçando o modelo médico (DINIZ, 2007).

A ICIDH descreve as condições decorrentes da doença, na seguinte sequência: doença, deficiência, incapacidade que leva à desvantagem, sem considerar os aspectos sociais preconizados pelo modelo social. Naturalmente, o modelo proposto não foi bem recebido pelos defensores da abordagem social, uma vez que o ponto de partida para a discussão da deficiência era o desvio do padrão considerado normal pela sociedade para justificar a deficiência (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010).

A principal crítica apontava para a ligação equivocada entre lesão e deficiência, uma vez que não era a lesão que provocava a experiência de desigualdade vivenciada; em vez disso, era a estrutura social que os discriminava. Além disso, ao se aproximar a deficiência da doença,



reduz-se a deficiência a termos apenas biológicos e, portanto, impõe-se distância às discussões sobre a temática no campo sociológico, um avanço ocasionado pelo modelo social (DINIZ, 2007).

Após discussões, a ICIDH passou por uma revisão realizada por pessoas com deficiência, pertencentes aos movimentos sociais e, em 2001, foi lançada a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF). Conforme Vivarta (2003), é estratégica a utilização do termo funcionalidade para combater expressões de cunho depreciativo utilizadas no passado como incapacidade, invalidez e desvantagem.

A CIF supera a CID ao ampliar os parâmetros para avaliar a situação de uma pessoa com deficiência, pois classifica sua condição funcional e não apenas sua ineficiência. Com a adoção da CIF a sociedade é capaz de aferir as potencialidades dessas pessoas e não apenas seus impedimentos, uma conquista sem precedentes. A base de classificação da CIF para medir a capacidade de uma pessoa com deficiência de superar variados níveis de dificuldades na realização das tarefas divide-se em cinco áreas: função corporal, estrutura do corpo, atividades da vida diária, participação na sociedade e ambiente social (VIVARTA, 2003).

Segundo Bampi, Guilhem e Alves (2010), enquanto a ICIDH percebia a deficiência pelo modelo unicausal vinculado à doença, a perspectiva da CIF é multicausal e se baseia em vários aspectos do corpo e também na sua participação social. A CIF discute a deficiência a partir das premissas do modelo social e avança para uma abordagem biopsicossocial, por reunir as características dos modelos social e médico em lugar de compreender a deficiência apenas sob a ótica da doença (DINIZ, 2007).

Face aos argumentos expostos, é natural que na pesquisa tenha-se adotado a concepção social sobre a deficiência, uma vez que as pessoas com deficiência são “Sujeitos diferentes na aparência, na capacidade, na forma de pensar e ver a vida, mas, na essência, seres humanos iguais a todos os outros, com idênticos direitos e deveres” (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, p. 7).

Compreendida as abordagens sobre deficiência, esclareceremos questões referentes à terminologia adequada.

## 2.5 TERMINOLOGIA ADEQUADA

No desenvolvimento desta pesquisa se observou ser basilar a utilização de uma terminologia adequada para se referir à pessoa com deficiência. A preocupação primária consistia em utilizar um termo que não reforçasse o estigma social vivenciado e que refletisse

adequadamente a maneira pela qual esta pesquisa lida com a temática, sem, portanto, tirar o papel de sujeito, de ser humano, com limitações e potencialidades.

Nessa linha, Sasaki (2003) orienta que uma sociedade inclusiva entende a linguagem como aspecto importante que deve ser livre de discriminação em relação às pessoas com deficiências. Assim, a pesquisa buscou investigar os termos utilizados na literatura e eleger o mais adequado.

Os termos empregados ao longo da história refletem sobremaneira como essas pessoas eram percebidas e retratam sua marginalização. Até a década de 1980 os termos mais empregados eram: aleijado, defeituoso, incapacitado ou inválido. A partir de 1981, ao se estabelecer o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (*sic*), ganhou impulso a expressão pessoa deficiente. Foram inovadores o acréscimo da palavra pessoa e do adjetivo deficiente (SASSAKI, 2003, 2005).

Com o tempo, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. No Brasil, entre 1986 e 1996, tornou-se bastante popular o uso do termo portador de deficiência, bem como suas flexões no feminino e no plural. No entanto, pondera-se que pessoas com deficiência não portam a deficiência. Conforme Sasaki (2005, p. 6), “uma pessoa só porta algo que ela possa não portar”. Por exemplo, “uma pessoa pode portar um guarda-chuva se houver necessidade e deixá-lo em algum lugar por esquecimento ou por assim decidir”.

Além do que, a palavra portador de deficiência “não cria relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiência porque não divide responsabilidades. É como se a deficiência não fosse uma questão da sociedade, apenas um problema do “portador” e de seus familiares” (VIVARTA, 2003, p. 24). O termo distancia-se da ideia de que a deficiência é reforçada a partir das barreiras encontradas no contexto social e retoma a deficiência como uma tragédia pessoal.

De acordo com as informações apresentadas, é impossível portar uma deficiência; essa é uma condição que em muitos casos não pode ser eliminada, apenas amenizada. Dessa forma, o termo ‘portador de deficiência’ não corresponde à realidade dessas pessoas. O termo ainda se faz presente em muitas pesquisas da temática, o que revela descuido ao se discutir a inclusão.

Por volta da metade da década de 1990, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje, conforme elucida Sasaki (2003). Além disso, o autor aponta a expressão ‘pessoa com deficiência’ como praticamente unânime nas organizações que tratam sobre a temática e enumera os seguintes motivos para a sua utilização consensual:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i.e., “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência). (SASSAKI, 2005, p. 5).

Percebe-se que a tônica é tratar a deficiência como um aspecto que faz parte da diversidade humana, como diferenças que precisam ser aceitas e que não devem ficar invisíveis para a sociedade. Face ao exposto, esta pesquisa adota o conceito de pessoa com deficiência por entender que a deficiência é uma condição imposta ao sujeito. Além do mais, essa terminologia, longe de reforçar o estigma social, trata as pessoas com deficiência como cidadãos, com direitos e deveres sociais.

Em virtude de a pesquisa tratar apenas da deficiência visual, a terminologia utilizada será ‘pessoa com deficiência visual’, que abrange a cegueira e a baixa visão, conforme elucida o Decreto nº 5.296/2004:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 1).

De acordo com o decreto citado, orientado sob o ponto de vista do enfoque médico, a cegueira é um tipo de deficiência visual. Dessa forma, nem toda pessoa com deficiência visual é cega, ela pode ter baixa visão ou visão subnormal. Pela perspectiva educacional, o diagnóstico considera o tipo de sistema que a pessoa irá utilizar na leitura e na escrita. A pessoa com baixa visão desenvolverá seu processo educativo por intermédio de recursos visuais, os quais incluem a utilização de materiais com fontes ampliadas; a pessoa cega o fará por meio da integração dos

sentidos e também pela aplicação do sistema braile, que será detalhado mais adiante (BRUNO, 1997; DALL'ACQUA, 2002 apud GALVÃO et al., 2015).

Esclarecidos os conceitos basilares em que esta pesquisa se fundamenta, deslocaremos a atenção para a CI, a fim de entender a sua contribuição quanto à inclusão e também para o paradigma social.

### 3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O presente capítulo abordará o paradigma social da Ciência da Informação, a interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia e finalmente apresentará a produção da CI na temática da inclusão da pessoa com deficiência visual.

#### 3.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PARADIGMA SOCIAL

O campo da CI emerge a partir da década de 1960, no entanto, é evidente que manifestações importantes ocorridas anteriormente foram fundamentais para a criação de espaço próprio para essa ciência. Brasileiro, Loureiro e Freire (2015) citam que as revoluções científicas e tecnológicas, bem como as guerras mundiais, contribuíram para a explosão informacional. Dessa forma, esse é um problema sobre o qual a CI terá que se debruçar.

O desafio fundamental da CI está em resolver o problema do volume de informações produzidas pela humanidade. Tendo em vista que o objeto de estudo, a informação, como fenômeno da comunicação humana não pode ser abordada por perspectiva única, torna-se necessário trabalhar de maneira interdisciplinar. Assim, a CI se relaciona com diversos campos da ciência como matemática, computação, comunicação, informática (SARACEVIC, 1996).

Na consolidação da CI destaca-se a publicação clássica de Borko, em 1968, intitulada *Information Science: what is it?* (Ciência da Informação: o que é isto?), a qual definiu a CI como uma

disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação (BORKO, 1968, p. 1).

A definição clássica apresentada por Borko (1968) reflete a preocupação principal do momento, a de tornar acessível o conhecimento produzido por meio de sistemas de recuperação da informação. Na década de 1970 se colocou o paradigma da recuperação da informação em segundo plano e a CI voltou-se para os usuários e suas interações, razão pela qual Cardoso (1996, p. 74) afirma que “com a presença dos usuários, as ciências humanas e sociais passam a contribuir também, com seus métodos e práticas, para a composição dessa ciência emergente”.

Após essas transformações ocorridas no escopo inicial da CI, Saracevic (1996) atualiza a definição da CI:

um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Na concepção do teórico o contexto social é incluído nas questões da CI, uma vez que os usuários e a informação estão ligados naturalmente a esse contexto. Além disso, defende-se as tecnologias como aliadas, em razão de oferecer serviços de informação que antes não eram possíveis.

No que se refere à pessoa com deficiência visual (PDV), é inegável que a utilização dos recursos tecnológicos representam um avanço no acesso à informação e conseqüentemente para a inclusão social, ainda que a presente pesquisa compreenda que apenas a tecnologia não é bastante para promover a inclusão. O primeiro movimento para se estabelecer o processo inclusivo é o da sua vinculação com a mudança de mentalidade. Na BU é imprescindível que as tecnologias sejam utilizadas com vistas a proporcionar autonomia ao estudante com deficiência visual na busca por informações.

No que tange à natureza interdisciplinar da CI, observa-se que houve maior identificação com as ciências sociais. A dimensão social da CI se fundamenta no princípio de que é uma responsabilidade social transmitir conhecimento sem parcialidade àqueles que desse precisam. A proposta de transmitir informação sem parcialidade e com equidade se coaduna com os princípios da inclusão em que essa pesquisa se ampara (ARAÚJO, 2003).

Primeiramente observa-se que a CI se apropriou do paradigma físico antes de alcançar o paradigma social. Antes de entender a trajetória da CI nos paradigmas físico e social, é oportuno tecer algumas explicações sobre paradigma. Na concepção de Kuhn (1970, p. 13) os paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Sob essa luz, percebe-se que na comunidade científica da CI, inicialmente, o que melhor pôde resolver problemas e fornecer soluções foi o paradigma físico, em que o papel do usuário restringe-se ao de receptor, uma ideia posteriormente superada. Conforme Capurro (2003, p. 7)

o modelo físico desconsidera “o papel ativo do sujeito cognoscente, ou, de forma mais concreta, do usuário, no processo de recuperação da informação científica”.

Para Araújo (2003), a CI também aproximou-se do modelo positivista e funcionalista e afirma que

a ciência da informação encontrou, exatamente naquele conjunto de ciências sociais também próximas às ciências exatas, maior identidade de propostas e métodos. Assim, os primeiros estudos em ciência da informação já como ciência social estudam a realidade social de uma perspectiva estatística, quantitativa (ARAÚJO, 2003, p. 24).

No cenário da CI, após um tempo, ocorre a crise de paradigma. O paradigma físico, até então estabelecido, tornou-se incapaz de dirimir os problemas dessa ciência e assim mudanças substanciais foram buscadas. Conforme Kuhn (1970), esse fenômeno ocorre quando os profissionais não conseguem mais se esquivar das anomalias existentes na prática científica e assim são conduzidos a uma nova base para a prática da ciência.

No paradigma cognitivo, ao se analisar como os processos informativos transformam ou não o usuário, há um avanço no tocante à forma de encará-lo, antes como sujeito passivo e agora como sujeito cognoscente. Ressalta-se que os paradigmas físico e cognitivo levam a uma dimensão social em que esse usuário desempenha função ativa (CAPURRO, 2003).

A compreensão do desenvolvimento desses paradigmas não é unânime na literatura, a ponto de muitos discordarem que esses ocorram de forma estanque, no entanto, faz-se necessário delimitar a evolução da CI utilizando-se esses conceitos. Em nossa pesquisa entende-se que os paradigmas coexistam e que em todo o tempo apontam para uma dimensão social, tendo em vista que todo modelo científico está sempre condicionado a modelos sociais (CAPURRO, 2003).

Destaca-se que na década de 1970 a CI ainda recebeu outra influência significativa, conforme assinala Araújo (2003); ocorre uma apropriação de princípios da dialética propostos por Marx. Nesse sentido, observa-se a presença de conceitos voltados para encarar a realidade como em permanente movimento, nada está parado, e a historicidade torna-se uma condição para explicar as coisas. Nesse momento observa-se a influência dos princípios que regem a dialética nos estudos da CI, os quais se voltam para a

informação e cidadania, ação cultural, exclusão informacional, informação rural, processos de leitura – chegando até a preocupações atuais relacionadas aos dilemas da sociedade da informação, da revolução tecnológica e da

globalização (que não deixaram de se preocupar com a democratização da informação, as condições de acesso, a exclusão) (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Com base no princípio de valorização do ser humano em que a CI está amparada, insere-se a inclusão da PDV. Assentada na dimensão social, conforme considerado, a CI não poderá ficar omissa no movimento inclusivo que está em curso em prol da pessoa com deficiência e precisa contribuir com ações inclusivas. O acesso à informação é certamente um dos meios que subsidia a inclusão social e, na perspectiva da PDV, em razão das inúmeras dificuldades de acesso e aquisição, acessar informações é essencial para a socialização e para a formação educacional. Assim, faz-se necessário romper com todas as dificuldades enfrentadas no acesso e aquisição para que a informação resulte na melhoria da qualidade de vida da PDV (MALHEIROS; CUNHA, 2017).

Compreendidos os aspectos relevantes da CI, a subseção seguinte destacará aspectos referentes à interdisciplinaridade entre a CI e a Biblioteconomia.

### **3.1.1 A Ciência da Informação versus Biblioteconomia**

Na Tabela de Áreas do Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a Biblioteconomia configura-se como subárea da CI (CAPES, 2017). No entanto, “a Ciência da Informação nasceu da Biblioteconomia, tomando, assim, como objeto de estudo a informação fornecida pelas bibliotecas. A Ciência da Informação construiu-se e fundamentou-se atualmente sobre essa base informacional”, conforme Le Coadic (2004, p. 2).

A Biblioteconomia, portanto, precede a CI, suas origens remontam há mais de 3.000 anos e relacionam-se com as atividades culturais humanas; suas ações voltam-se para interpretar o mundo e produzir registros materiais dessas interpretações em suporte físico. O espaço físico utilizado para guardar e armazenar os registros, mais tarde denominado biblioteca, surge em decorrência da invenção da escrita e da vida sedentária nas cidades. A Biblioteca de Alexandria é um marco nesse processo (ARAÚJO, 2013).

A Biblioteconomia tem sua gênese vinculada no tratamento e no provimento do acesso aos registros gráficos. Mas, com a explosão informacional, ampliou sua frente de atuação e aprofundou suas observações e análises relativas aos problemas da área por intermédio da assimilação de outras áreas do conhecimento que permitissem a compreensão da produção e o registro de informações, seu armazenamento em diversos suportes, a organização para seu acesso, o processo de recuperação e as consequências do uso (SANTOS; RODRIGUES, 2014).



Na percepção de Silva (2013), a CI contribuiu para o desenvolvimento da Biblioteconomia como disciplina profissional e essa concorreu para o escopo epistemológico da CI, principalmente no tocante aos estudos sobre organização, tratamento e recuperação da informação. Nesse caso, há reciprocidade entre a Biblioteconomia e a CI.

Com o advento do Renascimento<sup>1</sup>, valorizou-se o interesse pela produção humana, as obras artísticas, filosóficas e científicas; além disso, a guarda e a preservação das obras ganharam importância. A Revolução Francesa e outras revoluções burguesas na Europa também influenciaram a dinâmica das bibliotecas, momento em que surge o conceito de Biblioteca Nacional, reforçando a natureza custodial das bibliotecas, uma vez que abrigam as grandes coleções (ARAÚJO, 2013).

O modelo Positivista<sup>2</sup> dominante do século XIX, marcado pela busca de regularidades e estabelecimento de leis, inspira o projeto de constituição científica da Biblioteconomia, quando se observa a consolidação das regras de catalogação: em 1841, com Panizzi, e em 1852, com Jewett; também o desenvolvimento de sistemas de classificação bibliográfica, em que se destaca o de Dewey, em 1876 (ARAÚJO, 2013).

Historicamente a Biblioteconomia sempre se ligou a normas e técnicas. Não raro as referidas funcionalidades tinham conotação negativa, imprimiam a ideia de limitação e reduziam as atividades a mera execução e aplicação aleatória. O raciocínio equivocado ocasionava o comprometimento das discussões referentes à problemática (SILVA, 2013).

Em verdade, a essência da Biblioteconomia é constituída de um conjunto de normas, alicerçado nos códigos e materiais de catalogação, classificação, indexação, com vistas ao acesso à informação. No entanto, quando se recupera o termo *téchne*, de acordo com os princípios da Grécia Antiga, esse tem o mesmo significado de arte. Assim, a partir do estabelecimento dessa relação conceitual, reconhece-se que as técnicas empregadas pela Biblioteconomia não são arbitrárias, em vez disso valorizam o estado da arte para organização do conhecimento (SILVA, 2013).

Araújo (2013) estabelece que várias correntes foram fundantes para que a Biblioteconomia pudesse se consolidar como ciência e explica que a perspectiva patrimonialista

---

<sup>1</sup> O Renascimento é um movimento literário, artístico e filosófico que começou no fim do século XIV e estendeu-se até o fim do século XVI. A partir do século XV, a palavra é empregada para designar a renovação moral, intelectual e política decorrente do retorno aos valores da civilização greco-romana (ABBAGNANO, 2007).

<sup>2</sup> O termo Positivismo foi empregado pela primeira vez por Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia. As teses fundamentais do Positivismo são: a ciência é o único conhecimento possível, o método da ciência é puramente descritivo e toda a vida humana deve ser guiada pelo método da ciência (ABBAGNANO, 2007).

voltou-se para o exercício da custódia da produção humana e na fundamentação positivista priorizou as técnicas que seriam utilizadas para o tratamento do material custodiado.

A perspectiva funcionalista<sup>3</sup> também exerceu influência sobre a Biblioteconomia; com essa corrente a perspectiva custodial passou a ser revista, combateu-se assim a inércia da biblioteca e se considerou a necessidade de a biblioteca ser viva e dinâmica. O conceito de biblioteca sofreu uma reformulação e novas práticas biblioteconômicas foram incorporadas (ARAÚJO, 2013).

Os estudos das funções sociais da biblioteca e do bibliotecário tornaram-se comuns no início do século XX, com a Escola de Biblioteconomia de Chicago, a partir da qual houve uma percepção técnica e normativa para a área tanto no contexto acadêmico quanto no prático profissional (SILVA, 2013). Shera, um dos representantes da vertente funcionalista, compreende que a razão de existir da biblioteca é atender às necessidades sociais em todas as suas potencialidades. Também por essa perspectiva, os trabalhos de Ranganthan defendem a biblioteca como um sistema, com “subsistemas de entrada (seleção e aquisição; descrição e representação; organização; armazenamento); de saída (análise de questões; busca e recuperação; disseminação) e de avaliação” (ARAÚJO, 2013, p. 46).

Por uma perspectiva crítica, a Biblioteconomia questiona os preceitos das correntes anteriores, que incluíam a censura na circulação dos livros e, assim, volta-se para possibilitar o acesso aos livros; tais ações foram descritas como “ação cultural”. Nesse contexto, criou-se na França o Grupo de Pesquisa sobre o Escrito e o Documento, composto por Robert Estivals, Jean Meyriat, Pierre Albert, Jean Guenot, Jean-Marie Bouvaist e Jacques Breton, que se volta para a definição de escrito ou de documento (ARAÚJO, 2013).

No século XX, em contraposição ao funcionalismo e à visão crítica, surgiu outra tradição de estudos e abandonou-se a crença de que os indivíduos são seres passivos e receptores de informação. Nessa vertente, resgata-se o papel dos sujeitos e suas necessidades, prática identificada como os estudos de usuários de bibliotecas (ARAÚJO, 2013).

A abordagem centrada no sujeito concebe o usuário por uma perspectiva dinâmica e usa os serviços da biblioteca para se “apropriar de um sentido de informação e, por conseguinte, suprir suas necessidades; cognitiva porque, a partir dessa apropriação de informação, é possível que o usuário construa conhecimento de forma mais efetiva e sólida” (SILVA, 2013, p. 12).

---

<sup>3</sup> Na visão da Psicologia funcional ou funcionalismo, o objeto da Psicologia constitui-se das funções do organismo vivo, consideradas como unidades mínimas indivisíveis. No funcionalismo, o método é objetivo ou comportamentista, ou seja, as funções devem ser estudadas aplicando-se procedimentos de observação objetiva (ABBAGNANO, 2007).

Na abordagem contemporânea a Biblioteconomia passou a se debruçar sobre a mediação da informação, a competência informacional e as bibliotecas digitais e recebeu ao longo dos anos diferentes contribuições, portanto, é um campo amplo, plural, dinâmico e complexo (ARAÚJO, 2013).

O teórico Réndon Rojas (2005) trabalha o conceito de epistemologia da Biblioteconomia<sup>4</sup> e o justifica pelo argumento de que essa possui fundamentação necessária para uma disciplina nos âmbitos filosófico, teórico, extrateórico, metodológico e lógico. A sequência não segue necessariamente uma ordem, no entanto, complementam-se, relacionam-se, dependem um do outro.

Na perspectiva filosófica, a Biblioteconomia busca refletir quanto a sua essência: se é ciência, técnica ou tecnologia. Além disso, delimita o objeto de estudo, os problemas em que fixará atenção e o campo de atuação. A base teórica envolve a linguagem de uma disciplina, a terminologia adequada para designar os conceitos que a fundamentam. Logo, é necessário conceituar informação, conhecimento, fluxo de informação, para dessa forma distinguir a Biblioteconomia das demais áreas do conhecimento (RÉNDON ROJAS, 2005).

Na fundamentação extrateórica, define-se quais os conceitos, técnicas e métodos que serão utilizados de outras áreas do conhecimento, como da Psicologia, para entender as motivações e os interesses do leitor. Com referência ao aspecto metodológico, delinea-se o método mais adequado ao objeto de estudo e, assim, constata-se proximidade com o lógico dedutivo, para qualificar a catalogação e classificação; o hermenêutico, para auxiliar na análise documental; e o estatístico, para detectar as necessidades informacionais. Na fundamentação lógica demonstra-se a relação existente entre os conceitos estabelecidos na fundamentação teórica. Dentre os conceitos eleitos como fundantes, como informação e conhecimento, não deve haver inconsistência ou contradições, deve existir harmonia (RÉNDON ROJAS, 2005).

Santos e Rodrigues (2014) destacam que a CI é potencialmente interdisciplinar, devido a sua gênese relacionar-se com a reconfiguração da ciência moderna e que busca estudar os fenômenos ligados à produção, organização, difusão, acessibilidade e uso do conhecimento. Para Saracevic (1996), sua interdisciplinaridade também é decorrente das contribuições de cientistas de várias áreas, como engenheiros, químicos, linguistas e, assim, tal multiplicidade tanto introduz quanto fortalece a natureza interdisciplinar da CI.

A semelhança entre a Biblioteconomia e a CI permite que essas dialoguem entre si, facilita o acesso à informação e o compartilhamento do conhecimento. O exercício dessa

---

<sup>4</sup> Réndon Rojas (2005) compreende a epistemologia como uma reflexão racional que tem como objeto a ciência e que se realiza com a ajuda de um instrumento filosófico formado de conceitos, métodos e categorias.

interdisciplinaridade, uma tendência do mundo contemporâneo, permite maior integração das áreas, potencializa a produção de conhecimentos e, conseqüentemente, fortalece o espírito científico (SANTOS; RODRIGUES, 2014). No entanto, Oliveira e Carvalho (2009) advertem que apesar das trocas serem enriquecedoras, o exercício da interdisciplinaridade precisa ser operacionalizado de forma crítica, a fim de se evitar o enfraquecimento das áreas.

Na perspectiva de Saracevic (1996), um dos pontos de forte confluência entre a Biblioteconomia e a CI consiste no compartilhamento de seu papel social e na preocupação comum com os problemas relativos à utilização dos registros gráficos produzidos pela humanidade.

Após esclarecidas questões referentes à CI e a Biblioteconomia, daremos atenção à produção da CI quanto à inclusão da pessoa com deficiência.

### 3.2 A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ÁREA DA INCLUSÃO

Com a finalidade de exibir a produção da CI no tocante à inclusão da pessoa com deficiência, serão apresentados os resultados obtidos da análise realizada na Base de Dados em Ciência da Informação, Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação (BRAPCI) e dos anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (CINFORM).

Dentre os eventos que a BRAPCI indexa está o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o evento brasileiro mais significativo da área. Justifica-se a escolha da pesquisa na BRAPCI por essa possibilitar obter um panorama do que se está produzindo na CI, eliminando-se a necessidade de busca na base do evento, a BENANCIB.

A BRAPCI foi criada por participantes do Grupo de Pesquisa Educação, Pesquisa e Perfil Profissional em Informação (E3PI), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no ano 2009, e pode ser acessada pelo *site* <<http://www.brapci.inf.br/>>. Considerando-se que a mantenedora é uma universidade renomada, a UFPR, isso reforça a confiabilidade nos resultados encontrados. Durante o período em que as buscas foram realizadas, entre 26 e 27 de fevereiro de 2018, a versão era a 3.1, a qual indexa 57 revistas científicas da área, um dado relevante para o que se almeja, por conter 18.536 trabalhos em revistas científicas e 2.482 trabalhos em eventos.

Além de oferecer essa quantidade expressiva de publicações, também apresenta vários mecanismos de busca, que pode ser realizada nas seguintes opções: autor, título, palavras-

chave, resumo e referências e pode-se escolher a quantidade de campos que se desejar. O pesquisador pode delimitar o ano de referência e é possível filtrar desde 1972 até o ano corrente.

Nesta pesquisa, para aumentar as possibilidades de busca dos termos, a opção escolhida foi realizar a busca pela opção ‘resumo do documento’. A leitura do resumo facilita identificar do que trata realmente o documento; buscar palavras em todo o corpo do texto talvez resultasse em inconsistência.

Na opção ano, utilizou-se o recorte de 2010 a 2018, a fim de analisar a evolução do desenvolvimento da temática da inclusão no âmbito da CI. Cabe ressaltar que a análise desse período possibilitou perceber os desdobramentos nacionais de eventos que ocorreram em âmbito internacional, nos quais se preconizou a inclusão como paradigma, tendo o Brasil se comprometido com ações inclusivas.

O retorno detalhado da busca é outra particularidade da base, a qual ranqueia o evento ou a revista com maior número de retornos, do maior para o menor, e também delinea a quantidade específica daquele evento ou revista. Apresenta os retornos obtidos com base no ano, ou seja, para cada ano do filtro é possível saber a produção específica. A informação sobre o autor também é fornecida no retorno das buscas, inclusive informa para cada autor a quantidade específica de retornos.

Os termos escolhidos para a pesquisa na BRAPCI são os mais recorrentes ao se tratar da inclusão da PDV: 1) Inclusão; 2) Deficiência visual; 3) Tecnologia assistiva; 4) Acessibilidade, os quais foram pesquisados com a utilização dos filtros ‘resumo’ e ‘ano’, de 2010 até 2018, pelos motivos expostos anteriormente.

O resultado obtido para cada termo será apresentado individualmente. O processo de análise dos termos localizados ocorrerá da seguinte maneira: 1) Leitura cuidadosa do título e descarte, caso não se coadune com a pesquisa; 2) Leitura cuidadosa do resumo, o qual será eliminado caso se constate inadequado; 3) Leitura integral do texto para posterior uso no capítulo de discussão dos dados.

Por meio da pesquisa naturalmente será possível constatar os periódicos e eventos que discutem o tema; perceber os autores que tratam da temática; identificar dentre os termos escolhidos qual o mais empregado; e, por fim, verificar se a discussão acerca da inclusão se ampliou no decorrer dos 10 (dez) anos.

#### 1) Inclusão:

Para o termo inclusão foram localizados 100 (cem) documentos, tanto de revistas quanto de publicações em eventos. Convém lembrar que o termo é muito abrangente e que no caso desta pesquisa refere-se ao contexto educacional, que por sua vez integra a BU e que faz parte

deste cenário. Assim, conforme os critérios estabelecidos, dos 100 (cem) documentos foram descartados 85 (oitenta e cinco) por não tratarem do assunto em questão; apenas 15 (quinze) apresentaram aderência e foram selecionados para leitura completa, conforme o quadro 2 a seguir.

**Quadro 2 - Termo inclusão BRAPCI**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
MALHEIROS, Tânia Milca; Cunha, Murilo Bastos da.	As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual.	2018	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação
ROMA, Ivonete Aparecida Andrade; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman.	Acessibilidade nas bibliotecas escolares estaduais de Londrina.	2018	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
MIGLIOLI, Sarah; SANTOS, Gilmar Almeida dos.	Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos.	2017	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina.
COSTA, Michelle Karina Assunção; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal.	A formação do bibliotecário de referência e o usuário com deficiência.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
RODRIGUES, Talita Andrade; FUJITA, LOPES, Mariângela Spotti; DAL EVEDOVE, Paula Regina.	Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais.	2017	Revista Conhecimento em Ação.
MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro.	Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos.	2017	Inclusão Social.
DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro.	Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro.	Os desafios e as barreiras das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas no processo de inclusão e acessibilidade.	2017	Páginas a&b - arquivos e bibliotecas.
BAPTISTA, Michele Marques; Gonçalves, Marcia Servi.	Acessibilidade para colaboradores em bibliotecas universitárias: um estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (SIBUCS).	2016	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina.
CARAN, Gustavo Miranda; BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida.	Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico.	2016	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação.

BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida; CARAN, Gustavo Miranda.	Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
PAIVA, Simone Bastos; OLIVEIRA, Gabriella Domingos de.	Gestão da informação no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
DANTAS, Célia Medeiros; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; SILVA, Hellosman de Oliveira.	Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
FURTADO, Cassia Cordeiro; ALMEIDA, Ana Margarida; DINIZ, Isabel Cristina dos Santos.	O desafio da acessibilidade e da inclusão em bibliotecas universitárias: a prática da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
LIMA, Izabel França de; PEREIRA, Giulianne Monteiro.	O acesso à informação na Universidade Federal da Paraíba sob o olhar e memórias de alunos com deficiência.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

Fonte: a autora.

## 2) Deficiência visual:

O termo deficiência visual apresentou 50 (cinquenta) documentos localizados, entre artigos publicados em revistas e trabalhos apresentados em eventos. Com a aplicação dos critérios, descartaram-se 24 (vinte e quatro) textos e selecionaram-se 26 (vinte e seis) para leitura completa, conforme o quadro 3.

**Quadro 3 - Termo deficiência visual BRAPCI**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilo Bastos da.	As bibliotecas como facilitadoras do acesso à informação por usuários com deficiência visual.	2018	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação;
MELO, Ana Sara Pereira de; FREIRE, Isa Maria.	Informação de interesse para deficientes visuais e profissionais da informação: proposta ao Portal LTi.	2017	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
PAIVA, Simone Bastos; OLIVEIRA, Gabriella Domingos de.	Gestão da informação no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de.	Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias.	2015	Perspectivas em Ciência da Informação.
DAMIN, Marina Leitão; DODEBEI, Vera.	TICS, <i>sites</i> de redes sociais e a deficiência visual: um entrelace de memórias.	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
NASCIMENTO, Maria de Jesus; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; ANDRADE, Suelen.	Acessibilidade para usuários da informação com deficiência: um estudo de artigos em biblioteconomia e ciência da informação.	2015	Biblionline
SANTOS, Christiane Gomes dos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de.	Aspectos de vulnerabilidades em bibliotecas digitais acessíveis.	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de.	Acessibilidade em <i>websites</i> de comércio eletrônico: avaliação através da interação com usuários cegos na Paraíba.	2015	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
ÁVILA, Raquel Mendes de; JESUS, Cláudia de; LINS, Ivana; SANTOS, Maria Cristina.	Quatro décadas de experiências em acessibilidade: o caso do Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
MELO, E. S. F. et al.	Acessibilidade informacional: alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de.	A inclusão digital para deficientes visuais do Setor Braille da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
MELO, E. S. F. et al.	Proposta de acesso inclusivo dos portadores de deficiência visual na Biblioteca Universitária José de Alencar da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
ARNAIS, Magali Ap. Oliveira; LANDIM, Fernanda Alves; CAMPOS, Marina da Silva Felipe.	Entre leitores humanos e leitores digitais.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
BARBOSA, M. E. S.; FREITAS, L. C.	O acesso ao livro digital por pessoas com deficiência visual: o formato EPUB e seu caráter inclusivo e acessível.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
Oswaldo de Souza; TABOSA, Hamilton Rodrigues.	Virando a página: um novo conceito de acessibilidade na <i>web</i> para deficientes visuais.	2014	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.



NUNES, Elton Luiz Vergara; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de.	As tecnologias assistivas e a pessoa cega.	2014	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
ISHIKAWA, Maria Inês Garcia; BELLUZZO, Regina Célia Baptista.	Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações.	2014	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
ISHIKAWA, Maria Inês Garcia; BELLUZZO, Regina Célia Baptista.	Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações.	2013	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
TABOSA, Hamilton Rodrigues; PEREIRA, Valeria Gomes.	Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o atendimento de usuários com deficiência visual.	2013	Revista Analisando em Ciência da Informação.
FARIAS, Suelen Conceição.	O audiolivro e sua contribuição no processo de disseminação de informações e na inclusão social.	2013	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de.	A inclusão digital para deficientes visuais no Setor Braille.	2013	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
Silva, Hugo Oliveira Pinto e; BARBOSA, Josué Sales.	A relação deficiente visual e biblioteca universitária: a experiência do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual? (CADV) da Universidade Federal de Minas Gerais.	2011	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
NUNES, Elton Vergara; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de; VANZIN, Tarcísio.	Mídias do conhecimento: um retrato da audiodescrição no Brasil.	2010	DataGramaZero.
RAUBER, Luis Henrique; MONTARDO, Sandra Portella.	Inclusão digital em <i>sites</i> de redes sociais: usabilidade das interfaces do Twitter e do Orkut para pessoas com deficiência visual.	2011	Inclusão Social.
DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ALVES, Cláudio Diniz; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira.	E-acessibilidade e usuários da informação com deficiência.	2011	Inclusão Social.
SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; Tamires Neves Conceição.	Informação audiodescritiva e tecnologia audiovisual: um olhar da ciência da informação.	2017	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

Fonte: a autora.

### 3) Tecnologia Assistiva:

Para o termo tecnologia assistiva localizaram-se 17 (dezessete) textos, também de artigos científicos e trabalhos publicados em anais de eventos. Aplicados os critérios, 4 (quatro) artigos foram eliminados e 13 (treze) foram selecionados para leitura, apresentados no quadro 4.

**Quadro 4 - Termo tecnologia assistiva BRAPCI**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
ARAÚJO, Aline Karoline da Silva.	O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais.	2017	Revista Informação na Sociedade Contemporânea.
VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz.	Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes.	2017	Perspectivas em Ciência da Informação.
MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro.	Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos.	2017	Inclusão Social.
MIRANDA, Sulamita Nicolau de.	Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
ARAÚJO, Aline Karoline da Silva.	O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais.	2017	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
CARAN, Gustavo Miranda; BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida.	Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico.	2016	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação.
BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida; CARAN, Gustavo Miranda.	Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
OTTONI, B. L. et al.	Abordagem ao usuário com deficiência visual na rede de Bibliotecas da UNESP.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
COUTINHO, K. S.	Biblioteca virtual de soluções em tecnologia assistiva: como começar?	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
NUNES, Elton Luiz Vergara; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de.	As tecnologias assistivas e a pessoa cega.	2014	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
SANTOS, Raimunda Fernanda dos; SILVA, Eliane Ferreira da.	O bibliotecário como arquiteto da informação: os desafios e as novas abordagens no hodierno contexto.	2013	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; CONCEIÇÃO, Tamires Neves.	Informação audiodescritiva e tecnologia audiovisual: um olhar da Ciência da Informação.	2017	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
DINIZ, Cladice Nobile; ASSIS, Josiane Braz de.	Atendimento a pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias.	2017	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

Fonte: a autora.

#### 4) Acessibilidade:

O termo acessibilidade apresentou 100 (cem) textos encontrados, dos quais 54 (cinquenta e quatro) foram eliminados e 46 (quarenta e seis) selecionados, apresentados no quadro 5. Esse universo dos resultados encontrados incluiu artigos de revistas e trabalhos apresentados em eventos.

**Quadro 5 - Termo acessibilidade BRAPCI**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
ROMA, Ivonete Aparecida Andrade; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman.	Acessibilidade nas bibliotecas escolares estaduais de Londrina.	2018	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
MIGLIOLI, Sarah; SANTOS, Gilmar Almeida dos.	Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos.	2017	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina.
VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz.	Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes.	2017	Perspectivas em Ciência da Informação.
SANTOS, Christiane Gomes dos et al.	Checklist de acessibilidade em ambientes informacionais na <i>web</i> .	2017	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação.
COSTA, Michelle Karina Assunção; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal.	A formação do bibliotecário de referência e o usuário com deficiência.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
ANTUNES, Cleuza Diogo Antunes; PIMENTA, Jussara Santos.	Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO.	2017	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina.
Talita Andrade Rodrigues; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL EVEDOVE, Paula Regina.	Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais.	2017	Revista Conhecimento em Ação.
MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro.	Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos.	2017	Inclusão Social.
MIRANDA, Sulamita Nicolau de; COSTA, Marcia Valeria da Silva de	O usuário surdo e a acessibilidade no sistema de bibliotecas da	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.

Brito; SILVA, Marcia Monteiro da.	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.		
DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro.	Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cladice Nobile Diniz; RANGNI, Rosemeire de Araújo.	Pessoas surdocegas em bibliotecas: discussões iniciais.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
MIRANDA, Sulamita Nicolau de.	Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
TEIXEIRA, Lilian Aguilar et al.	Políticas de inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a biblioteca central da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
AZEVEDO, Anderson Leonardo de; ANTELO, Marluce Maciel Gomes; AZEVEDO, Renata Pinto de.	Reforma e readequação do layout da Biblioteca Emília Bustamante/EPJSV/FIOCRUZ.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
ALVES, Tatiane Lemos.	Biblioteca acessível: eliminando barreiras.	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
ARAÚJO, Aline Karoline da Silva.	O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais.	2017	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro.	Os desafios e as barreiras das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas no processo de inclusão e acessibilidade.	2017	Páginas a&b - arquivos e bibliotecas.
LIMA, Izabel França de; SILVA, Edson da.	Acessibilidade em unidades de informação e cultura: um estudo na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC).	2016	Biblionline.
BAPTISTA, Michele Marques; GONÇALVES, Marcia Servi.	Acessibilidade para colaboradores em bibliotecas universitárias: um estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (SIBUCS).	2016	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
SANTANA, Jaciane Freire; SILVEIRA, Denis Silva da; SIEBRA, Sandra de Albuquerque.	Analisando as questões de usabilidade e acessibilidade do portal de periódicos da CAPES.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
PAIVA, Simone Bastos; OLIVEIRA, Gabriella Domingos de.	Gestão da informação no laboratório de acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

HOTT, Daniela Franciscutti Martins; CRUZ-RIASCOS, Sonia Aguiar; SIEBRA, Sandra de Albuquerque.	Aplicabilidade da legislação sobre acessibilidade: desafios e dificuldades.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
FURTADO, Cassia Cordeiro; ALMEIDA, Ana Margarida; DINIZ, Isabel Cristina dos Santos.	O desafio da acessibilidade e da inclusão em bibliotecas universitárias: a prática da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
LAZZARIN, Fabiana Aparecida; SILVA, Hellosman de Oliveira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de.	Acessibilidade na <i>web</i> no contexto e na perspectiva da ciência da informação no Brasil: reflexões sobre os validadores de acessibilidade brasileiros.	2016	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
ROSA, Janaina Jamarino.	Guia de acessibilidade: um estudo de potenciais usuários de um guia de locais acessíveis em BH.	2016	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação.
LAZZARIN, Fabiana Aparecida; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de.	Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias.	2015	Perspectivas em Ciência da Informação.
GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello et. al.	Acessibilidade na biblioteca do IFAM: <i>Campus</i> Manaus Centro.	2015	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
CAVALCANTI, Claudia Osvaldina dos Passos; GARCIA, Renata Ivone; RADOS, Gregório Jean Varvakis.	Acessibilidade física na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, <i>Campus</i> Araranguá.	2015	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina.
NASCIMENTO, Maria de Jesus; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; ANDRADE, Suelen.	Acessibilidade para usuários da informação com deficiência: um estudo de artigos em biblioteconomia e ciência da informação.	2015	Biblionline.
GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de.	Acessibilidade em mídias sociais: uma análise baseada em avaliadores automáticos de acessibilidade.	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
MAIA, Lucinéia Souza.	Uma análise preliminar da acessibilidade <i>web</i> dos <i>sites</i> de serviços de divulgação e acesso a informação pública no Brasil com base no e-MAG.	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
DAMIN, Marina Leitão; DODEBEI, Vera.	Tics, <i>sites</i> de redes sociais e a deficiência visual: um entrelace de memórias.	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
SANTOS, Christiane Gomes dos et. al.	Proposta de checklist para verificação de acessibilidade em buscadores <i>web</i> .	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

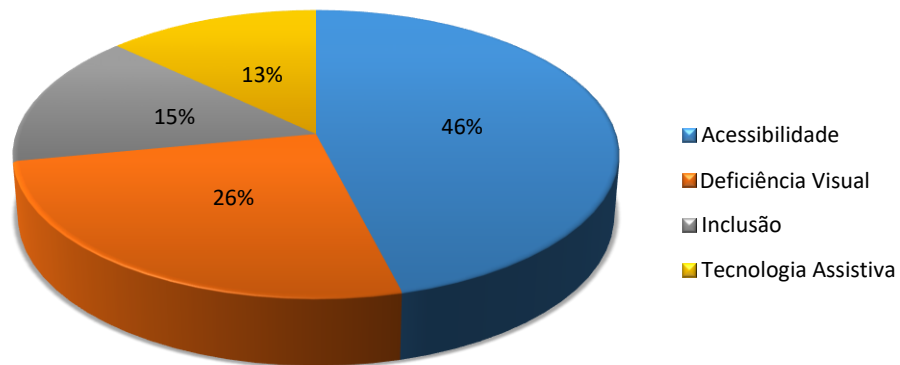
VENTURA, Kátia Santiago; SIEBRA, Sandra de Albuquerque.	Entre o acessível e o acessível: estudo dos requisitos da acessibilidade física na aplicação da lei de acesso à informação.	2015	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
SILVA, Cícero Carlos de Oliveira da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues.	Percepções sobre biblioteca inclusiva.	2015	Folha de Rosto.
GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello <i>et. al.</i>	Acessibilidade na biblioteca do IFAM/ <i>Campus</i> Manaus Centro.	2015	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
OTTONI, B. L <i>et. al.</i>	Abordagem ao usuário com deficiência visual na rede de Bibliotecas da UNESP.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
ÁVILA, Raquel Mendes de <i>et. al.</i>	Quatro décadas de experiências em acessibilidade: o caso do Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocirema Fernandes.	Biblioteca Pública Benedito Leite: Informação com acessibilidade.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
MELO, E. S. F. de <i>et. al.</i>	Acessibilidade informacional: alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de.	A inclusão digital para deficientes visuais do setor braille da biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; SÁ, N. A.	A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.
STORTI, V. R.; ALMEIDA, S. M. de; OTTONI, B. L.; FANTIN, V. M. S. R.	Promover a acessibilidade aos deficientes visuais e baixa visão à rede de bibliotecas da UNESP.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
SAMPAIO, M. I. C.	Acessibilidade do espaço físico da Biblioteca Dante Moreira Leite	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
ARNAIS, Magali Ap. Oliveira; LANDIM, Fernanda Alves; CAMPOS, Marina da Silva Felipe.	Entre leitores humanos e leitores digitais.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
GIACUMUZZI, Gabriela da Silva.	Acessibilidade arquitetônica em diferentes tipologias de bibliotecas.	2014	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.

Fonte: a autora.

Exibidos individualmente os resultados encontrados, percebe-se que ao se tratar da inclusão o termo acessibilidade foi que apresentou mais resultados e representou quase a metade

(46%) desses, conforme revela a figura a seguir. Os demais termos apresentaram os seguintes resultados: deficiência visual (26%), inclusão (15%) e tecnologia assistiva (13%).

**Figura 3-** *Ranking* dos termos das buscas BRAPCI



Fonte: a autora.

Na leitura dos artigos e comunicações científicas referente ao termo acessibilidade foi possível constatar que as dimensões da acessibilidade, consideradas no capítulo 2 foram desprezadas. A direção das pesquisas na CI na área de acessibilidade restringem-se à acessibilidade física, um dado esperado, considerando-se que muitos resumem acessibilidade apenas a condições físicas. É importante reiterar o recorrente equívoco de se associar inclusão a tão somente a eliminação barreiras físicas. Por outro lado, percebe-se uma lacuna em se tratar de TA no contexto das BU.

A tabela 1 revela o *ranking* dos periódicos ou eventos mais citados e distribuídos por termos. No gênero evento, o de maior destaque em número de resultados foi o ENANCIB (22). A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação foi o periódico a apresentar o maior número de resultados (32), seguida pela revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (12).

**Tabela 1- Ranking** do periódico/evento por termo nas buscas BRAPCI

Revista/ Evento	Acessibilidade	Deficiência visual	Inclusão	Tecnologia assistiva	Total
Biblionline	2	1			3
DataGramZero		1			1
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	10	4	5	3	22
Folha de Rosto	1				1
Inclusão Social	1	2	1	1	5
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	1			1	2
Páginas a&b - arquivos e bibliotecas	1		1		2
Perspectivas em Ciência da Informação	2	1		1	4
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	2	8		2	12
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	5		2		7
Revista Analisando em Ciência da Informação		1			1
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	19	7	3	3	32
Revista Conhecimento em Ação	1		1		2
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	1	1	1		3
Revista Informação na Sociedade Contemporânea				1	1
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação			1	1	2

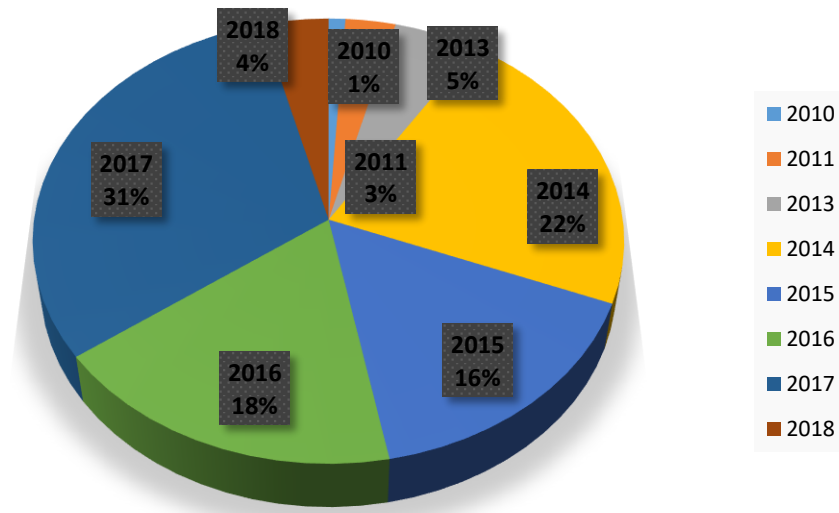
Fonte: a autora.

Identificar o alto retorno do ENANCIB demonstra que as pesquisas em âmbito de pós-graduação em CI têm dado atenção à inclusão. Salienta-se que o pesquisador, para submeter comunicação escrita ao evento, precisa inserir-se em um dos grupos de trabalhos; mesmo que a temática inclusão não se apresente claramente em nenhum dos grupos, o retorno é expressivo.

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD) é um veículo oficial de comunicação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), por isso constata-se que a temática é uma preocupação do órgão oficial da área. O retorno alto dos termos relaciona-se também ao fato de que as comunicações do Seminário Nacional de Bibliotecas Braille, desenvolvido pela FEBAB, são publicadas posteriormente como artigos em uma edição especial da revista.

Na opção ano, conforme explicitado na figura 4, a inclusão começa a ter algum vulto a partir de 2014, com 22% de resultados. O ano 2017 apresentou 31%; o ano 2018 apenas 4%, baixo percentual em virtude da realização das pesquisas na base terem ocorrido no mês fevereiro de 2018.



**Figura 4:** Resultado das buscas por ano da publicação BRAPCI

Fonte: a Autora (pesquisa realizada em fevereiro de 2018).

Na tabela 2 observam-se os resultados de cada termo por ano; registra-se melhor desempenho para o termo acessibilidade e tecnologia assistiva em 2017.

**Tabela 2-** Termos por ano BRAPCI

Ano	Acessibilidade	Deficiência visual	Inclusão	Tecnologia assistiva	Total
2010		1			1
2011		3			3
2013		4		1	5
2014	10	9		3	22
2015	11	5			16
2016	8	1	7	2	18
2017	16	2	6	7	31
2018	1	1	2		4

Fonte: a autora (pesquisa realizada em fevereiro de 2018).

Os dados apresentados refletem como se aborda a inclusão no âmbito da CI, pela perspectiva da BRAPCI; os resultados foram positivos, no sentido de que as buscas remeteram a diversos textos sobre a inclusão e o manancial de conteúdo desses trabalhos enriquecerá o capítulo da discussão dos dados coletados.

O CINFOM foi elegido por se tratar de um evento promovido pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, local em que esta pesquisa de mestrado se desenvolveu (em seu PPGCI). As buscas foram realizadas nos anais do CINFOM, nos anos 2010 a 2018, com critérios semelhantes aos aplicados à base BRAPCI. Em virtude de a

periodicidade do evento ser bienal, as buscas na faixa 2010 a 2018 restringiram-se aos anos 2011, 2013, 2015 e 2017.

Observou-se que o CIFORM não possuía uma base específica que elencasse todos os trabalhos apresentados. Por isso, os critérios de busca utilizados na base BRAPCI não foram apropriados e precisaram ser reelaborados. Inicialmente localizou-se na internet a busca “anais Cinform ano tal”.

Nos anos 2011 e 2013 os anais foram disponibilizados no próprio *site* do evento, na aba “anais”. No ano 2011, a publicação dos anais ficou disponível na página <<http://www.cinform2011.ici.ufba.br/>>; a busca fornece duas opções: por “autor” ou pela opção “selecione uma área de conhecimento na opção abaixo” que inclui “Administração e áreas afins à CI”, “Arquivologia”, “Biblioteconomia”, “Educação” e “Informática”.

Os anais do ano 2013 foram disponibilizados na página <<http://www.cinform2013.ufba.br/>>. As opções de área do conhecimento foram as seguintes: “Administração”, “Arquivologia”, “Biblioteconomia”, “Ciência da Informação”, “Comunicação”, “Educação” e “Informática”. Além dessas, oferece também a busca por autor.

Nos anos 2011 e 2013, por apresentarem anais praticamente nas mesmas condições, optou-se por realizar as buscas em todas as áreas de conhecimento disponíveis, em vez de buscar por autor. Ao clicar em cada área disponível, buscaram-se os termos “inclusão”, “deficiência visual”, “tecnologia assistiva” e “acessibilidade” nos títulos dos documentos. Encontrado algum desses termos no título, o resumo era lido para constatar se esse se harmonizava com a temática que se refere à proposta desta pesquisa; se adequado, o texto era lido na íntegra, caso contrário, descartado.

Os anais de 2015 foram apresentados no *site* <<http://www.cinform2015.ufba.br/>>; ao se clicar na opção “anais”, o *link* dá acesso a um arquivo em pdf. Nesse caso, buscou-se no sumário, em todos os eixos, os títulos que continham os termos buscados e procedeu-se com os mesmos critérios de busca definidos nos anos 2011 e 2013, na sequência de leitura de título, resumo e leitura integral, caso fosse pertinente.

No ano 2017, disponibilizou-se a publicação dos anais no *site* <<http://www.cinform2017.ufba.br/>>; na aba “anais em pdf” é possível acessar aos trabalhos apresentados. Pelas similaridades com os anais de 2015, repetiram-se os mesmos critérios de busca estabelecidos.

Esclarecidos os critérios de busca, serão apresentados os resultados encontrados por ano, para cada termo, em pesquisas realizadas nos dias 4 a 6 de maio de 2018.

Em 2011 não foram localizados trabalhos dirigidos aos termos inclusão, deficiência visual e tecnologia assistiva. Para o termo acessibilidade, houve 1 (um) artigo, com o título “Infoinclusão sob a perspectiva da acessibilidade e usabilidade”.

Nos anos 2013 e 2015 não houve resultados para nenhum dos termos estabelecidos.

No ano 2017 foi encontrado 1 (um) artigo para o termo acessibilidade, intitulado “Acessibilidade nos sítios de instituições federais de ensino superior do Brasil: uma análise por meio do AcessMonitor”. Para maior clareza, a tabela 3 mostrará os resultados relatados.

**Tabela 3-** Termos por ano CINFORM

<b>Ano</b>	<b>Acessibilidade</b>	<b>Deficiência visual</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Tecnologia assistiva</b>	<b>Total</b>
2011	1	0	0	0	1
2013	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0
2017	1	0	0	0	1

Fonte: a autora

Considera-se que os resultados encontrados foram insignificantes, provavelmente porque, no decorrer desses anos, o evento não abordou a inclusão como tema principal. Ainda assim, pesquisar nos anais serviu para comprovar que nesse espaço ainda há muito a se discutir no tocante à inclusão.

Apresentados os aspectos relevantes concernentes à CI, o próximo capítulo apresentará a tecnologia assistiva.

## 4 A TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO POTENCIALIZADORA DA INCLUSÃO

O presente capítulo esclarecerá o que representa a tecnologia assistiva (TA) no processo da inclusão. Inicialmente apresentaremos como se desenvolveu o conceito no Brasil e, posteriormente, destacaremos os principais recursos de TA. O capítulo igualmente apresentará como os recursos de TA podem ser utilizados no ambiente da biblioteca universitária.

### 4.1 A TRAJETÓRIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

A expressão tecnologia assistiva (TA), apesar de relativamente nova, refere-se a recursos utilizados desde sempre pelo homem. Como afirmam Rodrigues e Alves (2013, p. 5), “até mesmo nos primórdios de sua existência, quando, por exemplo, homens primitivos usavam pedaços de madeira como bengala improvisada”, tais recursos facilitavam o desenvolvimento das atividades.

Galvão Filho (2009a, p. 191) assinala que os recursos de TA incluem “desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade”. Naturalmente, com o avanço da tecnologia, os recursos de TA ganharam maior funcionalidade, qualidade e tornou-se uma ferramenta valiosa no que se refere à PDV. Por esse motivo, Radabaugh (1993, apud BERSCH, 2017, p. 2) afirma que “para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

Traduzido no Brasil como tecnologia assistiva, o termo *Assistive Technology* surgiu em 1988 na legislação norte-americana conhecida por *Public Law 100-407*, a qual compõe, com outras leis, o *American with Disabilities Act - ADA*. Essas leis asseguravam os direitos das pessoas com deficiência e fizeram avançar a discussão dessas questões, por possibilitarem a regulamentação da TA e garantirem recursos públicos para esse fim. Isso deu visibilidade à causa e países se sensibilizaram ao observarem o modelo americano, ainda que cada um vivenciasse sua própria experiência e desafios peculiares (GALVÃO FILHO, 2009b).

No cenário europeu, o conceito de TA também é traduzido pelas expressões Ajudas Técnicas ou Tecnologia de Apoio. O consórcio *Empowering Users Through Assistive Technology* (EUSTAT), entre 1997 e 1999, desenvolveu um estudo com o objetivo de formar usuários finais de Tecnologia de Apoio voltado a pessoas com deficiência ou idosos, seus familiares e profissionais assistentes pessoais, para possibilitar a essas pessoas fazerem escolhas

informadas, adequadas e responsáveis em relação a essas tecnologias. Observa-se que o consórcio parte do princípio de que é fundamental a participação do usuário na escolha das Tecnologias de Apoio que esse utiliza (EUSTAT, 1999 apud GALVÃO FILHO, 2009b).

O consórcio EUSTAT utiliza a expressão Tecnologias de Apoio, que envolve os produtos e serviços que compensam as limitações funcionais, facilitam a independência e proporcionam qualidade de vida às pessoas com deficiência e pessoas idosas (EUSTAT, 1999 apud GALVÃO FILHO, 2009b).

No Brasil, a expressão tecnologia assistiva geralmente é utilizada ao lado das expressões Ajudas Técnicas e Tecnologia de Apoio. As expressões tecnologia assistiva ou tecnologia de apoio são utilizadas como um conceito mais amplo, que englobam os dispositivos, os serviços e metodologias, enquanto a expressão ajudas técnicas se refere a recursos, aos dispositivos de TA, conforme Galvão Filho (2009b).

A criação do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), em 16 de novembro de 2006, pela portaria nº 142 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), formado por representantes de órgãos governamentais, permitiu a discussão da TA pela perspectiva de política pública. O comitê reuniu especialistas e representantes de outras instituições, públicas ou privadas, bem como de organismos internacionais, a fim de discutir a temática no cenário nacional (GALVÃO FILHO, 2009b).

A intenção do CAT era apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de TA, levantar os recursos humanos envolvidos com a temática, mapear os centros regionais de referência, para então formar uma rede nacional integrada e propor a elaboração de estudos e pesquisas em TA (BRASIL, 2009b).

Para elaborar o conceito de TA, os membros do CAT realizaram uma revisão no referencial teórico internacional. Para subsidiar as políticas públicas no cenário nacional, o comitê pesquisou os termos *Ayudas Tecnicas*, *Ajudas Técnicas*, *Assistive Technology*, *Tecnologia Assistiva* e *Tecnologia de Apoio*, também utilizados em outras partes do mundo (BERSCH, 2017).

A seguir, a melhor definição de TA a partir dos estudos realizados pelo CAT:

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009b, p. 9).

Conforme destacam Rodrigues e Alves (2013, p. 6), o conceito adotado representa um avanço em relação ao tema, ao trazer TA no singular, que assim passa a ser percebida como “área de conhecimento, e, portanto, envolve não só produtos, mas também, metodologias, estratégias e serviços”. Além disso, amplia-se no sentido de atribuir característica interdisciplinar: “deixa de ser atribuição exclusiva do âmbito da saúde, e passa a ser permeada por diferentes áreas do conhecimento”. As autoras acrescentam que a construção e formulação do conceito de TA, nas esferas internacional e nacional, ainda se encontram em pleno desenvolvimento, razão pela qual é necessário continuar a se discutir a temática.

Nessa direção, conforme a lei brasileira da inclusão, conceitua-se TA como

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 2).

No ambiente da BU, a utilização desses recursos contribuem sobremaneira para assegurar a informação à PDV. No momento em que propicia equidade de oportunidades às PDV, a TA combate a discriminação imposta a essas pessoas e torna-se essencial para o cotidiano das BU, no sentido de favorecer a formação dos estudantes na condição de deficiência. Por ser uma questão de direitos humanos disponibilizar a informação a todos, a TA contribuirá para a inclusão da pessoa com deficiência no processo de apreensão do conhecimento no ambiente da biblioteca.

Ainda sobre o conceito de TA, Galvão Filho (2013) assinala que o CAT não cedeu à pressão no sentido de limitar a TA a recursos da área de saúde e optou por conferir-lhe caráter interdisciplinar. O comitê escolheu direção oposta à concepção hegemônica da abordagem sobre deficiência, a do modelo médico, que resume as necessidades da pessoa com deficiência praticamente a recursos como órteses, próteses e dispositivos para a locomoção, conforme exposto no capítulo 2. Dessa maneira, a nova concepção é diferente; sob o enfoque social a pesquisa e inovação no campo da TA foram incentivadas em diferentes perspectivas, o que contribuiu para o aperfeiçoamento de políticas públicas (GALVÃO FILHO, 2013).

Reconhece-se que a busca por precisão conceitual deve continuar considerando-se a tendência de se rotular quase tudo como TA, o que provavelmente relaciona-se com os editais públicos que disponibilizam incentivos. A amplitude no conceito não foi de todo ruim; ao favorecer o alargamento no conceito da TA facilitou também para explicitar que não cabe mais o modelo médico. No entanto, acompanhado do interesse pelo tema, cresceu também a

distorção sobre o que é TA, razão pela qual exige-se precisão conceitual para que seja possível identificarem-se os recursos que não se referem a TA (GALVÃO FILHO, 2013).

É comum as pessoas confundirem com TA ferramentas de trabalho como bisturi e quadro branco. No entanto, o equívoco é fácil de se desfazer porque a função dessas ferramentas é auxiliar os profissionais a executarem bem suas atividades. Outra aplicação equivocada do termo ocorre também com relação à mera utilização dos recursos de informática na educação, as tecnologias educacionais; isso não os torna TA por serem áreas e objetivos distintos. Enquanto não houver precisão no conceito, a confusão sobre o que se trata ou não de TA persistirá (GALVÃO FILHO, 2013).

A TA deve ser entendida como recurso do usuário e não como recurso do profissional; por meio da tecnologia, a pessoa com deficiência desenvolverá as funções do cotidiano de forma independente. Reconhece-se a confusão criada entre TA e tecnologia educacional, no entanto, considera-se que isso fica mais claro ao se levar em conta o propósito do uso desses recursos. Por exemplo, um aluno com deficiência física nos braços e também cadeirante utilizará o computador com o mesmo objetivo dos demais colegas, como pesquisar na *web*; nessa circunstância, o computador é uma ferramenta tecnológica aplicada ao contexto educacional. Nesse caso, não se trata de TA porque a tecnologia favorece o aprendizado de todos (BERSCH, 2017).

Quanto aos aspectos que caracterizam se um recurso é ou não TA ressalta-se que não são apenas as características particulares do recurso ou do usuário. É necessário se observar a finalidade para a qual se está utilizando o referido recurso. No caso do estudante cego, o uso da tecnologia como recurso de acessibilidade permitirá acesso ao texto impresso (GALVÃO FILHO, 2013).

As características citadas contribuem para elucidar possíveis dúvidas sobre o que se considera TA. Trata-se de observar a motivação, o porquê da criação do produto ou serviço e também de se perceber a finalidade para a qual foi criado. Depreende-se, portanto, que são produtos/serviços concebidos para atender a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como os idosos, de maneira que suas limitações sejam amenizadas ou dizimadas (GALVÃO FILHO, 2013).

No contexto educacional pode-se considerar que a tecnologia é assistiva quando quem a utiliza é um aluno com deficiência, quando os objetivos estão vinculados a romper barreiras que dificultam o acesso à informação e também quando se percebe que sem o recurso tecnológico o aluno apresenta comprometimento da aprendizagem. Os recursos de TA incluem:

os *mouses* diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores<sup>5</sup>, *softwares* de comunicação alternativa, leitores de texto, textos ampliados, textos em braille, textos com símbolos, mobiliário acessível (BERSCH, 2017).

Uma das bases fundamentais da TA são os princípios do desenho universal, inclusive a legislação se valerá desse conceito para promover a inclusão. A aplicação desse princípio demarca a transição de um cenário de segregação para um cenário de igualdade de oportunidades em uma sociedade inclusiva (GALVÃO FILHO, 2013). A proposta, nesse contexto, é a de que todos os seres humanos, sem exceção, possam usufruir dos mesmos ambientes sem a necessidade de restringi-los a esse ou aquele público.

O 3º Congresso Internacional de Acessibilidade, "Projetando para o Século XXI", realizado em 2004, teve a participação de 22 países. No evento também ocorreu um fórum em que foi elaborada a Carta do Rio, que definiu o propósito do desenho universal:

atender às necessidades e viabilizar a participação social e o acesso aos bens e serviços à maior gama possível de usuários, contribuindo para a inclusão das pessoas que estão impedidas de interagir na sociedade e para o seu desenvolvimento.[...] Concebemos o Desenho Universal como gerador de ambientes, serviços, programas e tecnologias acessíveis, utilizáveis equitativamente, de forma segura e autônoma por todas as pessoas – na maior extensão possível – sem que tenham que ser adaptados ou readaptados especificamente (CARTA DO RIO, 2004, s.p.).

O conceito de desenho universal é essencial para quebrar o estigma social fortemente construído. A experiência evidencia que o estigma é reforçado quando os espaços são para uso exclusivo de pessoas com deficiência, a exemplo de banheiros e salas específicas em bibliotecas. Em contraponto, a pessoa com deficiência sente-se efetivamente incluída quando os ambientes são construídos de maneira a atender à diversidade.

Atualmente, algumas políticas públicas brasileiras têm contribuído para gerar demandas de TA em larga escala, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que contém orientações para a inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência em escolas regulares (BRASIL, 2008). Em muitos casos, somente se poderá garantir a plena participação desses alunos com a introdução dos recursos de TA em todos os processos

---

<sup>5</sup> Os teclados virtuais são *softwares* que projetam na tela do computador a imagem de um teclado com todas as suas funções; esses podem ser acessados por meio de *mouse* convencional, de *mouse* alternativo ou ainda pela opção de varredura. Nessa última, os itens na tela do computador podem ser apresentados por um sinal visual ou um sinal sonoro, a ativação do item escolhido em um grupo de seleção, como letras, ícones ou figuras é realizada por um acionador. Para usuários com deficiência física torna-se uma ferramenta valiosa que permite pelo menos um movimento controlado, que pode ser a rotação do pescoço, e assim facilitam o acesso ao computador através do acionador e do método de varredura” (MARTINS, 2009).



de aprendizagem, não apenas no ambiente escolar (RODRIGUES; ALVES, 2013). As políticas públicas combatem à exclusão à medida que promovem a utilização da TA na educação.

De acordo com o Decreto nº 5.296/04, é obrigatório que os portais e sítios eletrônicos da administração pública sejam acessíveis para PDV, medida que impulsiona a utilização da TA como ferramenta que assegura a inclusão. O Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) não permitiu que a inacessibilidade de sítios eletrônicos excluísse uma parcela da população brasileira do acesso às informações veiculadas na internet. Assim, a entrega de informações e serviços sob sua responsabilidade foi assegurada mediante o modelo, que visa nortear o desenvolvimento e adaptação de conteúdos digitais do governo federal para garantir o acesso a todos (BRASIL, 2014, 2004).

As recomendações do e-MAG permitem que a implementação da acessibilidade digital seja padronizada, fácil e atenda às necessidades brasileiras sem se esquecer dos padrões internacionais. Salienta-se que o e-MAG é uma versão especializada do documento internacional WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines / Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web*), voltado para o governo brasileiro (BRASIL, 2014).

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limites - também propulsionou a utilização da TA ao ampliar os produtos dessa área e investimentos em pesquisas e projetos. O plano destinou R\$ 7,6 bilhões a serem utilizados entre os anos 2011 e 2014, em prol dos direitos das pessoas com deficiência relacionados com TA. O interesse pela área tem sido crescente nos setores empresarial, acadêmico, governamental (BRASIL, 2011; GALVÃO FILHO, 2013; RODRIGUES; ALVES, 2013).

As políticas públicas reforçam a compreensão de que as pessoas com deficiência têm direitos e deveres, como quaisquer cidadãos, e a TA é uma aliada para que efetivamente os exerçam e cumpram. Pela perspectiva da educação inclusiva, as BU (subsistemas da universidade) não podem ser omissas por saberem que precisam trabalhar paralelamente ao paradigma da inclusão.

Apresentada a trajetória da TA, abordaremos agora quais recursos estão disponíveis para pessoas com deficiência visual.

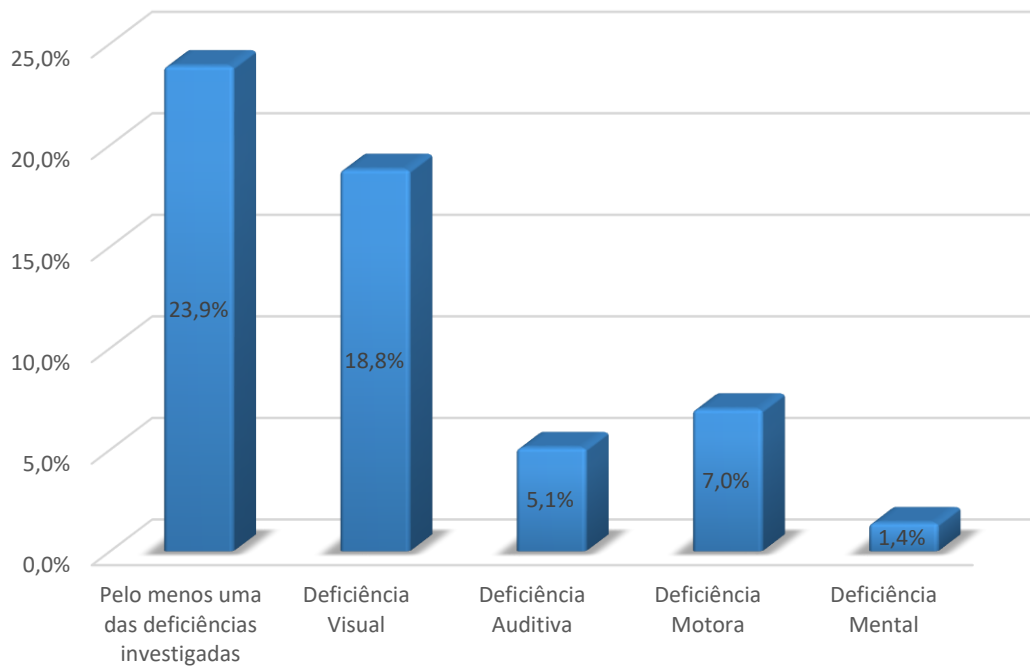
#### 4.2 A TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A OMS atesta que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo apresentam algum tipo de deficiência; dessas, cerca de 200 milhões experimentam dificuldades mais severas. Considera-se que esse número continue crescendo em razão do envelhecimento da população e

do aumento de doenças crônicas como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios mentais (OMS, 2011).

No Brasil, entre as deficiências investigadas a de maior incidência é a deficiência visual, declarada por 18,8% da população, conforme dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme figura 5 (IBGE, 2010).

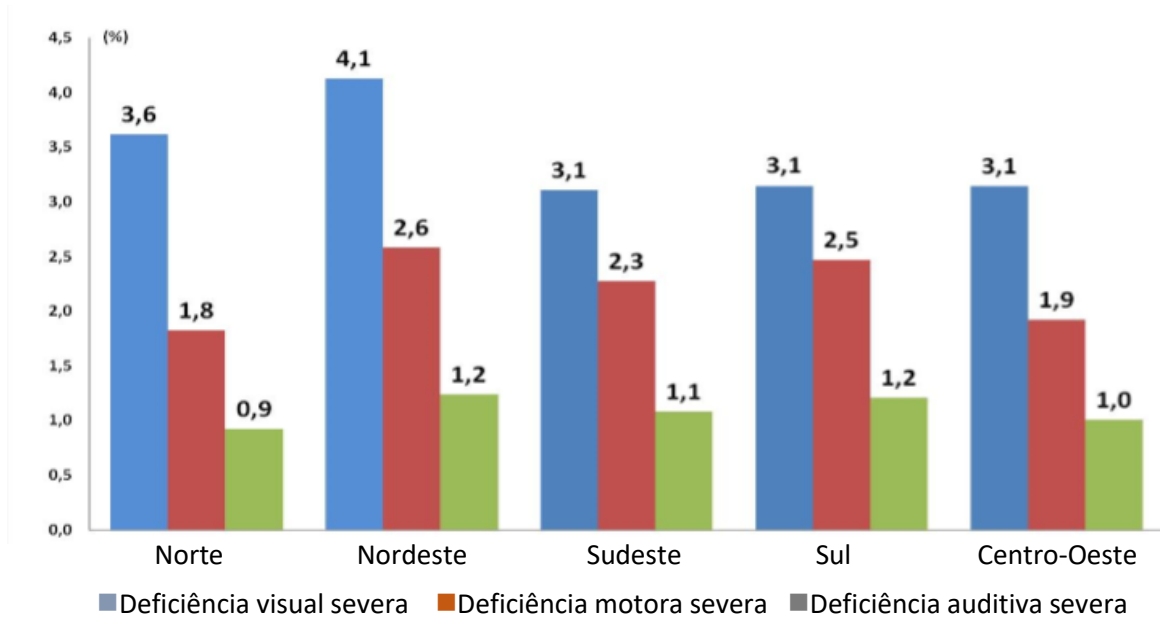
**Figura 5:** Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência investigada - Brasil, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No Censo de 2010, ao apresentar os dados referentes à deficiência severa por região, observa-se a liderança da região nordeste, conforme figura 6. Considera-se com deficiência severa as pessoas que declararam as opções de resposta “sim, grande dificuldade” ou “sim, não consegue de modo algum” para as deficiências visual, auditiva e motora ou as que declararam ter deficiência mental (IBGE, 2010).

**Figura 6:** Percentual da população por tipo de deficiência severa investigada, segundo as [grandes] regiões - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em virtude desses dados do Censo do IBGE, justifica-se a necessidade de se discutir sobre inclusão e os recursos de TA, sobretudo na região nordeste, a que apresentou o maior índice de deficiência visual severa no país. Dessa forma, a utilização desses recursos torna-se indispensável à vida das pessoas com deficiência, sobretudo nas BU, em virtude de contribuírem diretamente para a permanência desses estudantes no ensino superior.

Em todo o mundo as pessoas com deficiência são as que enfrentam as piores perspectivas de saúde, educação e altas taxas de pobreza. As condições precárias se devem às barreiras no acesso a serviços que estão mais facilmente disponíveis para pessoas sem deficiência (OMS, 2011). Neste capítulo apresentaremos como a TA pode melhorar a vida da PDV no cenário educacional, em especial na BU.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ressalta a necessidade da autonomia das pessoas com deficiência, ao afirmar que reconhece “a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas” (BRASIL, 2009, p. 3). Os recursos de TA visam a proporcionar autonomia à pessoa com deficiência, por isso são tão necessários.

Galvão Filho (2009b, p. 115) endossa que a TA deve ser “utilizada como mediadora, como instrumento, como ferramenta mesmo, para o ‘empoderamento’, para a atividade

autônoma e para a equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência na sociedade atual”. Por essa razão, a sociedade inclusiva reconhece a importância da disponibilização da TA.

A TA poderá auxiliar a pessoa com deficiência na “locomoção, no acesso à informação e na comunicação, no controle do ambiente e em diversas atividades do cotidiano, como o estudo, o trabalho e o lazer” (MELO; COSTA; SOARES, 2006, p. 65). Ressalta-se que algumas categorias foram definidas para facilitar a organização e identificação.

- ✓ Auxílio para a vida diária;
- ✓ Comunicação Suplementar e Alternativa – Produtos que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala oralizada ou com limitações da mesma;
- ✓ Recursos de acessibilidade ao computador – Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, *softwares* especiais (reconhecimento de voz) etc.;
- ✓ Sistemas de controle de ambiente – Sistemas eletrônicos que auxiliam as pessoas com limitações motoras a controlar remotamente aparelhos eletroeletrônicos e sistemas de segurança, entre outros, localizados em diferentes ambientes;
- ✓ Projetos arquitetônicos acessíveis;
- ✓ Órteses e próteses;
- ✓ Adequações postural/funcional – Adaptações para cadeira de rodas ou outro sistema de sentar;
- ✓ Auxílio de mobilidade – Cadeiras de rodas manuais ou motorizadas, bases móveis, andadores e qualquer outro veículo utilizado na mobilidade;
- ✓ Auxílios para pessoas cegas ou com visão subnormal – Auxílios para grupos específicos que incluem lupas e lentes, braille, equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura.
- ✓ Auxílios para pessoas surdas ou com deficiência auditiva;
- ✓ Adaptações em veículos (FORTALECIMENTO, 2016).

As categorias citadas acima abrangem todas as deficiências. Com respeito à TA para uso nas atividades diárias por PDV, Melo, Costa e Soares (2006) exemplificam alguns desses recursos:

- 1) **Bengalas** - auxiliam na localização de obstáculos e desníveis no piso, durante o caminhar da PDV; podem ser inteiriças ou dobráveis, conforme a figura 7:

**Figura 7 - Bengala dobrável**

Fonte: Galvão Filho (2009b, p. 163);

- 2) **Lupas** - criadas para auxiliar pessoas com baixa visão, permitem grande ampliação de textos e imagens na leitura e na escrita. A lupa pode ser eletrônica (figura 8); circular (figura 9); e horizontal (figura 10):

**Figura 8 - Lupa eletrônica**

Fonte: Galvão Filho (2009b, p. 163)

**Figura 9 - Lupa circular**

Fonte: Galvão Filho (2009b, p. 163)

**Figura 10 - Lupa horizontal**

Fonte: Galvão Filho (2009b, p. 163)

A lupa eletrônica é um dispositivo para ampliar o tamanho das letras e textos e se apresenta em diversos tipos e variações. Os modelos mais comuns são os que possuem uma câmera acoplada a uma mesa que possui tela própria ou pode ser conectada a um computador ou televisão. A lupa assegura ao usuário conforto e praticidade no momento da leitura e pode ser utilizada por qualquer pessoa (FORTALECIMENTO..., 2016)

3) **Assinadores** - peças plásticas ou de metal, vazadas em posições que auxiliam a PDV a assinar seu nome em documentos quando necessário (figura 11); é uma ferramenta simples.

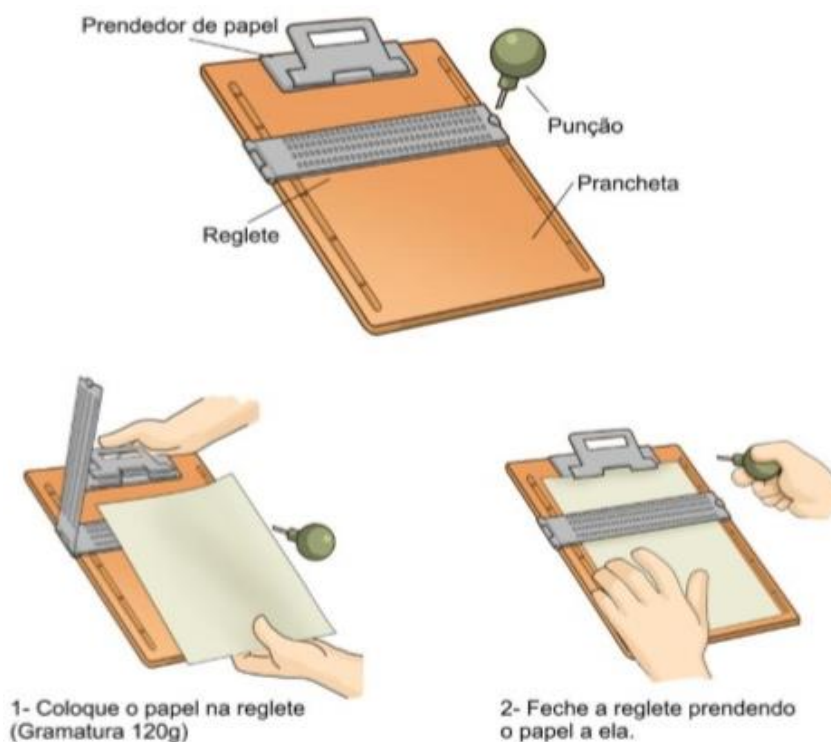
**Figura 11 - Assinador**



Fonte: Remus (2008, s.p.)

4) **Reglete e punção** - auxiliares na escrita em grafia braille. A reglete é composta por uma prancheta e uma régua-guia, com pinos na parte inferior para garantir que fique presa à prancheta. A punção tem a utilidade de marcar o papel a partir da pressão exercida sobre esse e marcar os pontos da escrita braille no papel (TECE [200-]), conforme a figura 12.

**Figura 12 - Reglete e punção**



Fonte: TECE ([200-], p.2)

Destaca-se que o dispositivo possui duas placas, que podem ser de metal ou plástico e ficam fixas de um lado, com dobradiças, possibilitando a introdução do papel. A placa superior dispõe de janelas correspondentes às celas braille e cada janela possui, em baixo relevo, a configuração de cela braille. Ponto por ponto, as pessoas cegas, com a punção, formam o

símbolo braille correspondente às letras, números ou abreviaturas desejadas (FORTALECIMENTO..., 2016).

Salienta-se que são diversos os elementos que provocam a exclusão, assim, para que as tecnologias realmente sejam inclusivas, devem ser desenvolvidas conforme a necessidade. Os recursos, quando utilizados de maneira adequada, tornam a pessoa apta para tarefas que antes eram impossíveis de serem desenvolvidas. Estudiosos da temática também sugerem que, ao se pensar em produtos e serviços para pessoas com deficiência, faz-se necessário que essas participem e contribuam com a discussão, o que obviamente assegurará a qualidade.

Convém ressaltar a importância de uma equipe multidisciplinar na construção de produtos e serviços de TA, os quais, segundo Bersch (2017), deverão ser discutidos com profissionais de diferentes formações como engenheiros, arquitetos, *designers*, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, médicos, assistentes sociais, psicólogos.

Apesar da eficácia da TA, muitas instituições desestimulam-se sob a alegação de que esses recursos estão além dos seus orçamentos. Galvão Filho (2009b) desconstrói a convicção generalizada de se associar TA a aparelhos sofisticados e de altíssimos custos. Segundo o autor, a pesquisa e a prática desmentem essa crença e relata que dificuldades e barreiras complexas podem ser atenuadas ou eliminadas com a utilização de recursos de baixo custo e de alta funcionalidade.

Por existirem recursos de TA com essas características, a pesquisa apresentará recursos gratuitos ou de baixo custo e alta funcionalidade que facilitarão sua aplicação prática nas bibliotecas. Reconhece-se que as BU, em sua maioria, atravessam uma crise orçamentária sem precedentes, em especial as federais.

Quando se trata de TA no ambiente da BU, o interesse do bibliotecário será fundamental, aspecto a ser abordado no capítulo seguinte. O profissional interessado em possibilitar a todos o acesso à informação buscará recursos de TA independentemente das limitações, naturalmente dentro da realidade econômica a fim de facilitar o desempenho acadêmico dos estudantes. Além disso, caberá ao bibliotecário e à equipe da biblioteca sensibilizar os gestores para atender a essa demanda. No entanto, para que se iniciem essas ações, o bibliotecário precisa se apropriar dos recursos de TA e compreender o quanto são fundamentais para a vida das pessoas com deficiência; do contrário, a biblioteca ficará omissa no processo inclusivo.

Após esclarecer sobre recursos disponíveis para PDV, o tópico seguinte abordará a TA para pessoas com deficiência visual no ambiente da BU.

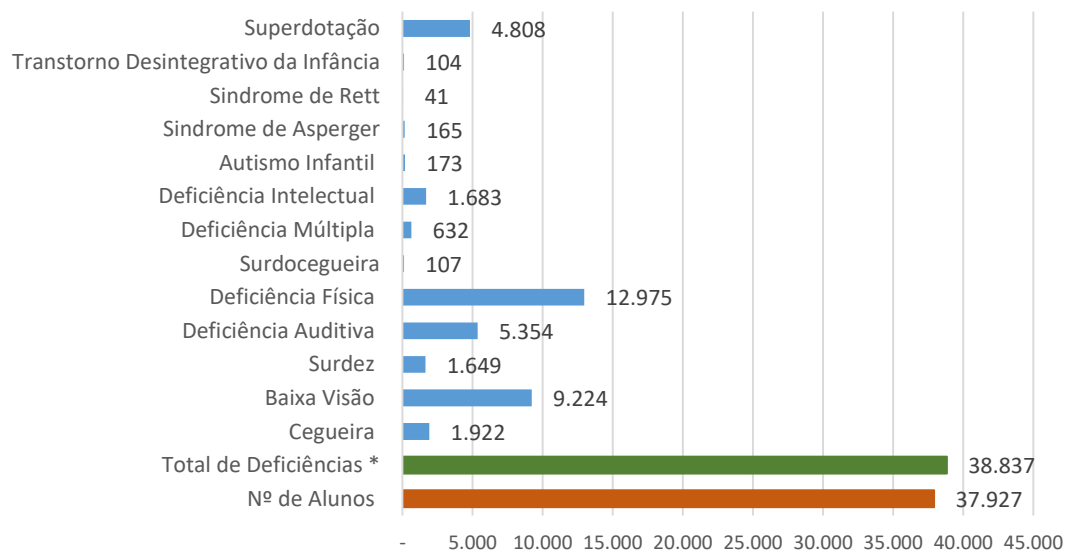
### 4.3 A TECNOLOGIA ASSISTIVA APLICADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Estabelecido, em primeiro plano, que a mudança de mentalidade está no processo de inclusão, rejeita-se a ideia de que a PDV é uma vítima devido à sua condição. Por outro lado, reconhecem-se os desafios impostos pela condição de deficiência visual e esta seção abordará como os recursos de TA podem neutralizar essas limitações, à medida que confere dignidade à pessoa humana.

Nas BU os recursos de TA contribuem para facilitar o acesso a informação por PDV. Destaca-se que as PDV apresentam diferenças; e quando identificadas, precisam ser levadas em conta no momento da utilização do recurso. A pessoa que nasce cega poderá requerer recursos diferentes de outra que perdeu a visão na vida adulta, por exemplo (MENEGATTI, 2012).

É crescente o número de matriculados no ensino superior no Brasil com alguma deficiência, conforme a figura 13. Dessa maneira, exige-se nova postura frente a essa realidade por parte das instituições e por extensão das BU. As figuras a seguir revelam os tipos de deficiências no Brasil e na Bahia.

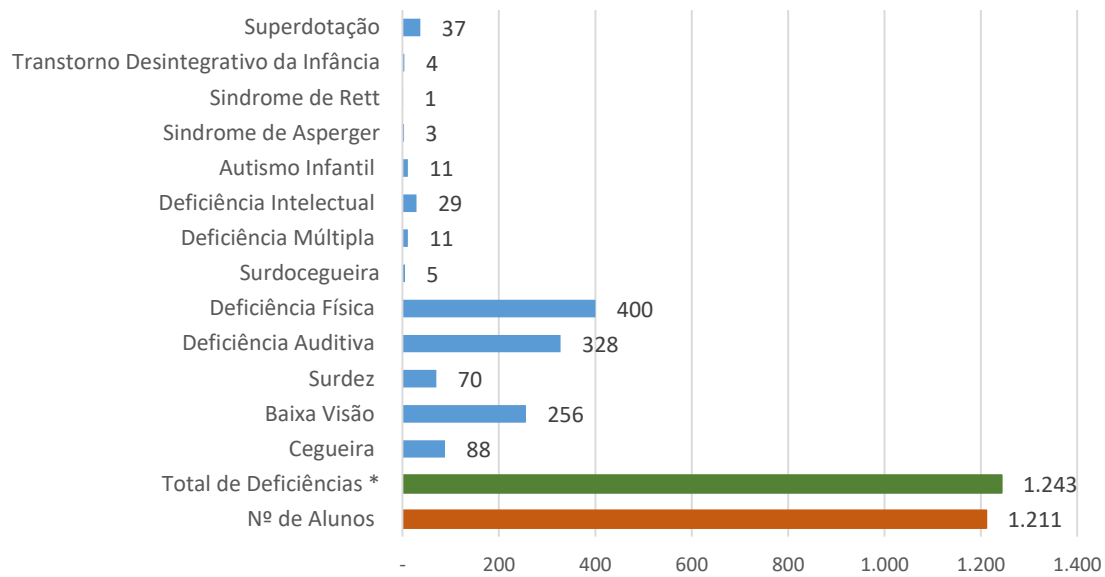
**Figura 13 - Total de matrículas por tipo de deficiência no Brasil**



\* O mesmo aluno pode ter mais de um tipo de deficiência e será computado em todos os casos.

Fonte: INEP (2015)

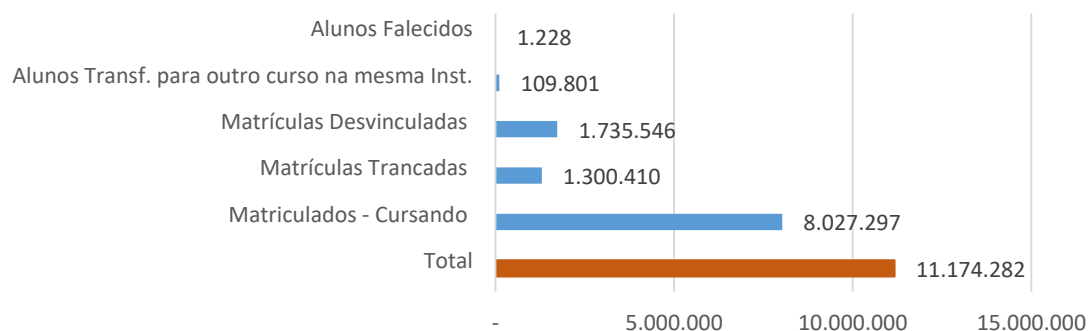


**Figura 14-** Total de matrículas por tipo de deficiência na Bahia

\* O mesmo aluno pode ter mais de um tipo de deficiência e será computado em todos os casos.

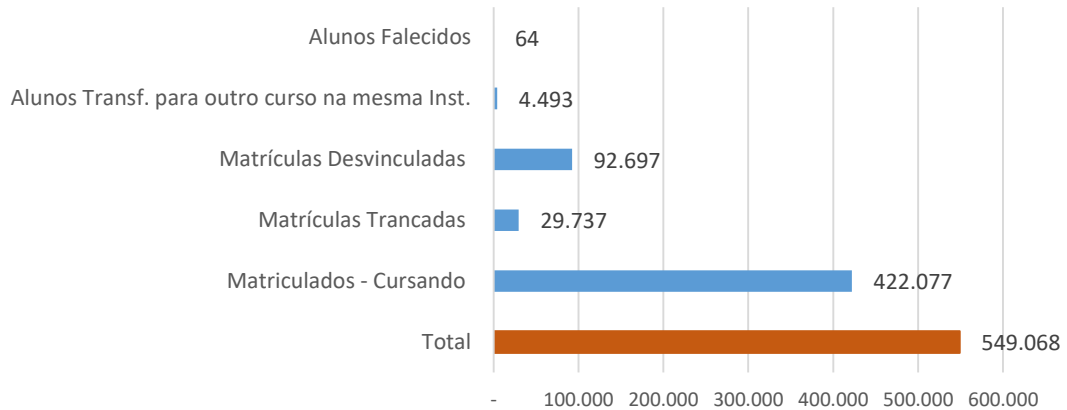
Fonte: INEP (2015)

Além do número crescente de matrículas de pessoas com deficiência, também é crescente o número de estudantes que se desvinculam das instituições de ensino superior, um dado preocupante, conforme as figuras a seguir. O Censo da Educação Superior indica que é realidade a desvinculação, ou seja, a evasão do estudante da universidade, apesar de não detalhar as causas que a provocam e nesse conjunto estão as PDV que precisam de assistência. Dessa maneira, a adoção de recursos de TA pode auxiliar o estudante com deficiência em suas atividades acadêmicas e combater a evasão dos estudantes nesta condição.

**Figura 15-** Total de Matrículas (Matriculados, Matrícula Trancada, Matrícula Desvinculada do Curso, Transferência para outro Curso, Falecido nos Cursos de Graduação, Presenciais e a Distância no Brasil em 2015

Fonte: INEP (2015)

**Figura 16** - Total de Matrículas (Matriculados, Matrícula Trancada, Matrícula Desvinculada do Curso, Transferência para outro Curso, Falecido) nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância na Bahia em 2015



Fonte: INEP (2015)

Os dados fornecidos pelo Censo da Educação Superior levam à reflexão sobre o que está sendo oferecido às pessoas com deficiência no âmbito de universidades públicas e privadas. Além disso, é preciso se repensar sobre quais estratégias são adequadas para minorar a evasão.

No cenário da BU, podem ser ofertados recursos para utilização do computador, muitos desses gratuitos. Os recursos de TA para uso do computador podem ser sistematizados da seguinte maneira: 1) Leitores de tela; 2) Ampliadores de tela; 3) Tradutores braille.

#### 1) **Leitores de tela**

Os leitores de tela são *softwares* que “fornecem informações por síntese de voz sobre todos os elementos que são exibidos na tela do computador, principalmente fazendo a leitura dos elementos textuais exibidos, e cujos comandos são executados exclusivamente por teclas do teclado comum” (GALVÃO FILHO, 2009b, p. 200).

O Mecdaisy, baseado no padrão internacional Daisy – Digital Accessible Information System – é uma ferramenta brasileira e gratuita que apresenta sintetizador de voz, financiada pelo MEC e desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O *software* permite converter qualquer texto em formato Daisy; após a conversão é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito (FORTALECIMENTO..., 2016). O recurso possibilita que “o usuário folheie, consulte o índice, pesquise e faça comentários. Muitos livros disponibilizados para as pessoas com deficiência nos programas de distribuição de livros [...] utilizam esta ferramenta”, conforme Fortalecimento... (2016, p. 135)

Convém esclarecer que bibliotecas destinadas a PDV e outras organizações mantenedoras formaram o Consórcio DAISY para desenvolver um padrão internacional e

*software* para produzir livros falados digitalmente. A “navegação” é um termo utilizado em conexão com os livros DAISY, permite que os leitores possam facilmente localizar capítulos e páginas, colocar um *bookmark* (marcador de texto) e usar o índice. Os livros nesse formato têm narração com voz humana, podem conter o texto completo do livro e as imagens ou conteúdo multimídia de modo sincrônico. Por meio da técnica de compressão MP3 é possível que em apenas um disco compacto se armazene quase todos os livros. Os livros DAISY são tocados em dispositivos de reprodução especiais ou computadores que tenham o *software* DAISY (IFLA, 2009).

O DOSVOX é um sistema operacional gratuito para ajudar a PDV a utilizar o computador. Desenvolvido pelo Núcleo de Computação da UFRJ, o projeto utiliza tecnologia nacional, de baixa complexidade, adequada às dificuldades financeiras do país e apresenta alta funcionalidade para as PDV. A comunicação com o usuário é por meio de síntese de voz no idioma português, mas pode ser configurado para outros idiomas, e sua utilização permite autonomia para a PDV.

O diferencial desse sistema é a simplicidade de interação e comunicação; em vez de simplesmente ler o que está escrito na tela, estabelece um diálogo amigável. Além disso, em razão de grande parte das mensagens sonoras emitidas se apresentarem com voz humana gravada, o usuário que faz uso prolongado tem baixo índice de estresse (SOUZA, 2004; MALHEIROS, 2013).

O DOSVOX possui a vantagem de ser compatível com outros programas de acesso para PDV, como o Virtual Vision, Jaws, Window Bridge, Window-Eyes, os quais podem ser instalados na máquina do usuário.

O BrowseAloud Todos os Sites® é um aplicativo desenvolvido para ampliar o acesso à informação em *sites* ou documentos no formato “pdf *on-line*” e disponibiliza uma barra de ferramentas de suporte à leitura com adição de fala para *sites* e documentos *on-line* (FORTALECIMENTO..., 2016).

O Virtual Vision foi desenvolvido pela empresa brasileira Micropower14 para a PDV utilizar o ambiente Windows, aplicativos Office e também acessar com autonomia a internet por meio do navegador Internet Explorer 3.02 e/ou 5.0, programas de *e-mail*, programas de OCR. Além disso, é capaz de pronunciar as palavras digitadas letra por letra, palavra por palavra, linha por linha, parágrafo por parágrafo ou todo o texto continuamente; também é possível rastrear o *mouse* (SOUZA, 2004).

Esse programa reconhece, entre outros, Word, Excel, Internet Explorer, Outlook, MSN, Skype, os mais utilizados pelos usuários. Não é um produto disponível gratuitamente, mas o

valor é apropriado para a realidade brasileira, é totalmente autoinstalável e considerado um dos melhores sintetizadores de voz (SOUZA, 2004; FORTALECIMENTO..., 2016).

O Jaws for Windows é um leitor fabricado nos Estados Unidos, de alta qualidade. Esse leitor é capaz de realizar a leitura dos menus disponíveis, permite a pronúncia de letras e palavras digitadas, além da funcionalidade de utilização da internet (SOUZA, 2004).

A disponibilização desses leitores de tela nas BU demonstra cuidado do gestor para garantir a inclusão. Dessa maneira, favorecerá a permanência dos estudantes com deficiência visual e o ingresso de outros nessa condição. As bibliotecas podem disponibilizar máquinas com esses leitores e também deverão oferecer treinamento para utilizá-las, entretanto, antes disso, é necessário capacitar a equipe para o manuseio dessas ferramentas.

Com as dificuldades orçamentárias, cada biblioteca poderá oferecer alguns desses recursos, conforme sua realidade financeira. Em virtude das opções gratuitas elencadas não há justificativa para as BU não oferecerem leitores de tela.

## 2) **Ampliadores de tela**

Como o próprio nome sugere, os ampliadores de tela “ampliam ou todos os elementos da tela, ou determinadas áreas da tela, ou a região onde se encontra a seta do mouse. Normalmente permitem que o tamanho da ampliação seja configurável, para responder às necessidades específicas de cada usuário” (GALVÃO FILHO, 2009b, p. 199). Ao ampliar os textos e imagens exibidas na tela do computador contribuem para que as pessoas com baixa visão utilizem o computador.

O LentePro, criado pelo projeto DOSVOX, é uma opção econômica viável para auxiliar os estudantes com baixa visão. Sua utilização é simples, “funciona como uma lupa fazendo com que o que aparece na tela seja ampliado em uma janela” e torna possível perceber “todos os detalhes dos itens ampliados” (SOUZA, 2004, p. 61-62). Por ser gratuito, esse recurso pode ser facilmente utilizado pelas BU.

Dentre os recursos pagos há o ampliador de tela ZoomText, de fabricação portuguesa, com síntese de voz e que funciona em ambiente Windows, internet e *e-mail* (SOUZA, 2004). A utilização dos ampliadores de tela contribui significativamente para o rendimento do estudante; o acesso à informação fica inviabilizado sem os ampliadores sugeridos. A fim de disponibilizar esses recursos, a BU deverá sensibilizar os gestores quanto a necessidade e os benefícios desses recursos.

## 3) **Tradutores braille**

O tradutor braille é uma ferramenta capaz de traduzir o texto para a linguagem braille. O dispositivo, chamado “linha braille” ou “display braille”, quando conectado ao computador

transforma “qualquer texto digitado em um editor de textos, em escrita braille, por meio de pinos móveis que alteram seu posicionamento, levantando ou baixando automaticamente, formando os caracteres braille de acordo com a linha do texto onde estiver posicionado o cursor” (GALVÃO FILHO, 2009b, p. 184).

O dispositivo linha braille contém um teclado com pontos em braille; conectado ao computador ou *scanner* de voz fornece acesso aos sistemas operacionais, internet e demais aplicações. O dispositivo permite a leitura e a digitação em braille concomitantemente, além de possibilitar à PDV, por meio deste dispositivo, o acesso em braille a materiais com origem digital ou em tinta e alternativas de leitura com o uso do sistema braille (FORTALECIMENTO..., 2016)

O Braille Fácil é um *software* gratuito desenvolvido pela UFRJ, o qual consegue transcrever automaticamente documentos em texto para o braille. O programa permite a criação de uma impressão em braille de maneira rápida sem a necessidade de se ter conhecimento avançado em braille para manusear o programa (SOUZA, 2004).

O texto pode ser digitado diretamente ou importado de um editor de textos convencional para o programa Braille Fácil como mais uma fonte do computador. O editor de textos utiliza os mesmos comandos do NotePad do Windows, com algumas facilidades adicionais. Uma vez digitado, o texto pode ser visualizado e impresso em braille ou em tinta (inclusive a transcrição braille para tinta) (FORTALECIMENTO..., 2016).

As impressoras que imprimem em braille ou equipamentos especiais como o “Braille Lite”, portátil, funcionam como uma agenda eletrônica para digitação em braille, com uma linha braille para a leitura que pode ser conectada ao computador para transferir dados e para imprimir (GALVÃO FILHO, 2009b).

A impressora braille é um recurso útil nas BU; o equipamento imprime em folhas avulsas em papel ou em formulário contínuo. É um recurso caro e nem todas as BU dispõem de orçamento para adquiri-lo. A impressora é de fácil utilização, dispõe de recurso de fala para apoio ao usuário na condição de deficiência visual e botões em braille. O usuário pode selecionar o idioma português e dispor de papel com a gramatura adequada para impressão em braille, o que possibilita a impressão do alto relevo no papel (FORTALECIMENTO..., 2016)

Com a crescente disponibilização do mercado editorial de livros em formato digital, as impressoras tornaram-se ferramentas valiosas para a PDV. O investimento é proporcional aos benefícios ocasionados no desenvolvimento acadêmico da PDV.

O *scanner* com voz/OCR (figura 17), é um recurso oneroso, poderá ser utilizado para digitalizar as obras com maior índice de busca na biblioteca e que podem ser gravadas de forma

digital. Uma vez digitalizada, com o código internacional do livro, o título, o nome do autor etc., a obra fica disponível em um repositório e poderá ser utilizada todas as vezes que o usuário desejar. O *scanner* apresenta a possibilidade de gravar a obra nos formatos doc ou txt e, caso o estudante deseje, poderá levar o arquivo para usar no seu próprio computador (FORTALECIMENTO..., 2016).

**Figura 17:** Impressora braille, *scanner* com voz/OCR e linha braille (da esquerda para a direita em sentido horário).



Fonte: Fortalecimento... (2016, pg. 128)

O *scanner* converte documentos impressos em áudio, usando reconhecimento óptico de caracteres (OCR), que poderá ser da máquina ou instalado no computador, e transforma o texto em voz. O *scanner* tem funcionamento simples e pode ser utilizado por PDV ou por qualquer pessoa que deseje ouvir um título em vez de ler (FORTALECIMENTO..., 2016).

O OrCam MyEye, outra ferramenta custosa, é um óculos criado para dar autonomia às pessoas cegas ou com baixa visão, através do reconhecimento de textos, pessoas, produtos e código de barras, cédulas de dinheiro, cores, informa a data e a hora ao girar o pulso. Ele permite o acesso fácil à informação de forma sigilosa e em tempo real (ORCAM, 2019). Na biblioteca o dispositivo seria um recurso útil para a leitura de qualquer livro disponível no acervo.

Tendo em vista a quantidade de recursos em TA voltados para a PDV, tanto de baixo custo com alta funcionalidade quanto de custo elevado, considera-se urgente que as BU priorizem o atendimento dessa demanda. Além disso, é necessário que as BU se apropriem desse conhecimento e iniciem uma nova era, na qual a informação esteja de fato disponível a todos os usuários.

Estabelecidos os pilares teóricos em que esta investigação está posicionada, concernente à TA, no capítulo seguinte desloca-se a atenção para os aspectos referentes à inclusão no âmbito da biblioteca universitária.

## **5 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Neste capítulo será apresentado o papel da biblioteca universitária quanto à promoção da inclusão. Além disso, abordaremos como a agenda da inclusão transferiu novas atribuições para o exercício do profissional bibliotecário e exibiremos ações inclusivas de algumas bibliotecas.

### **5.1 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO**

Reconhece-se que as demandas sociais têm alterado substancialmente os rumos da universidade, a qual no passado recente apresentava-se essencialmente elitista e conservadora. Na atualidade, por força do movimento inclusivo, observa-se que essa instituição vê-se obrigada a traçar novos rumos. Em decorrência das políticas de democratização do acesso à educação superior, juntamente com novos mecanismos de seleção, como por exemplo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), minorias que antes não acessavam à universidade têm sido incluídas.

Nesse conjunto estão incluídas as pessoas com deficiência. Ainda que o acesso à educação básica não seja ofertado em condições ideais, alguns têm conseguido alcançar a educação superior, etapa final de formação. Conforme mencionado, os dados do Censo da Educação Superior apontam para o aumento de matrícula de estudantes com deficiência, o que exige planejamento adequado (INEP, 2015).

Nessa conjuntura, em que mudanças são uma constante, estão as BU, que necessitam adaptar-se ao cenário inclusivo ocasionado pelos novos rumos adotados pela universidade. A BU não é um organismo autônomo, mas um subsistema ao qual a universidade está vinculada, com essa interação e dela sofre influência (EMMANUELLI, 2009).

Entende-se que os objetivos e serviços da BU sofreram alterações constantes em função das mudanças, por isso, exige-se implementações no tocante a atender adequadamente os usuários. Por outro lado, é necessário que seu planejamento esteja alinhado com a missão, visão, finalidades e princípios das instituições superiores a que estão subordinadas (EMMANUELLI, 2009).

Considera-se a educação um ato dinâmico e que a BU tem função educativa. Logo, é necessário superar seus valores conservadores, que abrangiam estritamente o armazenamento da informação, para atuar como centro de aprendizagem dinâmica e participativa. O



conhecimento, antes apenas armazenado, agora é transformado e possibilita a articulação entre o saber e a pesquisa (ALCÂNTARA; BERNARDINO, 2013).

Nesse sentido, as funções da BU estão para além de garantir acesso, disseminar, recuperar e preservar a informação; a biblioteca “auxilia a cada indivíduo no processo de descoberta de sua capacidade de realização como também no seu desenvolvimento, garantindo assim a construção de suas próprias ideias, gerando conhecimento” (ALCÂNTARA; BERNARDINO, 2013, p. 6).

Fujita (2006, p. 1-2) acrescenta que as BU são “um sistema de informação que é parte de um sistema mais amplo, que poderia ser chamado sistema de informação acadêmico, no qual a geração de conhecimentos é o objeto da vida universitária”. Assim, a universidade somente atingirá seus objetivos para a educação com a contribuição da biblioteca, logo é possível abonar a BU uma posição estratégica dentro da universidade, sem a mesma seus objetivos não são alcançados.

Na concepção de Lubisco (2014) a BU é capaz de potencializar a aprendizagem e o conhecimento e a autora assegura que

As bibliotecas universitárias (BU), conceitualmente, por sua natureza, desempenham um papel fundante na instituição à qual estão ligadas, por sua função de apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa função se consubstancia na sua atuação como recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e desenvolvimento do espírito científico. Com isto, ela se orienta para a mediação entre o usuário e a informação, para cuja otimização ela deve promover o desenvolvimento de um conjunto de competências de seu pessoal e daquele que é a razão de ser da biblioteca, o usuário (LUBISCO, 2014, p. 5).

É evidente que o papel da BU ultrapassa apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão da universidade à qual está ligada como tradicionalmente a definimos. Trata-se, portanto, de um espaço acadêmico em que se propicia o desenvolvimento do espírito científico, a aprendizagem e o conhecimento, os quais são estimulados quando ocorre a mediação entre a informação e o usuário.

Nessa direção, Paula e Bueno (2016, p. 16) endossam que “a biblioteca não é apenas um local móvel de acesso à informação, do conhecimento, de um saber ou até mesmo de uma conduta, mas, sobretudo um laboratório de cultura, educação e um espaço para a iniciação à vida que vem se adaptando ao seu público”. Observa-se que o cunho educativo faz parte do seu escopo.

A visão de Alcântara e Bernardino (2013, p.2) se coaduna com essa perspectiva e apresenta a BU como

instância que possibilita à universidade atender às necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação. É possível, então, partir da premissa que universidades e bibliotecas são agências sociais organizadas com a missão de servir à sociedade enquanto instâncias criadoras e propulsoras do conhecimento, estimuladoras e facilitadoras do acesso a este conhecimento.

Os teóricos citados alargam o conceito da BU ao reconhecerem a sua função social e educativa, e apontam para a necessidade de administrar todo o patrimônio informacional disponível, ou seja, o material bibliográfico existente, que inclui: livros, periódicos, materiais específicos, áudio e outros. Isso posto, depreende-se que esse ambiente é indispensável para a apreensão e potencialização do conhecimento, razão pela qual se exige dinamicidade nesses espaços.

Dentre os serviços oferecidos habitualmente pela BU estão a “consulta local de seu acervo, pesquisas em bancos de dados e Internet, empréstimo a domicílio, levantamento bibliográfico, orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, reserva de materiais, empréstimo entre bibliotecas” (MACHADO, 2009, p. 28). A BU também poderá oferecer o serviço de comutação bibliográfica, o treinamento do *software* utilizado pela biblioteca, a confecção das fichas catalográficas e a visita guiada.

Além desses, a biblioteca pode atuar como uma instância que promove eventos de cunho cultural voltados para leitura e formação de leitores. É fato que quando a BU diversifica a oferta de serviços de qualidade, agrega valor à instituição ao mesmo tempo que enriquece a vida acadêmica dos estudantes.

No caso dos estudantes com deficiência, é necessário que a BU desenvolva alternativas viáveis quanto ao acesso a informação. Entende-se que a postura inclusiva não é uma opção, é uma responsabilidade social; à medida que atuam dessa maneira tornam-se instituições essencialmente inclusivas, e dessa maneira contribuirão para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O primeiro passo para que isso ocorra é dispensar atendimento com qualidade que inicia-se no balcão de atendimento. Para o bom o atendimento das pessoas com deficiência os funcionários devem ser conscientizados para acolher as diferenças de forma natural e sensível, com a mesma atenção e respeito dispensados aos demais usuários (PUPO, 2006).

O acolhimento de PDV deve ser adequado, inclusive se estiverem na companhia de um cão guia, um direito conquistado. Recomenda-se que nas primeiras visitas disponibilize-se que um guia humano acompanhe pessoas cegas e desacompanhadas e também pessoas com baixa visão a fim de se conhecer os espaços internos. Por fim, disponibilizar as normas da biblioteca para cegos, em braille, e para pessoas com baixa visão em versão impressa em papel, porém ampliada (PUPO, 2006).

O atendimento sugerido reflete os ideais da inclusão, que incluem o acolhimento, postura livre de preconceito, em especial no balcão de atendimento, local em que o estudante tem contato direto com os funcionários. Dessa maneira, a biblioteca assume a sua função social de entregar a informação ao usuário sem reforçar o estigma social, muito bem exaltado pela sociedade preconceituosa.

No processo de tornar a biblioteca inclusiva, é essencial a adoção de tecnologias nas práticas diárias, uma vez que essas, ao mesmo tempo que proporcionam autonomia à PDV, concedem suporte à educação inclusiva e, assim, rompe-se o paradigma de excluir, segregar ou integrar. Cunha (2000) ressalta que as bibliotecas sempre foram dependentes da tecnologia da informação e que por meio dessa é possível eliminar os obstáculos de tempo e espaço, além de proporcionar aos estudantes formas variadas de aprendizagem.

No âmbito da BU, o planejamento é outra ferramenta necessária para a promoção da inclusão. Assim, os documentos institucionais, regimento e regulamento, deverão prever ações referentes a demandas de estudantes com deficiência. Ações aparentemente simples previstas nesses documentos podem ser estratégicas para a permanência desses estudantes, como, por exemplo, disponibilizar impressão de textos em fonte ampliada, disponibilizar ao estudante na condição de baixa visão um funcionário para guiá-lo nas estantes dos livros.

Além disso, a política de formação e desenvolvimento de coleções, outra ferramenta de planejamento, deverá prever a compra de materiais acessíveis. A política deve definir a estratégia de criação de uma coleção e deve ser um guia para a seleção, manutenção e avaliação do conteúdo. À medida que a biblioteca oferta serviços direcionados para cada perfil de estudante, efetivamente subsidia sua formação intelectual e contribui para o exercício da cidadania (IFLA, 2009; STROPARO; MOREIRA, 2016;).

A eliminação das barreiras existentes no cenário da biblioteca é igualmente elementar. Nessa direção, a Lei nº 13.146/2015 fornece auxílio ao estabelecer o conceito de barreiras e igualmente identifica seus vários tipos:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015, p. 1).

É fundamental conhecer e identificar as barreiras existentes, conforme especifica a lei, pois facilita derrubá-las, atingir o escopo da acessibilidade e também proporciona ambientes de convivência mútua, em vez de espaços segregados. Pela perspectiva das BU, esses critérios precisam ser revisitados, por se tratarem de direitos conferidos na legislação, é uma responsabilidade. Além disso, quando há descumprimento do dispositivo legal, no caso de instituições federais de ensino, é oportuno ressaltar que isso poderá repercutir no credenciamento para abertura, funcionamento ou renovação de cursos, uma situação que deve ser evitada.

Por intermédio da acessibilidade, um dos critérios vitais para a biblioteca atuar pela perspectiva inclusiva, equiparam-se às oportunidades. É importante reiterar que as seis dimensões de acessibilidade se completam e que a derrubada de barreiras físicas sem a acessibilidade atitudinal, de fato, não proporcionará a inclusão. Nessa vertente, Crochík (2011) sublinha que quando não há cuidados com relação à questão arquitetônica e às atitudes favoráveis, algumas das dimensões da acessibilidade, reflete-se a negligência, uma forma de preconceito.

Paula e Bueno (2016, p. 7) asseveram que “a biblioteca universitária deve inserir em seu processo inclusivo desde o aspecto físico até o atitudinal se baseando na dimensão urbanística, arquitetônica, comunicacional e instrumental para a promoção, renovação e desenvolvimento de uma educação igualitária”. Ratifica-se que a mentalidade precisa ser inclusiva antes de os espaços o serem, do contrário a inclusão não ocorrerá.

Nos últimos anos, por força da legislação, observa-se que escolas e universidades adaptaram alguns ambientes para pessoas com deficiência como banheiros e criaram rampas

em prédios. Quando são tomadas medidas de acessibilidade como essas em prol das pessoas com deficiência, isso não significa necessariamente inclusão, em vez disso, remetem à integração, que defendia, prioritariamente, mudanças no ambiente arquitetônico, esquecendo-se de que a inclusão é uma filosofia que remete a mudanças na essência das instituições (VIVARTA, 2003). Na prática ambientes exclusivos tonificam o estigma social que o movimento inclusivo refuta.

As universidades americanas, desde a década de 1960, são pioneiras no quesito acessibilidade. Nesses instituições, as áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas e lanchonetes, foram transformadas a fim de beneficiar a todos. Com o primeiro Centro de Vida Independente do mundo<sup>6</sup>, na década de 1970, acalorou-se o debate sobre soluções que pudessem proporcionar à pessoa com deficiência o direito de ir e vir em qualquer ambiente (VIVARTA, 2003).

Com a pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (*sic*, 1981), realizaram-se campanhas que exigiam o desenho acessível, ou seja, a quebra de barreiras; o desenho adaptável é questionado. Enquanto o último tinha como premissa adaptar os ambientes obstrutivos, o desenho acessível exigia que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporassem elementos obstrutivos aos projetos de construção de ambientes e de utensílios (VIVARTA, 2003).

Assim, defendeu-se a ideia do desenho universal, que beneficia a todas as pessoas, com ou sem deficiência, e não a da adaptação. O desenho universal, conforme Vivarta (2003), é a terminologia mais usada hoje em dia para se referir a um ambiente que considere toda e qualquer diferença. Por esse motivo, enquanto o desenho universal não for praticado, o estigma social será reforçado (FONSECA; GOMES; VANZ, 2014).

A Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015, p. 1) define o desenho universal como “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. Além de prever o desenho universal como uma regra, a lei indica que o poder público

---

<sup>6</sup> O Centro de Vida Independente (CVI) surgiu no final dos anos 1960, nos Estados Unidos, por meio de um grupo de pessoas com deficiência que decidiu abandonar a proteção do ambiente institucional. O grupo foi às ruas e protestou contra a concepção sobre deficiência então praticada. Ed Roberts estava entre os que protestavam; ele fundou em 1972, em Berkeley, Califórnia, o primeiro Centro de Vida Independente do mundo, uma organização não governamental sem fins lucrativos, que ressaltou as potencialidades das pessoas com deficiências muito severas e possibilitou a criação de recursos e serviços de apoio a essas pessoas, equivocadamente consideradas incapacitadas. Atualmente, nos Estados Unidos, existem mais de 500 Centros de Vida Independente que atuam com a cooperação de governos, universidades e empresas do setor privado e existe uma legislação para garantir fundos, infraestrutura e pessoal a tais centros. No Brasil, o primeiro centro surgiu no Rio de Janeiro, em 1988, trazido pela jornalista Rosângela Berman Bieler (BENGALA LEGAL, 2007).

deve incluir “conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado” (BRASIL, 2015, p. 1).

O desenho universal foi criado pelo arquiteto norte-americano Ron Mace, na década de 1980, e “prevê soluções, produtos, serviços ou espaços que podem ser usados pela maior parte das pessoas, sem a necessidade de modificações e adaptações, articulando-se, assim, ao conceito de acessibilidade, uma vez que visa a atingir o maior número de pessoas possível” (FORTALECIMENTO...,2016, p. 42).

A utilização do desenho universal amplia a quantidade de usuários da biblioteca, uma vez que os espaços passam a ser projetados para atender a todos os usuários, sejam obesos, pessoas com deficiência ou idosos com dificuldade em locomoção. Ressalta-se que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência enfatiza que o desenho universal não exclui as ajudas técnicas, ou seja, os recursos de TA, para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias (BRASIL, 2009a). Assim, os espaços devem oferecer acessibilidade e também recursos de TA.

São sete os princípios que regem a proposta do desenho universal, a saber (FORTALECIMENTO..., 2016):

- **Equiparação nas possibilidades de uso:** soluções, produtos e serviços devem estar disponíveis para as pessoas com habilidades e necessidades diversas. As bibliotecas deverão ofertar livros em diferentes formatos acessíveis;
- **Flexibilidade no uso:** soluções, produtos e serviços devem atender a ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades. As ações da biblioteca devem ser planejadas para atender à diversidade do público;
- **Uso simples e intuitivo:** produtos e serviços devem ter uso simples e de fácil compreensão. Os espaços da biblioteca devem ser planejados de forma que todos encontrem o que necessitam de forma autônoma;
- **Captação da informação:** o produto ou serviço deve comunicar eficazmente ao usuário as informações necessárias. A biblioteca deverá dispor de placas acessíveis de sinalização e/ou informação;
- **Tolerância ao erro:** o desenho do produto ou serviço deve minimizar o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas. A utilização de recursos de TA facilita este processo;

- **Mínimo esforço físico:** soluções, produtos e serviços devem ser utilizados com um mínimo de esforço, de forma eficiente e confortável. O mobiliário de que a biblioteca dispõe poderá contribuir para essa perspectiva;
- **Dimensão e espaço para uso e interação:** soluções, produtos e serviços devem oferecer espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário. O mobiliário e a organização dos espaços devem propiciar uso e interação.

No cenário brasileiro, o desafio de oferecer bibliotecas acessíveis ainda segue imenso. As bibliotecas continuam a não ofertar todas as dimensões de acessibilidade e ainda não dispõem de acervos em formatos acessíveis em prol de estudantes na condição da deficiência visual, cenário que precisa ser revisto e ações efetivas precisam ser tomadas (FORTALECIMENTO..., 2016).

Exposto como as BU podem atuar na promoção da inclusão, a seção seguinte explanará especificamente referente ao arcabouço legal e normativo com que as BU precisam estar alinhadas.

## 5.2 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA INCLUSÃO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

No desenvolvimento desta pesquisa algumas leis referentes à inclusão da pessoa com deficiência foram assinaladas, devido sua importância nessa temática. No entanto, nesta seção faremos uma breve exposição da trajetória dessas leis e quais as responsabilidades que as mesmas acarretaram para as BU.

Pela perspectiva legal, a inclusão remonta à Constituição de 1988, ao apontar a educação como direito de todos, igualdade de condições no acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). No entanto, a Lei nº 7.853/1989, de 24 de outubro de 1989, é mais específica no tocante a pessoas com deficiências ao estabelecer as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, e sua efetiva integração social (BRASIL, 1989).

No quesito educação, a Lei nº 7.853/1989 recomenda a inclusão no sistema educacional, um ganho para as pessoas com deficiência. No entanto, nessa oportunidade restringe-se ao ensino pré-escolar, o 1º e 2º graus e o supletivo. Nesse cenário, o acesso ao ensino superior ainda lhe é vedado, pelo fato de não ser mencionado (BRASIL, 1989).

A Lei nº 7.853 foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (*sic*). O decreto avança ao prescrever a inclusão no sistema educacional, em todos os níveis e modalidades de ensino, que inclui o ensino superior. O documento sinaliza que as instituições de ensino superior deverão oferecer suporte para pessoas com deficiência, que incluíam adaptações de provas e o apoio necessário (BRASIL, 1999). Nesse conjunto de oferta de apoio prestado, insere-se a BU que igualmente precisa ofertar condições adequadas para esse perfil de usuário.

Em seguida, a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, especificou que as repartições públicas estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato e que o não cumprimento da lei implica punição por meio de multas (BRASIL, 2000b).

Posteriormente foi promulgada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência [(*sic*)] ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000a, p.1). Nessa lei define-se acessibilidade, barreiras, pessoa com deficiência, tecnologia assistiva, desenho universal.

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098, assevera que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível precisam oferecer condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos e cita as salas de aula e as bibliotecas, auditórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004). Com referência à biblioteca, o decreto reforça a necessidade de sua atuação em conformidade com a agenda inclusiva.

O decreto também faz referência às normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o foro nacional de normalização. A ABNT estabeleceu parâmetros para regulamentar as questões referentes à acessibilidade por meio da norma NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a qual “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (ABNT, 2015, p. 14). Nesta seção chamaremos a atenção para as diretivas apresentadas na norma que oportunizam a acessibilidade especialmente para PDV.

A Norma 9050 visa



proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção” (ABNT, 2015, p. 1).

A NBR 9050 passou por atualização em 2015. A revisão atentou-se para os critérios do desenho universal que defende a utilização de espaços de convivência mútua e asseverou que a acessibilidade deverá atender a toda a sociedade, não somente ao grupo específico de pessoas com deficiência (GENTIL JUNIOR, 2016).

A norma apresenta o símbolo internacional de PDV, conforme a figura 18, que pode ser utilizado nos ambientes públicos. Não é permitida modificação alguma, estilização ou adição no símbolo e sua presença indica a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para PDV (ABNT, 2015).

**Figura 18** – Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: ABNT (2015, p. 40)

A NBR 9050 alerta para a necessidade de sinalizações tátil e visual no piso, as quais podem ser de alerta e direcional, detectáveis pelo contraste tátil e pelo contraste visual. Devem ser instaladas no sentido do deslocamento das pessoas, no caso de ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável nos ambientes internos ou externos, a indicar caminhos preferenciais de circulação (ABNT, 2015).

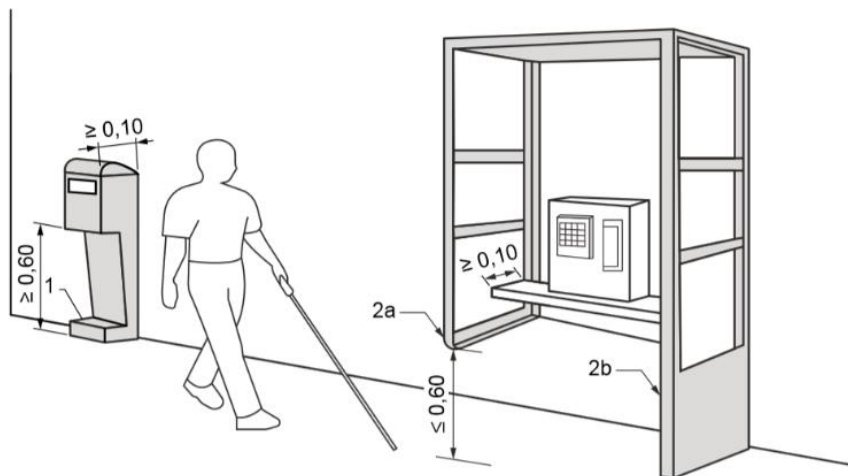
As sinalizações devem ser utilizados para informar à PDV a existência de desníveis, orientar quanto ao posicionamento adequado da PDV para o uso de equipamentos, indicar as mudanças de direção, indicar a existência de patamares nas escadas e rampas e também indicar as travessias de pedestres (ABNT, 2015).

No que se refere a bibliotecas e centros de leitura, segundo a NBR 9050 o mobiliário deve estar devidamente harmonizado com os critérios do desenho universal e algumas orientações devem estar presentes na rota acessível. A norma conceitua rota acessível, como “trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de

espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida” (ABNT, 2015, p. 19). A presença de tais rotas em BU contribuem para a autonomia das pessoas com deficiência e a segurança na locomoção.

Na rota acessível, a altura dos mobiliários deve ficar entre 0,60 m e 2,10 m do piso; saliências com mais de 0,10 m de profundidade podem representar riscos para PDV. Se for necessário instalar algum mobiliário fora da rota acessível, esse deve ser projetado com diferença mínima de 30 pontos em valor de reflexão da luz quanto ao plano de fundo e ser detectável com bengala longa (figura 19).

**Figura 19** – Possibilidades que dispensam a instalação de sinalização tátil e visual de alerta.



#### Legenda

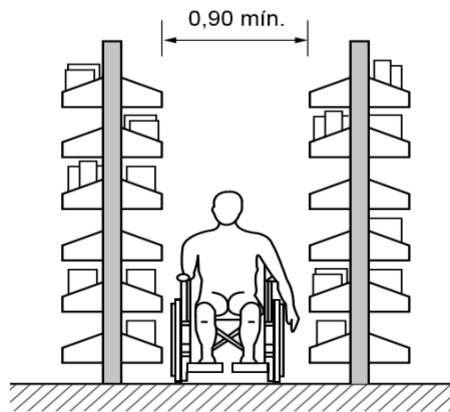
(1) borda ou saliência detectável com bengala longa, instalada na projeção de um mobiliário suspenso, desde que não seja necessária a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas.

(2a) instalada suspensa, a menos de 0,60 m acima do piso ou (2b) proteção lateral instalada desde o piso.

Fonte: ABNT (2015, p. 24).

A norma preconiza que a largura livre entre estantes de livros nos corredores deve ser mínima de 0,90 m (figura 20). Quando essa especificação é atendida, a PDV pode caminhar livremente nesses ambientes sem o risco de confronto com estantes e proporciona-se conforto a todos os usuários da biblioteca (ABNT, 2015).

**Figura 20** – Estantes em bibliotecas – Exemplo – Vista frontal



Fonte: ABNT (2015, p. 137).

Na prática, muitas bibliotecas não tem planejado o crescimento do acervo quanto ao provimento de espaço físico. Em decorrência disso, as estantes são suprimidas quanto ao espaço, a fim de acomodarem o acervo. Essa atitude deve ser evitada pelos motivos expostos acima de não proporcionar segurança aos usuários da biblioteca.

Nas rotas acessíveis é importante evitar completamente os desníveis no piso, tão presentes nos ambientes. Referente aos materiais usados no revestimentos e acabamentos esses devem ser firmes, estáveis, sejam secos ou molhados, uma condição que proporciona segurança a todos os usuários. Os desníveis no piso de até 5 mm dispensam ajustes; quando for inevitável que a biblioteca tenha desnível superior a 20 mm, degraus devem ser considerados (ABNT, 2015).

A norma também orienta quanto a escadas e rampas. No caso das escadas, não pode haver espelhos vazados nos degraus; quando o espelho da escada for inclinado, a projeção da aresta pode avançar no máximo 1,5 cm sobre o piso. Consideram-se rampas as superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5% e recomendam-se áreas de descanso quando a inclinação se situar entre 6,25% e 8,33%, para proporcionar conforto ao usuário. Conforme a norma, a escada e a rampa devem ser acompanhadas de corrimão que favorece a segurança dos usuários (ABNT, 2015).

Além do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, representa uma avanço ao abandonar o modelo médico e apegar-se ao modelo social que avalia a deficiência no contexto biopsicossocial. A lei também considera pessoa com mobilidade reduzida aquela que vivencia dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, que dificulta a sua mobilidade, como idosos, gestantes, lactantes, obesos (BRASIL, 2009, 2015).

A Lei nº13.146/2015 preocupa-se também com garantir as condições de acesso, a permanência, a participação e aprendizagem dos estudantes e compreende que isso somente será possível mediante a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. A lei aborda a inclusão ao nível de planejamento, apontando a necessidade de elaboração de um plano de atendimento educacional especializado, juntamente com a oferta de recursos e serviços de acessibilidade e disponibilização de TA (BRASIL, 2015).

No tocante ao acesso à informação, a lei indica que os editais de compras de livros nas bibliotecas deverão incluir cláusulas impeditivas para a participação de editoras cuja produção não seja ofertada também em formatos acessíveis de arquivos digitais. Recomenda-se que o acervo deve ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outros recursos de TA que permitam a leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em braille (BRASIL, 2015). Dessa maneira, reitera-se a necessidade de as BU disponibilizarem informação que alcance a todos e considera-se oportuno tornar disponível informação em suportes acessíveis.

Esclarecido o arcabouço legal da inclusão, na seção seguinte verificaremos os esforços de bibliotecas com ações inclusivas, ao longo da história, e alguns exemplos atuais em conformidade com as leis e normativas.

### 5.3 BREVE HISTÓRICO DE INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS

A história de bibliotecas com ações inclusivas para PDV surge na Europa e na América do Norte, nos séculos XIX e XX, a fim de “complementar as atribuições da educação, do treinamento e da aprendizagem de longo prazo de pessoas incapazes de ler materiais impressos”, conforme a IFLA (2009, p. 15).

No século XIX mulheres filantrópicas da Europa e dos Estados Unidos destacaram-se ao iniciarem um trabalho social voltado para pessoas com deficiência, o qual incluía o serviço de biblioteca para cegos. Mais tarde esses serviços filantrópicos se expandiram para a Ásia e a África, as bibliotecas para cegos cresceram como agências de reabilitação para PDV (IFLA, 2009).

O primeiro serviço de biblioteca para PDV iniciou-se nos Estados Unidos; tornou-se referência o empréstimo de livros em braille pela Biblioteca Pública de Boston, por volta de 1868 (MALHEIROS; CUNHA, 2017). Conforme relata Farrel (2012 apud MALHEIROS;

CUNHA, 2017), o bibliotecário do Congresso, John Russell Young, criou uma sala de leitura para PDV com acervo de cerca de 500 livros, em 1897.

Malheiros e Cunha (2017) salientam que na década de 1890 várias bibliotecas americanas ofereciam serviços e materiais para as PDV, a exemplo da Biblioteca Pública de Boston, da Biblioteca Livre da Filadélfia, da Biblioteca de Chicago, da Biblioteca de Circulação Gratuita para Cegos de Nova York e da Biblioteca Pública de Detroit. A primeira a criar um departamento destinado a esses usuários foi a Biblioteca do Estado de Nova York.

Nos Estados Unidos, em 1904, existiam 18 bibliotecas públicas americanas que ofereciam serviços para cegos. Em 1931, com a publicação de uma lei que resultou da cooperação entre bibliotecas e a *American Foundation for the Blind*, organização para PDV, criou-se um serviço nacional para pessoas cegas nos Estados Unidos e estabeleceu-se como prioridade a educação e o treinamento de cidadãos cegos juntamente com um serviço de biblioteca equitativo (IFLA, 2009).

No Brasil, a Associação Promotora de Instrução e Trabalho para os Cegos (APIT), em São Paulo, no ano 1927, por meio do manifesto de lançamento assinado por 14 PDV, indicou-se a criação de uma biblioteca para PDV. Em 1943, com a instalação na Escola Caetano de Campos, em São Paulo, dispunha de Biblioteca Braille. A primeira aluna cega a estudar nessa escola, Dorina de Gouveia Nowill, ingressou no ano 1943 e mobilizou a instituição. Entre seus feitos, Dorina aprendeu o braille, criou cartilhas e livros de leitura intermediária e também iniciou um projeto pioneiro de educação para cegos. Além disso, instituiu a Fundação Dorina Nowill para PDV, que continua na militância em prol da PDV (GIL, 2012; MALHEIROS; CUNHA, 2017).

Em 1947, oficializou-se a primeira experiência de educação para PDV, com a criação do primeiro curso da América Latina de formação de professores de educação de cegos, na Escola Caetano de Campos (NOWILL, 2002 apud MALHEIROS; CUNHA, 2017). Dessa maneira, passaram a surgir serviços de biblioteca para os usuários com deficiência visual e igualmente disponibilizava-se um pequeno acervo nesse sistema de leitura, por meio Setor Braille.

Atualmente, no contexto acadêmico do Brasil, algumas universidades e bibliotecas universitárias têm se destacado ao apresentar ações planejadas para incluir a todos. Na UFRJ, o Núcleo de Computação Eletrônica tem investido em sistemas de computação que possibilitam autonomia para estudar e lançou o anteriormente citado Dosvox, um projeto de acessibilidade que dispõe de recurso de TA. O sistema operacional permite que pessoas cegas utilizem um

microcomputador comum (PC) para desempenhar diversas tarefas, com independência no estudo e no trabalho.

Na Universidade de Campinas (UNICAMP) foi criado o Laboratório de Acessibilidade (LAB), inaugurado na Biblioteca Central Cesar Lattes, em 2002, com o objetivo de proporcionar aos alunos o direito de realizar seus estudos em ambientes inclusivos de ensino e aprendizagem. O LAB dispõe de serviços especializados com tecnologias de informação e comunicação, com a finalidade de incluir pessoas com deficiência na vida acadêmica e facilitar o acesso à informação com autonomia e independência (UNICAMP, 2018).

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) funciona o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), o qual oferece suporte didático-pedagógico e a oferta de recursos tecnológicos ao docente (UFMG, 2009). Os professores podem solicitar os recursos necessários para os estudantes, a fim de que esses realizem avaliações e pesquisas. O acervo do centro inclui livros e capítulos digitalizados, livros em braille, equipamentos como a impressora braille, o *scanner* para digitalização de textos e lupa eletrônica (COSTA, 2015).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferece o Ambiente de Acessibilidade Informacional, um serviço que atende às demandas informacionais de estudantes com deficiência da universidade, o qual disponibiliza os seguintes serviços: orientação aos usuários no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos; adaptação de material para formato digital e braille, empréstimo de equipamentos de TA, entre outros (UFSC, 2018).

No cenário mundial também há bibliotecas que tem se dedicado a inclusão. Em Portugal, a Biblioteca Nacional de Portugal, conhecida como Real Biblioteca Pública da Corte, conta com a Área de Leitura Especial, destinada à PDV, intermediária entre os usuários e outras bibliotecas portuguesas e estrangeiras. Reproduz os livros para braille e produz livros sonoros com a ajuda de leitores. Editam a Revista Ponto e Som, desde 1974, em braille, enviada gratuitamente aos interessados (PELA, 2006).

Na Inglaterra, a *National Library of the Blind* tem a maior coleção em braille da Europa, com 300 mil volumes no acervo. Os seus mais de 5 mil membros, presentes em todo o mundo, recebem livros gratuitamente. A biblioteca também oferece uma grande coleção de partituras de música em braille. O acervo compreende um Catálogo on-line com 32 mil títulos em braille e 14 mil títulos de partituras em braille (PELA, 2006).

No Canadá, destaca-se a *The Canadian National Institute for the Blind*, fundada em 1906, uma biblioteca para PDV que oferece serviços de informação para 100 mil canadenses com deficiência visual. Essa instituição é uma das maiores produtoras de material acessível para

PDV e transformou em braille ou áudio os quase 97% de material publicado no Canadá que não tenham tipo algum de formato acessível para PDV. Os serviços oferecidos pela biblioteca incluem livros falados, livros eletrônicos, livros em braille, livros infantis em braille, partituras de música em braille, vídeos com descrição e diagramas táteis. A biblioteca possui 60 mil títulos na coleção e mais 300 mil títulos de livros falados (PELA, 2006).

Nos Estados Unidos, a *Library of Congress*, fundada em 1931, desenvolve o serviço da Biblioteca Nacional para Cegos e pessoas com deficiência, além de oferecer um programa gratuito de empréstimos de livros gravados, revistas e partituras em braille (PELA, 2006).

No âmbito do ensino superior, o *College of New Jersey*, nos Estados Unidos oferece um Programa de Certificação de Carreira e Comunidade para estudantes com síndrome de Down, autismo e outras deficiências intelectuais. O programa oferece cursos específicos, estágios e disciplinas eletivas com os outros alunos.

Ainda nos Estados Unidos, o projeto *Pense Faculdade*, focado em pessoas com deficiência, proporciona opções de faculdade para pessoas com deficiência intelectual e cria possibilidades para os estudantes com deficiência interessados em oportunidades no ensino superior. A implementação desses projetos oportunizam um número maior de instituições oferecerem programas voltados para pessoas com deficiência (HEHIR et al., 2016)

Os exemplos citados deverão inspirar as BU do Brasil; experiências poderão auxiliar as bibliotecas no sentido de impulsionar ações inclusivas. É importante salientar que não existe um modelo perfeito de inclusão para todas as bibliotecas, cada instituição precisa estudar suas possibilidades, inclusive orçamentárias e relativas a pessoal, a fim de apresentar ao seu usuário alternativas para o acesso à informação.

A questão da inclusão de PDV tem sido discutida no âmbito da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), que dispõe de 37 (trinta e sete) seções para tratar de questões diversas, uma dessas a *Libraries for the Blind Section (LBS)*, dedicada exclusivamente a desenvolver serviços de bibliotecas para pessoas que não utilizam material impresso (IFLA, 2009).

A seção passou a existir por causa da falta de treinamento profissional adequado para os funcionários das bibliotecas para PDV e igualmente compartilhar informações e desenvolver padrões comuns. Desde a sua criação, tem promovido *workshops* de treinamento e encontros entre especialistas de bibliotecas dessa natureza (IFLA, 2009).

O acervo disponível em uma biblioteca pode ser formado por meio de compras, doações ou mesmo por meio de produção própria. As BU precisam elaborar estratégias próprias no tocante a compor e ampliar acervo de natureza acessível, questões que deverão estar bem

alicerçadas nos documentos institucionais. No caso de disponibilidade de recursos, é necessário realizar buscas no mercado editorial, por haver inclusive editoras especializadas em livros de formato acessível (IFLA, 2009).

Devido a importância do acervo acessível para a PDV a subseção seguinte abordará o assunto.

### **5.3.1 Acervo acessível em biblioteca universitária**

O mercado editorial brasileiro, ainda apresenta limitações quanto à oferta de livros em formatos acessíveis. Entretanto, a realidade tem sido alterada lentamente a partir dos marcos legais, ao preconizarem que a informação deverá ser acessível a todos; observa-se, não obstante, certa movimentação na cadeia produtiva do livro, nos aspectos referentes à aproximação entre a produção, comercialização e distribuição de livros acessíveis, principalmente em meios digitais (IFLA, 2009).

Nessa direção, reitera-se a necessidade de as BU disponibilizarem informação que alcance a todos e considera-se oportuno tornar disponível informação em suportes específicos, de acordo com o que requisita cada tipo de deficiência. Nessa oportunidade, apresentaremos exemplos de acervo acessível que atende pessoas cegas e pessoas com baixa visão.

O livro com fonte ampliada é um recurso valioso para facilitar a leitura de pessoas com baixa visão. Os livros nesse formato contêm fonte maior das comumente utilizadas, e também forte contraste de cores. Os padrões de contrastes ideais geralmente utilizam letra preta sobre fundo branco, letra preta sobre fundo amarelo e letra amarela sobre fundo azul royal. As cores muito próximas ou em tons pastéis não devem ser utilizadas porque dificultam a visualização (FORTALECIMENTO..., 2016, p.112).

Os livros com fonte ampliada podem se apresentar no suporte físico e no digital. Apesar de os livros convencionais poderem ser ampliados através de ampliador de tela, ao utilizarem a lente de aumento para ampliar a tela do computador, provocam a diminuição da área do espaço de trabalho, o que poderá inclusive ocultar informações, por isso ser tão prático o formato de letras ampliadas (ARAÚJO, 2017).

O livro em áudio, conhecido como audiolivro ou livro falado, tem formato em arquivo digital de áudio, os quais são geralmente gravados em estúdio. Na gravação, prima-se por uma leitura pausada e com interpretação e também se respeita o gênero literário e o público a que se destina; esses livros podem utilizar efeitos sonoros e músicas (FORTALECIMENTO..., 2016).



O livro em áudio, permite aos usuários autonomia, agilidade, versatilidade e inclusão social e podem ser pagos ou gratuitos, sendo que as versões pagas possuem narradores profissionais. O recurso, que segue as normativas do padrão DAISY, não substitui o braille, mas por ser um arquivo digital apresenta vantagens no armazenamento, permite ao usuário realizar outras tarefas enquanto escuta e incentiva o interesse pela leitura (FARIAS, 2012).

No Brasil, esse útil recurso informacional que fomenta a inclusão ainda não é popular. No entanto, há editoras brasileiras que operam nesse segmento e ofertam livros nas áreas de educação, literatura infanto-juvenil, turismo e autoajuda (FARIAS, 2012). Espera-se que com brevidade as editoras ofereçam uma variedade de obras no segmento acadêmico.

O livro em formato *Daisy* é uma tecnologia gratuita que combina texto e áudio e propicia autonomia ao usuário na condição de deficiência visual por meio de mecanismos de navegação por seções, capítulos, números da página, pesquisa por palavras, possibilidade de grifar trechos do texto, fazer notas, aumentar o tamanho de fonte, definir o contraste etc. (FORTALECIMENTO..., 2016).

O livro digital, ou *e-book*, possibilita à pessoa ter uma biblioteca no próprio bolso. São mídias de texto que utilizam o formato Eletronic Publication (EPUB) para realizar a leitura dos arquivos. O formato, de significativa importância na comercialização de livros, contribui para a democratização da leitura por oferecer a vantagem de se estabelecer um padrão aberto que dispensa o pagamento de *royalties* e por permitir o acompanhamento do progresso da tecnologia, bem como a leitura do material por diversos equipamentos e programas (BARBOSA; FREITAS, 2014).

O livro digital em texto disponibiliza seu conteúdo em “arquivos digitais, em formato que possa ser reconhecido por leitor de tela, devendo todo o conteúdo gráfico e imagético ser descrito para que possa ser acessível. Normalmente é produzido nos formatos pdf e txt” (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 113).

O livro em braille é impresso “em relevo a partir do sistema de leitura e escrita destinado a pessoas cegas por meio do tato. Sua escrita (braille) é baseada na combinação de 6 pontos, dispostos em duas colunas de 3 pontos” (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 112).

Com referência ao sistema braille convém esclarecer que foi desenvolvido por Louis Braille, que ficou cego ainda criança, na França, em 1825. Os caracteres braille representam letras latinas em que parte do conjunto original de caracteres braille foi criado. O braille é o único sistema internacional de leitura e escrita para PDV reconhecido e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (IFLA, 2009).

Inicialmente a produção do braille ocorria manualmente, por meio de estruturas manuais, estiletes ou máquinas, o que dificultava sua produção em larga escala. A partir da década de 1970, com o avanço dos computadores e as máquinas de gravar eletrônicas, a produção em braille ganhou dinamicidade e tornou mais fácil o processo de produzir e criar múltiplas cópias. Atualmente as publicações em braille são criadas usando-se um *software* de tradução; o texto eletrônico é automaticamente traduzido para código braille, gravado em papel e marcado ou encadernado (IFLA, 2009).

O processo de criação de material em braille ocorre da seguinte forma, de acordo com IFLA (2009, p. 59):

a maioria das publicações Braille é criada usando um software de tradução. O texto eletrônico é automaticamente traduzido para código braille, gravado em papel e marcado ou encadernado conforme a solicitação. Agora, o braille pode ter uma prova para ser lida na tela ou uma cópia inicial impressa. O texto eletrônico é criado pela escanerização de um livro impresso ou pela conversão de arquivos de texto digital diretamente utilizando-se um programa de tradução braille.

Diversos materiais são usados para produzir cópias impressas em braille, como o papel manilha, termoformagem ou papel reciclado. Em países onde o papel é muito caro utiliza-se o papel reciclado como alternativa. Sobre a importância do braille para a vida da PDV, a IFLA (2009) indica estudos que mostram que os aptos para leitura em braille tendem a entrar para a universidade e, consecutivamente, apresentam taxas mais elevadas de empregabilidade, em comparação com aqueles que não conseguem ler em braille (IFLA, 2009).

Os livros em braille e tinta são aqueles que apresentam simultaneamente o texto nas formas em braille e em tinta, geralmente com fonte ampliada. Livros dessa natureza atendem tanto a pessoas cegas quanto a pessoas com baixa visão (FORTALECIMENTO..., 2016).

Com base no exposto o acervo acessível está disponível em formatos variados. No entanto, para sua efetivação na BU é necessário que o bibliotecário se aproprie desses recursos. Entende-se que bibliotecas inclusivas resultam do empenho do bibliotecário. Assim, a seção seguinte abordará o papel do bibliotecário frente à inclusão.

#### 5.4 OS BIBLIOTECÁRIOS E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula o seu exercício. O Art. 9º preconiza que o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são dotados de personalidade jurídica de direito

público, autonomia administrativa e patrimonial. Devido a essas atribuições, o CFB elaborou a Resolução CFB nº 327/86, de 20 de agosto de 1986, que aprovou o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (BRASIL, 1962, 2001).

O Art. 3º do Código de Ética do bibliotecário atribui a esse profissional o dever de “preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 2001, p. 1). Em virtude de a profissão se respaldar na dignidade da pessoa humana, a pessoa com deficiência precisa ser evocada como ser humano capaz. À vista disso, o profissional bibliotecário torna-se indispensável para a promoção da inclusão e para tanto precisa estar bem aparelhado para atuar nessa perspectiva.

O século vigente trouxe para os bibliotecários novas frentes de atuação e uma delas é mediar informação para PDV. A informação é percebida como decisiva, tendo em vista ser por meio dela que se forma o conhecimento, que por sua vez promove desenvolvimento (MAIA et al., 2011). O papel do bibliotecário “representa a ponte entre a informação e a pessoa que dela necessita, para tanto, é preciso que ele saiba adquirir, tratar, avaliar e disseminar os muitos suportes informacionais existentes” (MAIA et al., 2011, p. 3).

Além disso, o desenvolvimento tecnológico e a explosão informacional transformaram em parte sua rotina diária e trouxeram outros desafios. O papel tradicional de guardião do acervo bibliográfico aos poucos foi cedendo lugar ao de um profissional engajado, com novas competências, tornando evidente que sua função não se restringe apenas a custódia e entrega do livro.

Nesse cenário, novas habilidades são necessárias, pois as tarefas anteriormente realizadas manualmente hoje são feitas com o auxílio de ferramentas tecnológicas, o que naturalmente exige domínio na sua utilização. Para o usuário, o aparato tecnológico trouxe vantagens, por exemplo, maior celeridade nos serviços de empréstimo domiciliar, de catalogação e de aquisição dos materiais bibliográficos.

Ainda é necessário o debate sobre a demanda ocasionada para os bibliotecários, gerada a partir da repercussão da educação inclusiva. É inquestionável que receber a todos no mesmo espaço e oferecer um atendimento com equidade ainda é um grande desafio, entretanto, passos devem ser dados nessa direção.

Com a finalidade de atender em âmbito inclusivo, cabe “ao bibliotecário ser um elemento dinâmico que perceba as necessidades e hábitos informacionais das pessoas com deficiência visual, especialmente no que se refere à leitura e às suas potencialidades enquanto usuários” (MAIA et al., 2011, p. 4).

Para compreender as necessidades e hábitos informacionais faz-se necessário elaborar um estudo de usuário; e a partir dessas informações levantadas será possível “atentar para o perfil do usuário, disponibilizando adequadamente recursos informacionais e equipamentos, que serão de fato utilizados e que possam atender às necessidades dos usuários” (MAIA et al., 2011, p. 4).

Nesse cenário, assinala-se a necessidade de o profissional buscar novos conhecimentos, novas habilidades e competências para atender à comunidade universitária. A formação continuada é apontada como uma das maneiras de se manter a boa qualidade nos serviços da BU. Entende-se como formação continuada todo e qualquer aprendizado adquirido posteriormente a graduação e a pós-graduação. Os novos conhecimentos adquiridos deverão preencher as lacunas deixadas na graduação, trata-se de uma exigência de mercado (FILGUEIRAS, 2017).

Filgueiras (2017, p. 53), resume os benefícios da formação continuada ao afirmar que “capacitação e qualificação permanente preenchem a lacuna deixada pela educação formal, atualizam os conhecimentos dos bibliotecários [...] contribuem para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos”.

Acredita-se que o bibliotecário possa contribuir significativamente com os usuários com deficiência no que se refere ao acesso à informação e ao conhecimento. É importante frisar que seu papel, como mediador da informação, inclui buscar estratégias que facilitem a apropriação do conhecimento (MAIA et al., 2012).

Elucidadas as informações referentes à inclusão da PDV no ambiente da biblioteca universitária, o próximo capítulo apresentará a metodologia adotada na pesquisa.

## 6 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os caminhos adotados para a construção da pesquisa a fim de lograr os objetivos propostos. A metodologia, segundo Minayo (2002, p. 16), é o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Neste capítulo, apresentaremos o universo da pesquisa, o tipo de pesquisa, o método de abordagem, as técnicas de coleta de dados, os métodos de procedimentos adotados com os dados coletados e, por fim, será esclarecido como se efetuará a compreensão dos dados coletados no plano de análise.

### 6.1 UNIVERSO DA PESQUISA

Em razão de a pesquisadora fazer parte do corpo técnico da UFRB, desde 2010, e identificar que o Sistema de Bibliotecas (SIB) da instituição tem potencial para estar entre as pioneiras na Bahia no quesito inclusão, a pesquisa foi desenvolvida nesse universo. Aliado a isso, a pesquisadora também percebeu que a contribuição da pesquisa no âmbito do SIB seria valiosa, uma vez que os gestores do sistema são sensíveis a mudanças no tocante a tornar as bibliotecas mais inclusivas.

Definido o universo da pesquisa, cabe explicar que a UFRB é o resultado da reivindicação da comunidade em prol da democratização do acesso ao ensino superior na Bahia e ocupa posição estratégica no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região do Recôncavo Baiano (UFRB, 2018a).

Criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, a UFRB é a primeira universidade federal no interior da Bahia. Em decorrência disso, a instituição é um marco no ensino superior para a região, e além disso, oportunizou muitos jovens inaugurarem em suas famílias a entrada no ensino superior. De modelo *multicampi*, com sede em Cruz das Almas, tem unidades em Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Atualmente oferece mais de 40 (quarenta) cursos de graduação (UFRB, 2018a).

Considerando-se que a UFRB tem adotado políticas afirmativas de inclusão social, é pertinente que a pesquisa seja desenvolvida nessa universidade. Acrescente-se a isso, que a UFRB dispõe do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI), vinculado à Pró-Reitoria de

Graduação, que se compromete a assegurar acessibilidade aos estudantes na condição de deficiência, e implementar políticas que visem à inclusão. Além disso, o NUPI, normatizou o atendimento dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação e atenta-se para o provimento de recursos de TA (UFRB, 2018b).

O Sistema de Bibliotecas da UFRB possui uma biblioteca em cada campus, com exceção de Cruz das Almas que funcionam dois centros de ensino, o Centro de Ciências Exatas e Biológicas (CETEC) e o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), ambos atendidos pela mesma biblioteca, a BCA. Dessa maneira, totalizam 6 (seis) bibliotecas, a saber:

- ✓ Biblioteca Universitária de Cruz das Almas (BCA), em Cruz das Almas;
- ✓ Biblioteca do Centro de Formação de Professores (CFP), em Amargosa;
- ✓ Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Santo Antônio de Jesus;
- ✓ Biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira;
- ✓ Biblioteca do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro da Purificação;
- ✓ Biblioteca do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana.

A fim de se conhecer a dimensão das bibliotecas do SIB-UFRB, as tabelas 4 e 5 indicam informações referentes ao total de acervo por biblioteca, o número de usuários inscritos por biblioteca.

**Tabela 4** -Total de acervo por biblioteca

BIBLIOTECA/CIDADE	TOTAL DO ACERVO	
	Título	Exemplares
CETEC/CCAAB – Cruz das Almas	8.872	54.719
CAHL – Cachoeira	4.960	22.867
CCS – Santo Antônio de Jesus	2.080	19.308
CFP – Amargosa	3.270	30.810
CECULT – Santo Amaro	771	4.140
CETENS – Feira de Santana	547	8.985
<b>TOTAL</b>	<b>20.500</b>	<b>140.829</b>

Fonte: PERGAMUM, 2018a.

**Tabela 5** - Usuários inscritos por biblioteca

<b>BIBLIOTECA/CIDADE</b>	<b>USUÁRIOS INSCRITOS</b>
CETEC/CCAAB – Cruz das Almas	10.395
CAHL – Cachoeira	4.632
CCS – Santo Antônio de Jesus	2.748
CFP – Amargosa	3.647
CECULT – Santo Amaro	288
CETENS- Feira de Santana	552
<b>TOTAL</b>	<b>22.262</b>

Fonte: PERGAMUM, 2018b.

Referente aos cursos oferecidos, o quadro 6 apresentará tais informações.

**Quadro 6**- Cursos oferecidos por centro de ensino

<b>Centro</b>	<b>Curso</b>	
<b>CCAAB</b>	Biologia	Medicina Veterinária
	Agronomia	Zootecnia
	Engenharia de Pesca	Agroecologia
	Engenharia Florestal	Gestão de Cooperativas
<b>CETEC</b>	Ciências Exatas e Tecnológicas	Engenharia Civil
	Engenharia Sanitária e Ambiental	Física
	Engenharia de Computação	Matemática
	Engenharia Elétrica	Matemática (EAD)
	Engenharia Mecânica	
<b>CAHL</b>	Artes Visuais	Publicidade e Propaganda
	Ciências Sociais	Serviço Social
	Cinema e Audiovisual com Ênfase em Documentário	História
	Comunicação Social - Jornalismo	Gestão Pública
	Museologia	
<b>CCS</b>	Enfermagem	Nutrição
	Interdisciplinar em Saúde	Psicologia
	Medicina	
<b>CFP</b>	Educação do Campo	Matemática
	Educação Física	Pedagogia
	Filosofia	Química
	Letras, Libras e Língua Estrangeira	Agroecologia
	Letras, Língua Portuguesa, Libras e Língua Inglesa	Física
<b>CECULT</b>	Interdisciplinar em Ciências Ambientais	Música Popular Brasileira
	Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Artes do Espetáculo
	Interdisciplinar em Artes	Produção Cultural
<b>CETENS</b>	Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	Engenharia de Energias
	Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	Engenharia de Materiais
	Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza	Engenharia de Produção
	Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo	Tecnologia em Alimentos

Fonte: UFRB, 2018a.

Com base nos dados, evidencia-se a relevância da UFRB e igualmente das bibliotecas para as cidades em que atuam; são mais de 22 mil usuários que contam com mais de 20 mil títulos distribuídos conforme as necessidades de cada curso. A presença de centros de ensino federal no interior do nordeste do Brasil, local que historicamente é marcado pelo alto índice de analfabetismo, representa um avanço social. O impacto das bibliotecas para o desenvolvimento social e cultural das cidades colocam as bibliotecas do SIB-UFRB na condição de referência.

Nesse contexto, é válido revelar a missão, a visão e os objetivos dessas bibliotecas para assim compreender qual o direcionamento adotado para o nível do planejamento. As bibliotecas do SIB-UFRB têm como missão “ser um instrumento de modernidade, comprometido com a qualidade, renovado em seus métodos de trabalho e estar sintonizado com a comunidade universitária” (UFRB, 2011, p. 3). A visão do SIB-UFRB é “a excelência dos serviços prestados, ser um sistema de bibliotecas de referência no âmbito da comunidade universitária e outras comunidades” (UFRB, 2011, p. 4).

Os objetivos dessas bibliotecas são “Dar suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão; Definir a política de desenvolvimento dos diferentes acervos; Possibilitar à comunidade universitária o acesso à informação armazenada; Promover intercâmbio de acervos” (UFRB, 2011, p. 4). À medida que executam seus objetivos, as bibliotecas do SIB-UFRB têm desempenhado papel fundamental na consolidação dessa universidade, ao contribuir para a formação de profissionais por meio do ensino de qualidade.

Entre os serviços oferecidos por esse sistema, incluem-se os empréstimos de livros e periódicos a diversos públicos (professores, alunos, técnicos, usuários externos), pesquisa bibliográfica com acesso disponível pela internet, orientação e normalização de trabalhos acadêmicos, comutação bibliográfica, biblioteca digital, participação em redes de cooperação e de bibliografia (UFRB, 2014).

Estabelecido o universo, as bibliotecas do SIB-UFRB, busca-se então apresentar o tipo de pesquisa.

## 6.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa desenvolve-se com o suporte dos conhecimentos estabelecidos e segue rigorosamente métodos, técnicas e procedimentos científicos, para assim garantir a validade científica. “Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve



inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados” (GIL, 2002, p. 17).

Marconi e Lakatos (2003, p. 155) acrescentam que a pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

O problema desta pesquisa visa identificar quais são as condições existentes nas bibliotecas da UFRB e qual a efetividade da produção da CI para promover a inclusão da PDV; trata-se de pesquisa do tipo descritiva, que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL 2002, p. 42).

Os estudos descritivos almejam aprofundar a descrição de determinada realidade. No caso desta pesquisa, a realidade a ser aprofundada é a das bibliotecas da UFRB quanto à inclusão. O estudo descritivo precisa de muitas informações sobre o que se deseja pesquisar, assim, o levantamento das informações se torna uma etapa importante da pesquisa. O foco deste tipo de pesquisa é conhecer o que caracteriza determinado grupo (TRIVIÑOS, 1987).

Ainda referente à pesquisa, Triviños (1987, p. 112) identifica a necessidade de rigor do investigador para que essa tenha validade científica, “uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados”. Assim, para evitar que não sejam falsas as conclusões observadas, busca-se um comprometimento quanto às informações coletadas e exige-se que o investigador se desprenda de seus conceitos estabelecidos e compreenda de fato os fenômenos examinados.

Considerando-se que as bibliotecas da UFRB serão analisadas no quesito inclusão, identifica-se a necessidade de adotar a concepção qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa surge em oposição ao modelo positivista, que aplicava às ciências humanas os mesmos princípios das ciências naturais, momento em que houve o falso entendimento de que se deveria eliminar a perspectiva quantitativa, além de se atribuir a essa pouco valor científico agregado. Embora a pesquisa qualitativa não se utilize de dados estatísticos na investigação, isso não a torna especulativa, sua natureza objetiva tem contribuído para o pensamento científico (TRIVIÑOS, 1987).

Caracterizando a pesquisa qualitativa, Gerhardt e Silveira, (2009, p. 32) apontam para a “objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; [...] busca de resultados os mais fidedignos possíveis”.

A pesquisa qualitativa será apropriada no sentido de ir além de indicar fragilidades no tocante a inclusão, mesmo porque é obvio que essas ainda são uma constante no cenário

nacional. A proposta é entender o quadro, para assim delinear o que pode ser feito e trazer melhorias para aquele espaço, obviamente respeitando as circunstâncias ali vivenciadas.

No entanto, é necessário atentar para as dificuldades relativas a dar conta da totalidade do objeto, do envolvimento demasiado do pesquisador com os sujeitos que participam da pesquisa e também da excessiva confiança no instrumento de coleta de dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A fim de superar essas fragilidades da abordagem, percebeu-se a necessidade de foco nos objetivos para abranger a totalidade do objeto e também se efetuou o procedimento de teste dos instrumentos de coleta de dados com profissionais da área que pudessem apontar fragilidades.

Em razão de um dos objetivos específicos voltar-se para a identificação da produção da CI na temática da inclusão da PDV, constatou-se a necessidade de evocar a abordagem quantitativa, “que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana” (GERHART; SILVEIRA, 2009, p. 33). A utilização das duas abordagens é vantajosa no sentido de que uma poderá complementar a outra.

A investigação quantitativa oferece a vantagem de apresentar os dados de forma estruturada. Assim, os dados representados, sejam em gráficos ou tabelas, permitirão melhor exposição e análise. Na pesquisa, ao quantificar os dados da revisão de literatura, coletados a partir da produção da CI nos anos 2010 a 2018 na temática da inclusão, foi possível identificar os assuntos mais abordados; as revistas que mais apresentam a temática; o evento científico que mais publica nessa temática, entre outros. Apesar de a revisão de literatura adotar o enfoque quantitativo, a riqueza da investigação consistirá em qualificar os dados e abordá-los sob diferentes perspectivas. Por isso optou-se por trilhar pelos dois vieses, o qualitativo e o quantitativo, na realização da pesquisa.

Entendida a natureza da pesquisa, parte-se para esclarecimentos sobre o método de abordagem epistemológica em que essa pesquisa se ampara. O método, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 83), refere-se ao “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido”.

### 6.3 ABORDAGEM

A abordagem da pesquisa é a dialética materialista. Ao caminhar sob esse enfoque, a investigação referente a inclusão não foi tratada de maneira isolada, os aspectos que relacionavam-se com a temática igualmente foram investigados (FOULQUIÉ, 1949).

Como princípio de desenvolvimento da abordagem dialética materialista, a observação e análise das contradições, ou seja, o confronto de aspectos observados, bem como dos estudos e leituras realizados, proporcionou qualidade na investigação. Destaca-se que a pesquisadora, em sua condição profissional de bibliotecária da instituição, observou uma lacuna existente no tocante a possíveis melhorias na questão da inclusão.

Nessa linha, a de confrontar os aspectos observados, a pesquisa buscou apoiar-se em bases teóricas da CI. Além disso, atentou-se para compreender as atribuições da BU e o que dela se requer no contexto da inclusão da PDV. Dessa maneira, evidenciou-se que o processo de inclusão na educação foi o que desencadeou a ampliação do perfil de usuários e do escopo de atribuições das BU. Por isso, tornou-se indispensável acrescentar ao repertório do referencial teórico marcos significativos referentes ao movimento inclusivo no domínio da educação, bem como a devida explanação sobre a educação inclusiva, o que conseqüentemente enriqueceu a investigação.

A visão de totalidade, sugerida pela abordagem, igualmente beneficiou a pesquisa quanto a compreender a inclusão no contexto das bibliotecas da UFRB, tendo em vista que “A visão de conjunto - ressalve-se - é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2007, p. 36). Na pesquisa, além de apontar as atribuições da BU e dos bibliotecários no âmbito da educação inclusiva, também se identificou os fatores limitantes encontrados por esses profissionais nesses ambientes.

Convém explicar que as origens do método dialético remontam aos tempos de Platão e Aristóteles e, nesse contexto, a dialética pautava-se na arte da discussão, à base de perguntas e respostas, e assim, os conceitos eram classificados e divididos em gêneros e espécies (TRIVIÑOS, 1987). No sentido moderno, sofre alterações e considera-se que a dialética refere-se ao “modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1998, p. 7-8).

A doutrina marxista, fundada por volta de 1840, é revolucionária por apresentar conteúdo político por trás das ideias e apresentar seus aspectos fundadores, como o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política, aspectos fundamentais do pensamento dialético que serão esclarecidos adiante (TRIVIÑOS, 1987).

O materialismo dialético, pensado por Marx e Engels, debruça-se sobre a ciência, e passa a conceber uma visão materialista do mundo. A proposta de Marx pautava-se em que a dialética deixasse de lado a abstração, defendida por Hegel<sup>7</sup>, e alcançasse a realidade, ou seja, abandonando a consciência e apegando-se a natureza e a história. Dessa forma, em Marx a dialética ganha a perspectiva material por rejeitar o conceito abstrato da dialética hegeliana (ABBAGNANO, 2007).

O materialismo dialético de Marx apresenta a superação do idealismo de Hegel, de visão metafísica. A metafísica é definida como a

ciência primeira, por ter como objeto o objeto de todas as outras ciências, e como princípio um princípio que condiciona a validade de todos os outros. Por essa pretensão de prioridade (que a define), a metafísica pressupõe uma situação cultural determinada, em que o saber já se organizou e dividiu em diversas ciências (ABBAGNANO, 2007, p. 660).

Em linhas gerais, considera-se que o materialismo compreende toda doutrina que atribua causalidade apenas à matéria. Dessa maneira, afirma-se que para a única causa das coisas é a matéria, conforme, Abbagnano (2007). O materialismo dialético, tem-se uma visão ampliada sobre a filosofia, que antes ocupava-se em limitar o saber e passa a estudar as leis que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e, também como a realidade se reflete na consciência (TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (1987, p. 52), ao caracterizar o materialismo dialético, apresenta três características importantes: 1) Materialidade do mundo - “todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam na realidade são materiais, que todos eles são, simplesmente, aspectos diferentes da matéria em movimento”; 2) A matéria “é anterior à consciência. Isto significa reconhecer que a consciência é um reflexo da matéria, que existe objetivamente, que se constitui numa realidade objetiva”; 3) O mundo é conhecível e “Esta fé na possibilidade que tem o homem de conhecer se desenvolve gradualmente”.

---

<sup>7</sup> Para Hegel, o processo global da realidade amparava-se na Ideia Absoluta que assumia a instabilidade da matéria e que posteriormente se desdobrava em uma série de movimentos que explicitavam e também realizavam, para que assim fosse possível iniciar o retorno a si mesma, conforme Konder (2007). Folquié (1949, p. 49) endossa que “a evolução do mundo leva à aparição do homem e do pensamento, graças ao qual a Ideia Absoluta toma progressivamente consciência de si mesma, a princípio sob a forma de espírito subjectivo ou individual, depois sob a forma de objetivo ou colectivo, que na família, nas diversas sociedades, no estado, cria o direito e a moral se eleva ao Absoluto. Assim, os espíritos encaminham-se pouco a pouco para a unidade do espírito ou Ideia Absoluta que se dispersara na natureza para tomar consciência de si”. O idealismo de Hegel concebe Deus como Ideia Absoluta, não se trata de um espírito, mas uma ideia por si mesma e entende que em Deus a essência explica a existência (*ibid.*). Na percepção de Hegel, a realidade é uma manifestação exteriorizada do mundo. Oposto ao idealismo de Hegel, que rejeita a matéria e admite o espírito, o materialismo idealizado por Marx entende que no homem há espírito e corpo e que o mundo material existe independentemente do espírito (KONDER, 2007).

Com relação ao materialismo histórico, compreendido como a ciência filosófica do marxismo, esse ocupa-se em estudar “as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento humanidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). Nesse sentido, atribui-se aos fatores econômicos, que incluem as técnicas e relações de trabalho e de produção, o que determina os acontecimentos históricos (ABBAGNANO, 2007).

O materialismo histórico, representa uma concepção explicativa da história. Nessa direção, os problemas que os metafísicos costumam debater são abandonados e, dessa maneira, voltam-se para “conhecer as grandes leis da evolução da humanidade [...] as ideias que governam o mundo; [...] são elas que dependem das condições econômicas e, em última análise, da matéria, que, por conseguinte, explica a história” (FOULQUIÉ, 1949, p. 55).

A economia política presente no pensamento de Marx, trata-se do “conjunto dos esforços do homem no sentido de se apropriar da matéria e explorá-la, constitui a estrutura essencial das relações humanas e as ideologias não passam de superestruturas” (FOULQUIÉ, 1949, p. 55).

A respeito do método de abordagem dialético, Triviños (1987, p. 54) apresenta categorias e leis, “mas as categorias são mais ricas em conteúdo do que as leis”. No entanto, ambas são capazes de refletir as categorias universais do ser. A categoria essencial é a contradição, a qual se apresenta na realidade objetiva e que é também uma lei fundamental da dialética. Na percepção da lei, na luta entre os contrários, ao mesmo tempo em que se constata a contradição, é inerente à própria essência da luta a presença da solução da contradição, pois, para a dialética marxiana a categoria da contradição estabelece o conceito de interação entre os opostos, sendo concebida como a origem do movimento e do desenvolvimento (TRIVIÑOS, 1987).

Além da categoria essencial da contradição, Triviños (1987, p. 56) destaca outras categorias do método de abordagem dialético:

- 1) Matéria - a realidade objetiva, indestrutível, com capacidade de autodesenvolvimento;
- 2) Consciência - uma propriedade da matéria, unida à realidade material, que consegue refletir a realidade objetiva;
- 3) Prática social - para resolver o problema entre a teoria e a prática, uma vez que as teorias nem sempre são instrumentos úteis.

Quanto às leis da dialética, Marconis e Lakatos (2003) assim as definem:

- 1) Ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona";

- 2) Mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma";
- 3) Passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa;
- 4) Interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

À medida que as leis são apresentadas, compreende-se melhor o quanto favorecem a investigação proposta.

1) Ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; na visão dialética, as coisas estão em movimento, “nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101). Nessa lei, tem-se a visão de conjunto, por se acreditar que as coisas não existem de forma independente, uma coisa depende da outra e também está condicionada a outra.

A partir desse ponto, no desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se que o tratamento dispensado a pessoas com deficiência relaciona-se diretamente com a discriminação que essas experimentam, o que resulta em exclusão social. O processo perverso de exclusão acentua-se de tal maneira que, por estarem confinadas, é como se essas pessoas “não existem” para a sociedade.

- 2) Mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"

a lei reconhece que nada escapa de ser modificado, “a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. Ora, a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação. Nada é sagrado significa que nada é imutável” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 102).

A concepção em torno da pessoa com deficiência tem sofrido transformações positivas, de pessoa excluída a incluída, ainda que o caminho que conduz à inclusão seja longo e delicado. Dentre esses avanços, destaca-se a terminologia adotada para se referir a essas pessoas, que antes tinha cunho pejorativo; com o tempo, desenvolve-se a terminologia atualizada e apropriada, que reflete maior cuidado ao utilizar expressões que expressem respeito e que, sobretudo, estejam livre de preconceito.

Além disso, observa-se avanço nos aspectos legais que asseguram direitos às pessoas com deficiência, às quais as políticas públicas de caráter inclusivo têm-lhes permitido ter seu espaço na sociedade. Dentre essas leis destaca-se a lei Brasileira da Inclusão que apresenta avanços no quesito educação.

3) Passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa. Marconis e Lakatos (2003, p. 104) endossam que “a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa:

transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade”. Os autores também elucidam que a mudança qualitativa é resultado da mudança quantitativa.

Na compreensão de Konder (2007), as mudanças nem sempre ocorrem no mesmo ritmo, o processo de transformação pode ser reflexo da alternância entre períodos lentos e períodos de aceleração que podem ocasionar alterações qualitativas. No que se refere a pessoas com deficiência, as mudanças qualitativas no processo de inclusão ocorreram, em sua maioria, em decorrência da forte pressão exercida por parte dos defensores da educação inclusiva, os quais entendiam que a escola regular deveria receber a todos sem distinção.

4) Interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários. A contradição é interna; “toda realidade é movimento e não há movimento que não seja consequência de uma luta de contrários, de sua contradição interna, isto é, essência do movimento considerado e não exterior a ele”. A contradição é inovadora, “é a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que se desenvolve”. Está presente, também, a unidade dos contrários; “a contradição encerra dois termos que se opõem: para isso, é preciso que seja uma unidade, a unidade dos contrários” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 105).

Com relação a essa lei, Konder (2007, p. 56) assegura que os fenômenos não podem ser compreendidos isoladamente e afirma que

tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes.

Face ao exposto, entendemos que a adoção da abordagem dialética materialista é acertada, uma vez que permite conhecer as condições de inclusão da PDV em sua totalidade, conforme os princípios dialéticos.

Esclarecida a abordagem, passa-se para as questões referentes às técnicas adotadas para coletar dados.

#### 6.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Na compreensão de Marconi e Lakatos (2003, p. 174), a técnica refere-se a “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção

de seus propósitos”. Por isso, faz-se necessário esclarecer, a esta altura, quais as opções adotadas a fim de se alcançarem os objetivos propostos.

Gerhardt e Silveira (2009) endossam ser na coleta de dados que se buscam informações que serão úteis na elucidação do problema. Assim, os instrumentos técnicos utilizados deverão ser precisos para assegurar o bom desenvolvimento da investigação e igualmente atingir os objetivos propostos. Nesta pesquisa, adotaram-se como instrumentos de coleta de dados a revisão de literatura, a entrevista, o questionário *on-line* e a observação sistemática.

A revisão de literatura, naturalmente presente nesta pesquisa, trata da etapa “em que se recolhem informações documentais sobre os conhecimentos já acumulados acerca do tema da pesquisa”, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 99); neste caso, obteve-se acesso a livros, revistas periódicas disponíveis na internet, o que possibilitou observar quais teóricos fazem uma interlocução com a pesquisa e conseqüentemente dariam suporte à discussão.

Na etapa de revisão de literatura, destaca-se para a construção desta pesquisa a utilização da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), base na qual foram encontradas dissertações e teses que nortearam a fundamentação teórica; também foi possível perceber as lacunas existentes. Além da BDTD, a BRAPCI igualmente contribuiu para a construção do referencial teórico.

A fim de harmonizar-se com os objetivos da pesquisa, de analisar a efetividade da produção da CI na área da inclusão, foram utilizados os anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (CINFORM) e a base de dados BRAPCI. Em razão de a base citada não apresentar em seu rol de eventos os CINFORM realizados, optou-se por incluí-los na investigação, por se tratar de eventos realizados no âmbito do Instituto de Ciência da Informação, local em que a pesquisa se desenvolveu, e ainda evidenciar qual a relevância do tema em nível local.

Para a pesquisa ser realizada, elegeram-se termos representativos da área da inclusão. Dessa maneira, ao pesquisar, foi possível identificar a produção da CI nessa área. A partir das informações coletadas foi possível comparar, relativamente à inclusão, o que a literatura preconiza e qual a postura adotada pelas bibliotecas da UFRB. Dessa forma, tornou-se possível identificar a produção da CI na área da inclusão e investigar como as bibliotecas do SIB-UFRB têm acompanhado os marcos legais existentes sobre a inclusão da PDV, para assim atender aos objetivos propostos.

Na pesquisa, um dos objetivos específicos visa apontar a percepção do estudante com deficiência visual sobre a inclusão nas bibliotecas da UFRB, até mesmo em estreita relação com o lema adotado pelas pessoas com deficiência “Nada sobre nós sem nós”. Para tanto,



realizaram-se entrevistas com os estudantes na condição de deficiência visual, técnica que consiste em um encontro entre duas pessoas a fim de obter informações sobre um assunto determinado, conforme indicam Marconi e Lakatos (2003).

Para a realização dessas entrevistas foi necessário acionar o NUPI para levantar o número de estudantes. Os dados foram obtidos facilmente por meio de *e-mail* junto ao gestor do NUPI, no dia 4 de junho de 2018, e indicaram 11 (onze) estudantes na condição de deficiência visual. Ressalta-se que, ainda que o número de matriculados PDV seja pequeno, suscitar esse debate enriquece a inclusão como paradigma, o que deveria ser uma regra nas universidades como reflexo da sociedade em geral. O despreparo em que se encontram as universidades e as bibliotecas desestimulam PDV a buscarem formação acadêmica; por isso, quanto mais se debater essa agenda maior será o eco da discussão. Desse modo, defende-se que à medida que a agenda da inclusão ganhar ímpeto, maior será o número de matriculados nessa condição.

Em razão de o NUPI prestar atendimento, na graduação, aos estudantes na condição de deficiência, definiu-se que o gestor do núcleo também fosse entrevistado. Dessa forma, o roteiro de entrevista elaborado seria voltado para avaliar o nível de planejamento em questões referentes à inclusão na instituição, direcionado especialmente para o contexto das bibliotecas do SIB. Além disso, constatou-se também a necessidade de compreender os desafios ali vivenciados, o que tem funcionado e o que se almeja.

Além desses, decidiu-se entrevistar a gestão do SIB-UFRB, a fim de atender aos objetivos específicos de investigar como as bibliotecas da UFRB têm acompanhado os marcos legais sobre inclusão da pessoa com deficiência visual e de mapear os recursos de TA.

Marconi e Lakatos (2003, p. 196) sinalizam que a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”. Dentre as opções de realização dessa técnica, optou-se pela padronizada ou estruturada, aquela em que “o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 197).

Na entrevista realizada com a coordenação do SIB-UFRB e com o gestor do NUPI, coletaram-se informações úteis para a pesquisa, não disponíveis em fontes documentais. Por meio do roteiro elaborado, evidenciaram-se as condições de inclusão nas bibliotecas da UFRB, possibilitando igualmente perceber como essas bibliotecas têm acompanhado os marcos legais referentes à inclusão.

Como toda técnica, essa apresenta fragilidade; a entrevista geralmente necessita de um tempo considerável, o que dificulta sua realização, e também pode esbarrar nas dificuldades tocantes à disposição do entrevistado para fornecer informações necessárias (MARCONI; LAKATOS, 2003). Em virtude disso, o cronograma da pesquisa dispensou um tempo significativo para se contatar e entrevistar todos os participantes sem comprometer a pesquisa. Para poupar o tempo do entrevistado, buscou-se elaborar questões mais facilmente inteligíveis.

A entrevista compreende duas etapas: a primeira, a especificação dos dados que se almeja obter e, segunda, a formulação das perguntas. As perguntas precisam ser objetivas e ordenadas de maneira a facilitar as respostas, tendo-se o cuidado de não induzi-las, de usar palavras claras e também de considerar o conhecimento do entrevistado sobre os aspectos levantados nas questões (GIL, 2002).

O questionário *on-line* foi outra técnica utilizada nesta pesquisa, direcionado aos bibliotecários dos centros de ensino e aos funcionários das bibliotecas que trabalham no atendimento, incluídos os servidores técnicos efetivos e os prestadores de serviço. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), essa técnica tem o objetivo de “levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”. Portanto, foram elaborados dois questionários para facilitar a compreensão das condições de inclusão nas bibliotecas da UFRB no tocante à PDV.

Com relação aos bibliotecários, 13 (treze) trabalham nas bibliotecas da UFRB, e apenas um não respondeu ao questionário. Por meio do questionário *on-line* compreendeu-se como esses profissionais contribuem para o processo da inclusão. Além disso, verificou-se a existência de indícios de planejamento adequado a fim de atender às PDV e, igualmente, investigou-se a utilização de recursos de TA, para, assim, harmonizar-se com um dos objetivos propostos da pesquisa.

Identificou-se 30 (trinta) funcionários do atendimento das bibliotecas, e 25 (vinte e cinco) responderam o questionário. O questionário aplicado aos funcionários da biblioteca foi válido para identificar como os estudantes com deficiência visual são percebidos no ambiente da biblioteca. O atendimento dispensado no balcão de atendimento representa um divisor de águas no tocante à frequência das PDV na biblioteca; se esses alunos se depararem com barreiras atitudinais constantemente é pouco provável que frequentem esses ambientes.

Adotou-se o questionário *on-line* por atingir um número considerável de pessoas, sem a necessidade de se estar presente, uma vez que as bibliotecas da UFRB se situam em diferentes cidades. Portanto, a técnica proporciona economia de tempo e tem a vantagem do anonimato

porque a ausência do pesquisador proporciona mais liberdade. Além disso, o sujeito pode escolher o momento mais conveniente para responder (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ressalta-se que os envolvidos concordaram em permitir que os dados fossem utilizados na pesquisa e os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), documento que visa assegurar o caráter confidencial da pesquisa e preservar o anonimato dos participantes; além disso, também sensibiliza para a participação, por esclarecer os objetivos, a transparência e a seriedade da pesquisa. No caso dos questionários, a última pergunta consistia em uma declaração de anuência digital para que os dados fossem utilizados.

Por fim, a observação sistemática, que no entendimento de Marconi e Lakatos (2003) é a técnica que propicia ao pesquisador examinar os fatos que se deseja estudar pelo contato direto com a realidade, apresenta a vantagem de estudar a variedade de fenômenos e também facilita a coleta de dados referente a comportamentos usuais. Além disso, os autores ressaltam a necessidade de objetividade quanto ao que se busca. Dessa maneira, elaborou-se uma lista com indicadores dos itens que seriam observados na visita às bibliotecas do SIB-UFRB, com base nos indicadores de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas de Gentil Junior (2016).

A lista permite que a observação ocorra de maneira igualitária e no caso de o observador se confrontar com detalhes não incluídos na lista, a informação poderia ser registrada à parte e assim enriquecer a discussão. Os indicadores priorizam a acessibilidade no que se refere apenas à deficiência visual, por isso foram desprezados os indicadores de Gentil Junior (2016), cujo foco eram outras deficiências.

O quadro 7 apresentará a relação dos objetivos específicos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados e os participantes.

**Quadro 7** - Instrumentos de coleta de dados correlacionados aos objetivos específicos.

<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
Identificar a produção da CI na temática da inclusão da pessoa com deficiência visual	BRAPCI, anais do CINFORM.	Pesquisador
Analisar a efetividade da produção da CI para a inclusão da pessoa com deficiência visual nas bibliotecas da UFRB.	BRAPCI, anais do CINFORM BDTD, Questionário <i>on-line</i> , Entrevista, Observação.	Funcionários do SIB-UFRB, Gestão SIB-UFRB, Estudantes da UFRB com deficiência visual, Bibliotecários do SIB-UFRB.
Investigar como as bibliotecas da UFRB tem acompanhado os marcos legais existentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual.	Questionário <i>on-line</i> , Entrevista, Observação	Bibliotecários do SIB-UFRB, Gestor do SIB-UFRB, Gestor do NUPI
Mapear os recursos de tecnologia assistiva utilizados nas bibliotecas da UFRB.	Questionário <i>on-line</i> , Entrevista	Bibliotecários do SIB-UFRB, Coordenação SIB-UFRB, Gestor do NUPI, Estudantes com deficiência visual.
Apontar a percepção do estudante com deficiência visual sobre a inclusão nas bibliotecas da UFRB	Entrevista	Estudantes na condição de deficiência visual

Fonte: a autora.

Detalhado como ocorrerá a coleta de dados, é importante esclarecer os métodos de procedimentos adotados quanto a estes dados, dispostos na seção seguinte.

## 6.5 PROCEDIMENTOS

Em virtude de o objetivo da pesquisa buscar conhecer as condições de inclusão da PDV nas bibliotecas da UFRB, a partir da produção da CI na área da inclusão, tem-se um estudo de caso, que é um dos tipos de pesquisa qualitativa, o qual consiste em aprofundar exaustivamente determinada unidade específica, para assim se obter um conhecimento bastante detalhado, conforme preconizado por Gil (2002).

Na pesquisa, o procedimento pode ser utilizado para alcançar diversos objetivos, os quais incluem: “a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2002, p. 54).

Pode-se questionar a adoção do método do estudo de caso como procedimento pela falta de rigor metodológico. Em razão disso, propõe-se que a coleta e a análise de dados sejam

realizadas com redobrada atenção para se evitar o comprometimento da pesquisa. O estudo de caso também é rejeitado, por vezes, devido à dificuldade quanto à generalização; analisar uma realidade é considerada uma base frágil para generalizar (GIL, 2002).

Na presente pesquisa não existe a pretensão de generalizar a questão da inclusão da PDV nas bibliotecas, o que realmente se almeja é se promover a discussão. A partir disso, cada biblioteca poderá se planejar a fim de possibilitar atendimento paritário. Cabe destacar que iniciar estratégias inclusivas no âmbito das bibliotecas com certeza pode servir de modelo para as demais BU.

No âmbito desta pesquisa, à proporção que as bibliotecas da UFRB foram investigadas, tornou-se possível entender a relação do que a teoria tem preconizado para atender a PDV e o que as bibliotecas desse sistema têm realizado. Por isso, considerou-se o estudo de caso como o procedimento que melhor atenderia aos objetivos desta pesquisa.

Posto que entre as técnicas utilizadas estão as entrevistas, as respostas possibilitaram a adoção do método de procedimento comparativo. A esse respeito, Marconi e Lakatos (2003, p. 107), sinalizam que “este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências”. Por meio das respostas coletadas nas entrevistas é possível contrastar o que tem sido realizado nas bibliotecas do SIB-UFRB e o que dessas se espera.

O procedimento comparativo foi aplicado às respostas obtidas por meio das entrevistas, que incluem a entrevista com o gestor do NUPI, com a gestão do SIB-UFRB e com os estudantes na condição de deficiência. Aplicou-se o mesmo procedimento aos dados coletados na observação e foi possível comparar com o que a literatura indica, de acordo com a realidade observada.

No tocante às informações obtidas a partir do questionário *on-line*, optou-se por efetuar o procedimento da análise quantitativa, não estatística, porque não lidamos com amostragens e, sim, com a totalidade dos funcionários das bibliotecas e dos bibliotecários da UFRB; a riqueza de dados obtidos permitirá um quadro real da inclusão nesse cenário.

Concernente aos dados obtidos mediante a investigação da base de dados BRAPCI e dos anais do CIFORM, igualmente aplicou-se o procedimento da análise quantitativa. Após análise bem detalhada, construíram-se tabelas e figuras que evidenciam a efetividade da produção da CI na temática da inclusão. Além disso, na etapa da discussão dos resultados, os dados coletados foram analisados sob a luz do referencial teórico emanado dos trabalhos disponíveis na BRAPCI e nos anais do CIFORM, apresentado no capítulo 3, e de outras fontes bibliográficas.

## 6.6 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Sabendo-se que a etapa referente à compreensão dos dados é crucial, elaborou-se um plano de análise para facilitar a compreensão dos dados coletados e assegurar que fossem analisados satisfatoriamente. O primeiro passo nesse processo foi estabelecer as categorias para a análise e decidiu-se que as categorias analisadas se pautariam nos critérios de acessibilidade estabelecidos por Sasaki (2009), teórico renomado na área de inclusão e que forneceu suporte teórico sólido para esta pesquisa.

Em razão de o capítulo 2 esclarecer as seis dimensões de acessibilidade, é importante sinalizar que somente utilizaremos dimensões que se coadunem com os objetivos propostos da pesquisa, a saber, a inclusão de PDV em âmbito educacional, que possam ser aplicadas ao contexto das BU.

Destaca-se que das seis dimensões, apenas a Metodológica não será abordada, uma vez que se refere à “utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais” (SASSAKI, 2009, p. 4), aspectos sobre os quais a pesquisa não se debruça por não ser competência da BU. As dimensões utilizadas como categorias são:

- ✓ Arquitetônica;
- ✓ Instrumental;
- ✓ Programática;
- ✓ Comunicacional;
- ✓ Atitudinal.

Definidas as categorias de análise, é importante estabelecer o que se buscou investigar dentro de cada uma das categorias, o que chamaremos de indicadores, para assim trabalhar em consonância com o objetivo desta pesquisa, de conhecer as condições de inclusão da PDV em âmbito das bibliotecas do SIB-UFRB e investigar a efetividade da produção da CI na temática da inclusão. O quadro 8 mostrará a exposição detalhada das categorias, dos indicadores, o objetivo de cada uma delas juntamente com os instrumentos de coleta de dados utilizados.

**Quadro 8** - Plano de Análise

<b>CATEGORIAS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>
Arquitetônica	Sinalização tátil no entorno e dentro da biblioteca; Iluminação dos ambientes; Rampas no trajeto da biblioteca; Áreas de circulação dentro dos espaços internos; Espaço entre as estantes.	Investigar se o ambiente apresenta barreiras físicas.	Observação sistemática; Entrevista com estudantes.
Instrumental	Tecnologia Assistiva; Serviço de reprografia em fonte ampliada; Material bibliográfico acessível.	Investigar a disponibilização de recursos que visem a autonomia da PDV.	Questionário <i>on-line</i> dos bibliotecários; Entrevista gestor SIB e NUPI; entrevista com estudantes.
Programática	Regimento da Biblioteca; Regulamento da Biblioteca; Plano de Desenvolvimento Institucional.	Investigar se as normas e resoluções apontam para a inclusão da PDV.	Questionário <i>on-line</i> dos bibliotecários; Entrevista gestor SIB.
Comunicacional	Comunicação de informações em braille; Comunicação em letras em tamanho ampliado; Auxiliares para orientação de pessoas com baixa visão para localizar livros;	Investigar se há barreiras na comunicação entre os funcionários das bibliotecas e os estudantes com deficiência visual.	Questionário <i>on-line</i> dos bibliotecários e dos funcionários; Observação sistemática.
Atitudinal	Acompanhamento dos marcos legais referente a inclusão; Atendimento no balcão; Capacitação de pessoal;	Investigar o convívio entre funcionários da biblioteca e os estudantes com deficiência visual.	Questionário <i>on-line</i> dos bibliotecários e dos funcionários; Entrevista com estudantes.

Fonte: a autora, com base em Sasaki (2009).

A partir das informações coletadas e analisadas conforme estabelecido no plano de análise, teremos um quadro de como está a questão da inclusão da PDV no cenário do SIB-UFRB.

Exibidas as informações no tocante à metodologia utilizada, o capítulo seguinte apresentará os dados coletados e a análise dos mesmos.

## 7 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo apresentará os dados e a discussão dos resultados da pesquisa, com base nos artigos levantados na produção da CI referente à inclusão, indicados no capítulo 3, e outros igualmente pertinentes. A análise respeitará as categorias previamente estabelecidas.

### 7.1 A COLETA DE DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados entre os bibliotecários dos centros de ensino; funcionários do atendimento das bibliotecas; estudantes na condição de deficiência visual; gestores do SIB e do NUPI; e pela observação sistemática. No andamento da discussão, observou-se que os instrumentos contribuíram para além de sua finalidade dentro das categorias. Por exemplo, a observação sistemática, orientada para a categoria arquitetônica, enriqueceu a discussão de outras categorias.

A plataforma *Survey Monkey Gold* (SMG) foi utilizada para aplicar os questionários aos bibliotecários e aos funcionários. O SMG foi cedido pelo Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI)<sup>8</sup>, do qual a pesquisadora é membro.

Os testes de ambos os instrumentos ocorreram em junho de 2018, com profissionais da área, os quais propuseram sugestões. Em julho, aplicaram-se 10 (dez) inquéritos por questionário aos bibliotecários e obtiveram-se 9 (nove) respostas válidas. Com os funcionários foram aplicados 30 (trinta) inquéritos e obtiveram-se 25 (vinte e cinco) respostas válidas, entre julho e outubro de 2018. Disponibilizaram-se os questionários até novembro e utilizou-se a declaração de anuência digital em forma de pergunta nos questionários.

As entrevistas com os gestores ocorreram em novembro de 2018. O contato com o gestor do NUPI, em junho, permitiu identificar 11 (onze) estudantes PDV<sup>9</sup>, dos quais 6 (seis) foram localizados, todos com baixa visão. As entrevistas realizaram-se de agosto a novembro; duas

---

<sup>8</sup> O CRIDI foi fundado em 2005 pelo professor Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, Professor Titular aposentado da UFBA e atuante em duas linhas de pesquisa específicas: 1) Conservação e preservação de acervos fotográficos, audiovisuais e sonoros; 2) Políticas e Tecnologias da Informação, visando aos estudos teóricos e aplicados sobre as políticas e os usos da informação, do documento, suas tecnologias e infraestruturas, ao monitoramento de necessidades, comportamentos e hábitos informacionais; sobre os padrões de funcionamento e regulação de redes e sistemas de informação, sobre os conceitos de identidade e de memória, e os mecanismos e metodologias de preservação e custódia (CRIDI, 2018).

<sup>9</sup> Todos os participantes desta pesquisa serão tratados no gênero masculino.



dessas por telefone, em decorrência da agenda apertada de dois estudantes. As entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e apresentadas conforme a norma culta do português para facilitar a compreensão.

Esclarecida a coleta dos dados, apresentaremos a discussão com base nas categorias.

## 7.2 ARQUITETÔNICA

A acessibilidade arquitetônica é uma das dimensões mais difundidas quando se trata de inclusão e de eliminar barreiras. Além disso, é o aspecto que mais avançou na legislação, conforme Fortalecimento...(2016); no entanto, há descompasso entre a legislação e a realidade. Nessa análise de acessibilidade arquitetônica orientada para PDV, conforme os Indicadores de Acessibilidade Arquitetônica coletados na observação sistemática, observaram-se o entorno, a entrada e os espaços da biblioteca, de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015).

No quesito acesso, praticamente todas as bibliotecas têm difícil localização em bairros afastados do centro, com exceção do CECULT e do CAHL. Na BCA, a situação é amenizada porque o ônibus da universidade realiza o transporte dos alunos; no CCS, a prefeitura local disponibiliza transporte público até a entrada do *campus*.

Em geral, as bibliotecas funcionam em espaços temporários, à exceção do CAHL e da BCA, cenário que dificulta a acessibilidade. O prédio da BCA, inaugurado em 2013, é o único construído com a finalidade de biblioteca e dispõe de 2 (dois) andares. No térreo, há 2 (dois) espaços amplos para leitura, terminais de consulta ao acervo e a editora da UFRB. No primeiro andar funciona o balcão de atendimento, cabines individuais de estudo e o acervo. No segundo piso há outro espaço de leitura, a Divisão de Periódicos, e a parte administrativa do SIB.

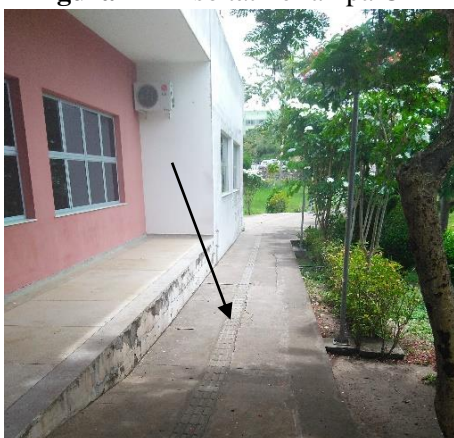
No térreo da biblioteca do CAHL há terminal de consulta, onde está localizada a lupa eletrônica, área do acervo e parte administrativa. No primeiro andar, 2 (duas) espaçosas salas de leitura. O espaço, apesar de não ter sido projetado para ser uma biblioteca, é confortável e organizado. No CECULT, a biblioteca dispõe de 2 (duas) salas: uma com o acervo, atendimento e administração da biblioteca e outra destinada a espaço de leitura.

O novo prédio da biblioteca do CCS está em fase de finalização. O espaço atualmente utilizado dispõe de 2 (duas) salas de leitura; em uma delas está a lupa eletrônica, terminais de consulta, espaço do acervo e parte administrativa. A biblioteca do CFP dispõe de 2 (duas) salas de leitura, com cabines individuais, mesas, terminais de consulta com lupa eletrônica e uma sala de periódicos, sala da administração e o acervo. No CETENS, a biblioteca dispõe de sala

de leitura e terminais de consulta; na área do acervo são disponibilizados lupa, *scanner* e a administração trabalha em outra sala.

Na observação não se identificou a rota acessível (aquela que viabiliza o trajeto contínuo e que conecta os ambientes) nem o piso tátil no interior das bibliotecas, “caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional” (ABNT, 2015, p. 5). No CFP e na BCA há piso tátil apenas no acesso à biblioteca; no CFP esse piso é acompanhado de rampa sem corrimão, conforme as figuras 21 e 22.

**Figura 21-** Piso tátil e rampa CFP



Fonte: a autora.

**Figura 22-** Piso tátil BCA



Fonte: a autora.

A gestão do SIB-UFRB revelou na entrevista que está em andamento a aquisição do piso tátil para o interior das bibliotecas. Com a instalação do piso tátil facilitará a biblioteca implementar a rota acessível, um recurso necessário para PDV.

Na UNICAMP, o projeto Orientação Espacial desenvolveu a orientação no *campus* por meio de mapas táteis sonoros para PDV, a partir dos critérios do desenho universal e da NBR 9050. A proposta considera o conceito de rota acessível, permite o trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, com ambientes conectados, e proporciona autonomia e segurança no *campus*. Salienta-se que um estudo criterioso foi realizado e envolveu levantamento do fluxo de pedestres, sinalização, barreiras e entrevistas junto à comunidade (COSTA; ARAÚJO, 2013).

O mapa tátil e sonoro permite identificar previamente as barreiras arquitetônicas existentes no percurso. O ambiente é simulado pela modelagem do mapa físico em escala. A ferramenta é constituída de uma caixa de madeira com processador e um *chip voice*. Na superfície superior há uma implantação que reproduz a vista aérea do *campus*, com edificações representadas. Utilizam-se relevos e texturas distintas, caminhos destacados e os botões liberam informação sonora do trajeto quando acionados (ROTA ACESSÍVEL, 2018).

Nessa linha de fomentar a inclusão, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP), por intermédio do Programa Poli Cidadã, os alunos das engenharias criaram projetos focados na responsabilidade social. Nesse âmbito criou-se o sistema de percepção espacial, em que a bengala é adaptada a um sensor ultrassônico e emite um alerta vibratório quando há obstáculo e ainda outros recursos (CONSONI; MARIANI, 2009).

Ainda que tais projetos necessitem de investimentos e testes em longo prazo, os benefícios são evidentes em curto prazo, uma vez que os futuros profissionais enriquecem sua formação profissional e humana ao trazerem solução para entraves no cotidiano de uma pessoa com deficiência. Assim, a universidade coloca-se como agente catalisador de mudanças ao utilizar seus talentos em prol da pessoa com deficiência. Essa experiência pode ser copiada pelos cursos de engenharia da UFRB (CONSONI; MARIANI, 2009).

Na observação foi possível perceber a presença de rampas, contudo, sem as devidas adequações explicitadas na NBR 9050, a qual conceitua rampa como “inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento, com declividade igual ou superior a 5 %” (ABNT, 2015, p. 5); em relação à largura, “deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m” (ABNT, 2015, p. 59).

A norma também estabelece que as rampas devem ser acompanhadas de corrimão nas laterais. A ausência de rampas pode inviabilizar ou dificultar o acesso de pessoas com deficiência de forma autônoma. Apesar de as bibliotecas possuírem rampas com larguras adequadas, apenas no CAHL essas são guarnecidas com corrimão; no caso do CETENS, a rampa improvisada apresenta insegurança e instabilidade, conforme as figuras 23 a 27.

**Figura 23-** Rampa CCS

Fonte: a autora.

**Figura 24-** Rampa BCA

Fonte: a autora.

**Figura 25 -** Rampa CECULT

Fonte: a autora.

**Figura 26 -** Rampa CETENS

Fonte: a autora.

**Figura 27 -** Rampa CAHL

Fonte: a autora.

A norma estabelece que as portas, “quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m” e que devem “ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m” (ABNT, 2015, p. 70-71).

Constatou-se na observação que as portas das bibliotecas podem ser abertas com um único movimento. Contudo, nenhuma das bibliotecas apresentam “no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m” (ABNT, 2015, p. 71).

Os pisos, de forma geral, apresentaram segurança, conforto para a livre circulação das pessoas. No entanto, destaca-se o piso de granilite utilizados nas BCA, CAHL e CFP explicitados em figuras anteriores. A vantagem desse piso é a superfície regular, fixa e estável, em razão da camada de resina que o torna impermeável e de fácil manutenção; entretanto, não é antiderrapante e pode provocar acidentes quando molhado (GRANITORRE, 2013).

Os espaços de leitura das bibliotecas, de forma geral, apresentam *layout* organizado, de maneira a não causar desorientação às PDV. Os obstáculos mais frequentes são a presença de

colunas, uma vez que os espaços, em sua maioria, não foram planejados para funcionar como bibliotecas, conforme as figuras 28 a 30.

**Figura 28** - Espaço de leitura CCS



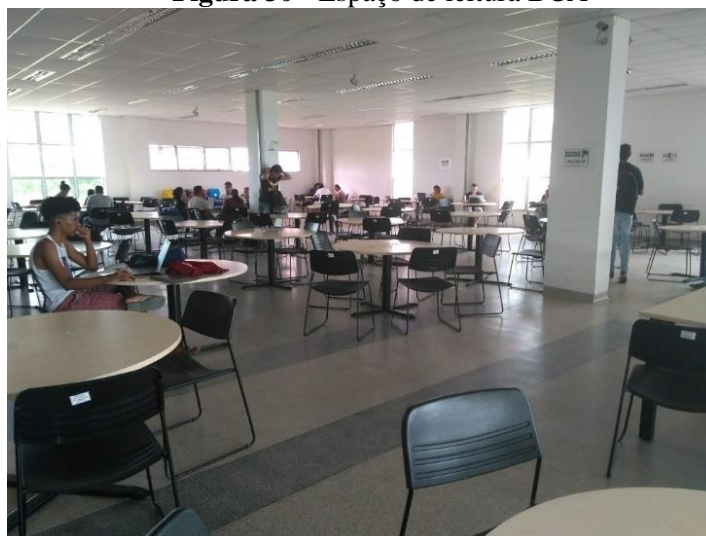
Fonte: a autora.

**Figura 29** - Espaço de leitura CFP



Fonte: a autora.

**Figura 30** - Espaço de leitura BCA



Fonte: a autora.

A PDV tem comprometimento da capacidade de se orientar e de se movimentar com segurança e independência e a visão é um dos mais poderosos sistemas-guia; sua ausência leva a PDV a recorrer a outros sistemas para se guiar. Nas ruas alguns usam como referência o calçamento, as curvas e esquinas; outros recorrem a pistas olfativas como o cheiro emanado de uma fábrica de bolachas; ou auditivas, como ruídos de uma praça movimentada (GIL, 2000). Recomendam-se as rotas acessíveis para facilitar a orientação das PDV nas BU.

As bibliotecas que possuem escadas, BCA e CAHL, apresentam espelho vazado, conforme as figuras 31 e 32, contrariamente ao preconizado pela NBR 9050 de não se utilizarem escadas com modelo vazado nas rotas acessíveis, em virtude de representar risco para todos, especialmente para pessoas que utilizam muletas ou têm baixa visão (ABNT, 2015).

**Figura 31-** Escada BCA



Fonte: a autora.

**Figura 32-** Escada CAHL



Fonte: a autora.

A recomendação da NBR 9050 quanto a estantes dos livros é que essas devem possuir largura mínima de 0,90 m. Na BCA e no CECULT o espaço é de um 1 m, e no CAHL 1,10 m, conforme as figuras 33 a 35. As demais apresentaram entre 0,60 e 0,80 m, medidas insatisfatórias (ABNT, 2015).

**Figura 33-** Estantes BCA



Fonte: a autora

**Figura 34-** Estantes CECULT



Fonte: a autora

**Figura 35-** Estantes CAHL

Fonte: a autora

As pessoas com baixa visão necessitam de níveis diferentes de iluminação e algumas apresentam maior sensibilidade a ambientes mais iluminados; outras apresentam menor sensibilidade ao contraste, características que dificultam projetar um sistema que atenda às especificidades. No entanto, quando a iluminação é adequada o desconforto visual é amenizado (BORTOLAN; FERREIRA; NICKEL, 2017).

Em uma das entrevistas o estudante pontuou como a iluminação da biblioteca do CAHL o afeta:

Eu acho a biblioteca muito clara, em termos das luzes que vêm de fora; para mim, é um pouco difícil porque quanto mais luz mais eu aperto os olhos. Toda a luminosidade é causada pela quantidade de janelas. O espaço de cima é muito claro, mas a parte de baixo, onde eu ficava mais tempo, é boa.

A iluminação não é uniforme; no térreo há conforto, mas no primeiro piso há excessiva claridade porque existem muitas janelas em torno do espaço, além de luz artificial, conforme o relato. O controle da iluminação externa que penetra no ambiente poderia ser amenizada com películas nas janelas. As bibliotecas precisam assegurar “conforto e segurança a pessoas com baixa visão, que em certos ambientes sofrem com brilho excessivo, iluminação escassa, baixo contraste, entre outros problemas” (BORTOLAN; FERREIRA; NICKEL, 2017, p. 3).

No CFP percebe-se que a iluminação sofre influência direta da quantidade de luz externa, no entanto, há persianas apenas em uma das salas de estudo que controlam a luminosidade. Na BCA, apesar de receberem luz externa, há películas nas janelas. No CECULT e no CCS, a iluminação é praticamente artificial, ainda assim o controle de luminosidade é realizado com materiais improvisados, como classificador plástico e papel com coloração

escura respectivamente. No caso do CETENS, a iluminação é praticamente artificial, especialmente na sala de estudos, sem incidência relevante de iluminação externa.

Conforme observado, há necessidade de melhorias no tocante à acessibilidade arquitetônica, posto que “tem uma importante dimensão simbólica no processo de inclusão, cuja mensagem é de acolhimento e receptividade a todos” (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 52).

### 7.3 INSTRUMENTAL

Na categoria instrumental investigou-se sobre os recursos que asseguram a autonomia da PDV nas bibliotecas da UFRB, os quais incluem TA, acervo acessível e serviços, a exemplo de reprografia em fonte ampliada. Os dados coletados a partir dos bibliotecários, dos gestores do NUPI e do SIB, juntamente com os estudantes na condição de deficiência visual, forneceram suporte para conhecer esses indicadores.

Considera-se que a TA deve fazer parte do planejamento da biblioteca. Nesse processo, é fundamental a escuta e o olhar atento às necessidades do usuário e entende-se que os funcionários devem ser capacitados para a pronta utilização dos recursos; além disso, os recursos devem ser instalados em local de fácil acesso (FORTALECIMENTO...2016).

Na entrevista, o gestor do NUPI informou que o núcleo tem adquirido recursos de TA e que quase todas as bibliotecas possuem *scanner* de voz, entretanto, destacou a falta de pessoal qualificado para atender às demandas. Dessa maneira, as bibliotecas recebem os recursos sem o devido treinamento para utilizá-los.

Na entrevista, um estudante revelou a disponibilização da lupa e apontou o seguinte:

Quando relatei a minha dificuldade, o setor de Cruz das Almas mandou uma lupa, que está em um lugar visível, em contato com outras pessoas; eu nunca usei porque tenho vergonha. Quem não sabe que tenho baixa visão pensa que sou cego. Além disso, não houve treinamento algum quando a lupa foi instalada [...]. O equipamento não tem utilidade, fica lá parado.

A partir das observações do estudante, observa-se a falha no planejamento, aspecto a ser detalhado posteriormente. Proveu-se o recurso, no entanto não houve acompanhamento no decorrer do plano em ação, para melhor adequar-se às necessidades do estudante. Almeida (2005) sugere acompanhar e controlar os objetivos delineados no desenvolvimento do plano pela possibilidade de se perceberem alguns equívocos cometidos e, assim, introduzirem-se ações nas quais não se pensou anteriormente.



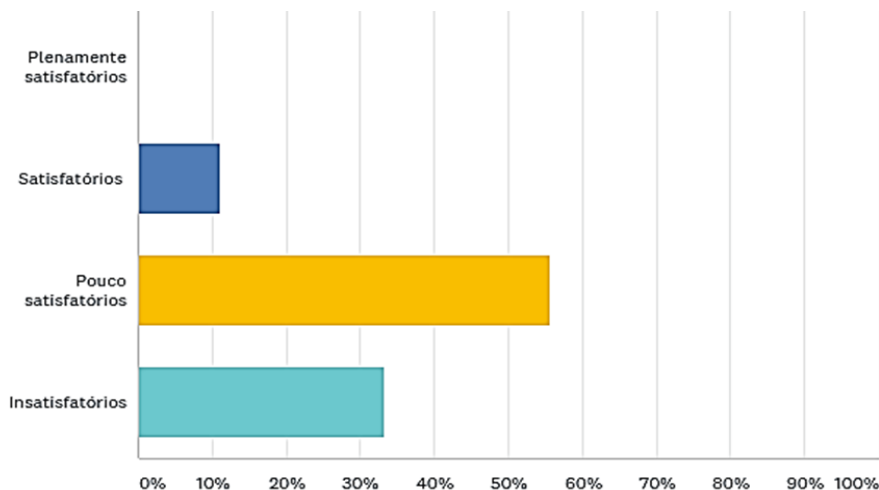
Na UFRB desenvolveu-se o Quick Voice, um aplicativo que converte código de barras bidimensional (QR Code) em arquivo de texto, seja por escrito ou em áudio e que facilita o acesso de PDV ao conteúdo do código, pode ser ouvido em qualquer lugar. Foi criado pela parceria entre o Grupo de Tecnologia, Engenharia, Robótica e Física (G-TERF), liderado pelo professor Ariston Cardoso, e pelo Grupo de Estudos sobre Educação, Diversidade e Inclusão (GEEDI), liderado pela professora Susana Couto Pimentel (UFRB, 2014).

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que as bibliotecas dispõem de recursos de TA, a saber: lupa, *scanner* de voz, Quick Voice, mas convém ressaltar que outros disponíveis gratuitamente na internet, como os leitores de tela, poderiam ser disponibilizados.

Os bibliotecários reconhecem a necessidade de melhorias na oferta desses recursos e mais de 50%, em uma das perguntas do questionário, revelaram-se insatisfeitos com os recursos atualmente disponíveis, conforme figura 36.

**Figura 36**

Q7: A tecnologia assistiva (TA) refere-se a recursos que facilitam o desempenho das atividades das pessoas com deficiência, e que proporcionam autonomia e interação com o mundo ao seu redor. Incluem desde um simples ampliador de tela, até sofisticados programas de computador. Como considera os recursos de TA disponíveis na biblioteca em que trabalha?

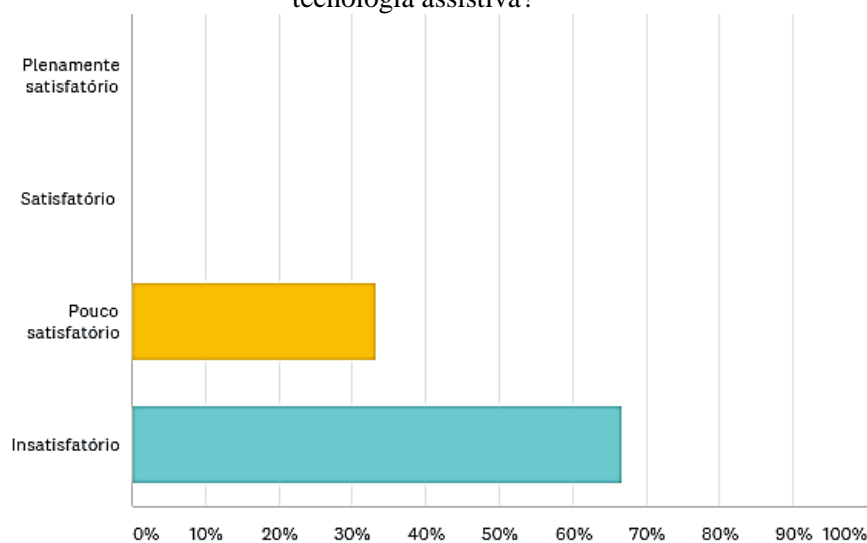


Fonte: a autora.

Dentro desse universo limitado de recursos de TA, mais de 60% dos bibliotecários apontaram como insuficiente o treinamento recebido para utilizá-lo, conforme figura 37

**Figura 37**

Q8: Como considera o treinamento recebido da instituição para utilizar os recursos disponíveis de tecnologia assistiva?



Fonte: a autora.

Na entrevista, os estudantes evidenciaram o conhecimento limitado sobre a TA; ante a indagação sobre qual recurso desejariam que a biblioteca obtivesse, nenhum soube informar. O desconhecimento reflete o histórico de descaso da educação relativo à oferta de recursos.

Um estudante entrevistado apontou para a necessidade de divulgação dos recursos. De fato, é essencial que a biblioteca os divulgue e saiba operacionalizá-los para promover os produtos e serviços ofertados. Apesar de trabalhar com o produto intangível, informação, nas bibliotecas o *marketing* é essencial para o “desenvolvimento de produtos e serviços e à comunicação destes ao mercado potencial na expectativa de alterar e/ou influenciar o seu comportamento”, conforme Oliveira (1985, p. 138).

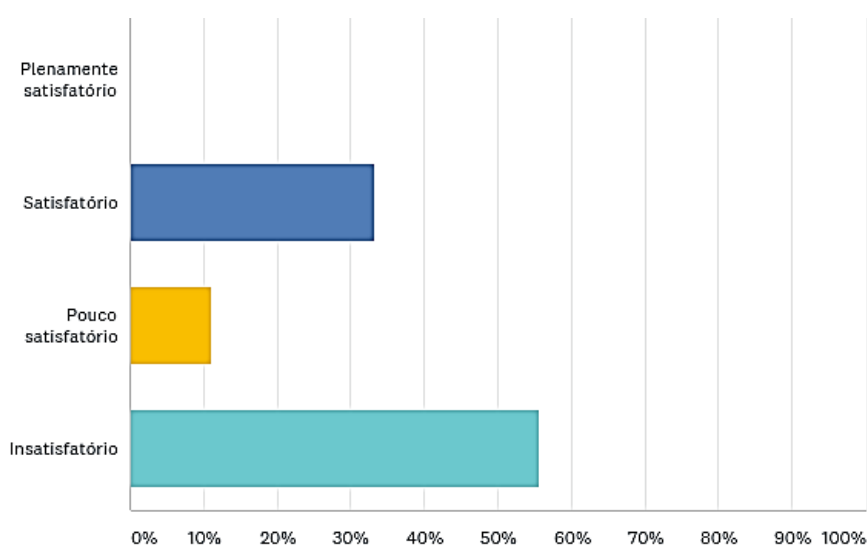
Ao incorporar os princípios do *marketing*, a biblioteca realizará uma troca com sua comunidade que beneficiará a ambos. O primeiro passo é identificar as necessidades do público-alvo; é necessário ouvir os estudante na condição de deficiência visual e, a partir daí, criar produtos e serviços que satisfaçam a essas necessidades. O segundo passo é divulgar os recursos e suas potencialidades para o segmento a ser atingido (OLIVEIRA, 1985).

O conceito de segmentação abordado pelo *marketing* consiste em identificar os grupos de usuários e direcionar os serviços de acordo com os interesses e necessidades, tendo em vista o usuário real e o potencial. Assim, é possível compreender qual a fatia do mercado que se almeja atender (OLIVEIRA, 1985). O conceito é facilmente aplicado ao universo das deficiências, uma vez que cada uma demanda serviços e produtos específicos.

Os bibliotecários e estudantes apontaram para a escassez de materiais acessíveis. A gestão do SIB relatou que a política de desenvolvimento de coleções não prevê a compra desses materiais, mas que a atualização do Regulamento permitirá a inclusão dos materiais acessíveis. A resposta dos bibliotecários ratifica tal cenário e mais de 55% consideraram insatisfatória a existência de materiais acessíveis, conforme indica a figura 38.

**Figura 38**

Q6: Como considera o material bibliográfico acessível (ex. materiais sonoros) que disponibiliza para estudantes com deficiência visual na biblioteca em que trabalha?



Fonte: a autora.

Conforme apresentado no capítulo 5, os formatos acessíveis, podem ser úteis para pessoas cegas e com baixa visão, que incluem “livros e outros materiais com recursos de acessibilidade (livros em braille, em tinta e braille, audiolivros, livros digitais bilíngues Português/Libras etc.) que possibilitam o acesso ao livro e à leitura para pessoas com deficiência”, conforme Fortalecimento... (2016, p. 110)

Os estudantes entrevistados possuem baixa visão, logo, não conseguem ler na fonte em que o mercado editorial comumente disponibiliza os livros. Em vista disso, em uma das perguntas do roteiro questionamos qual a estratégia utilizada para estudar. Quatro estudantes afirmaram recorrerem à internet para encontrar o arquivo do livro ou artigo em um formato que permita a ampliação da fonte.

Um estudante afirmou que sua condição permitia ler os livros tradicionais e outro revelou que “alguns professores foram orientados pelo colegiado para fazer a impressão em

letras maiores e outros dão o material impresso”, mas apenas nesse caso isolado; as bibliotecas que não oferecem o serviço poderiam institucionalizá-lo e imprimir artigos em fonte maior.

O Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) tem promovido ações voltadas à criação e disseminação de ferramentas de apoio à aprendizagem e inclusão acadêmica e social. Os serviços oferecidos são: digitalização de textos conforme os critérios dos direitos autorais; transcrição e impressão de materiais para o braille; conversão de textos para áudio; treinamento nos *softwares* acessíveis; e orientação à pesquisa bibliográfica e digital (MELO et. al., 2014).

A disponibilização de material acessível contribui diretamente para significativas mudanças no rendimento e participação do estudante em sala de aula e ao desenvolver suas atividades, discussões e produção de conhecimento. Como consequência, favorece-se o processo de ensino e aprendizagem e, assim, os estudantes tornam-se mais participativos, críticos e efetivamente incluídos na comunidade acadêmica (MELO et. al., 2014).

De acordo com as informações coletadas, constata-se que as bibliotecas precisam ampliar os recursos de TA, a oferta de material acessível e outros serviços de natureza inclusiva.

#### 7.4 PROGRAMÁTICA

Na categoria programática, investigou-se junto aos bibliotecários e ao gestor do SIB se os documentos institucionais (Regimento, Regulamento e PDI) integram questões referentes à inclusão; estes documentos estão disponíveis na internet e são de fácil acesso.

No planejamento da oferta de serviços públicos, a regra é desconsiderar as demandas das PDV. Em razão de a biblioteca ser um equipamento cultural, que atua na formação e disseminação da leitura, constitui-se, assim, local estratégico para a mudança da realidade, o que implica planejamento (FORTALECIMENTO..., 2016).

A categoria programática tem relação direta com o planejamento, compreendido como

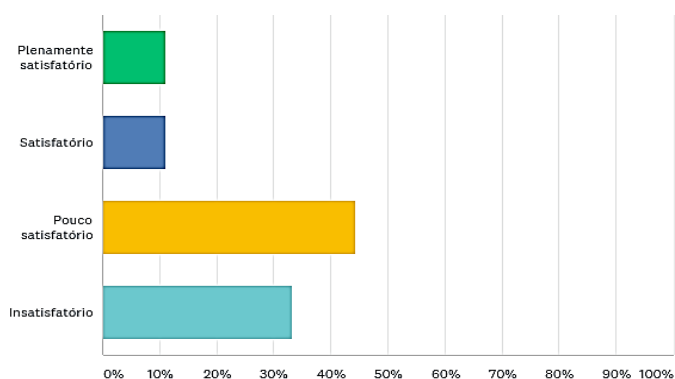
processo contínuo, permanente e dinâmico, que fixa objetivos, define linhas de ação, detalha as etapas para atingi-lo e prevê os recursos necessários à consecução desses objetivos. Com a incorporação dessa prática, [...] garante-se a realização dos objetivos visados (ALMEIDA, 2005, p. 2).

O planejamento ainda não é um processo incorporado à rotina das bibliotecas. O tempo, despendido para efetivá-lo é produtivo, assim essa prática precisa tornar-se uma ação permanente nas bibliotecas (ALMEIDA, 2005). Em razão disso, direcionou-se aos

bibliotecários uma pergunta sobre o planejamento das bibliotecas quanto a PDV; mais de 40% o consideraram pouco satisfatório (figura 39).

**Figura 39**

Q4: Na sua percepção, como considera o planejamento da biblioteca para receber usuários na condição de deficiência visual?

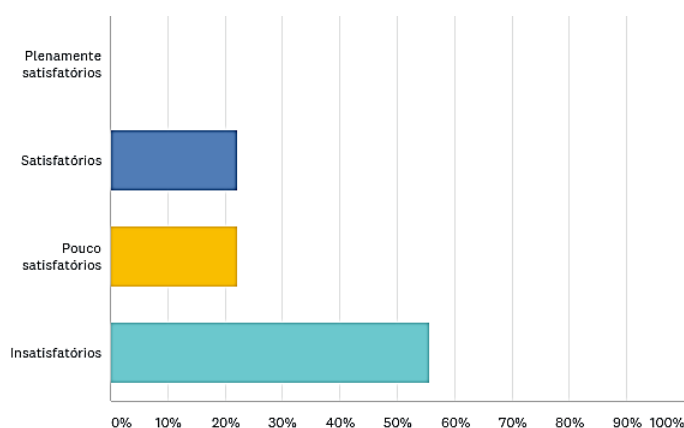


Fonte: a autora.

Uma questão relativa à percepção dos bibliotecários sobre os documentos que gerenciam a biblioteca quanto à inclusão indica que estes documentos não integram a inclusão da PDV. Assim, mais de 55% consideraram tais instrumentos insatisfatórios (figura 40).

**Figura 40**

Q5: Como considera os documentos que gerenciam a biblioteca, como o regimento e o regulamento do SIB-UFRB, no tocante à inclusão da pessoa com deficiência visual?



Fonte: a autora.

A insatisfação relativa aos instrumentos, regimento e regulamento, correlaciona-se com a sua desatualização. Quando perguntamos à gestão do SIB se os instrumentos integram a inclusão da PDV, confirmou-se a necessidade de atualizá-los, conforme revela o trecho da entrevista: “Não, por enquanto estamos buscando adequar esses instrumentos porque eles são antigos e estão necessitando de atualização”.

Na entrevista, a gestão do SIB revelou-se preocupada com a inclusão, a ponto de afirmar que incluirá tais aspectos na revisão dos documentos institucionais. A sensibilização por parte dos gestores das bibliotecas é significativa. Conforme comentam Silva e Bernardino (2015), ainda que a biblioteca obedeça aos critérios de acessibilidade, nada adiantará se não houver mudança de mentalidade dos gestores quanto ao funcionamento biblioteconômico relativo a necessidades informacionais das pessoas com deficiência.

O regimento e o regulamento das bibliotecas do SIB-UFRB foram documentos aprovados a partir de sessão extraordinária do Conselho Universitário, em junho de 2009 (UFRB, 2009). Esses documentos não apresentam serviços para PDV, a exemplo de serviço de reprografia em fonte ampliada, dilatação do empréstimo domiciliar para estudantes com baixa visão, uma vez que para essas pessoas a leitura ocorre em ritmo mais lento, nem previsão de compra de acervo acessível na política de desenvolvimento de coleções.

Nas bibliotecas, as políticas atuam como guias que definem as linhas mestras e orientam a tomada de decisão. Podem ser gerais ou específicas e referem-se a políticas de formação, de desenvolvimento de coleções, de conservação do acervo e de treinamento de pessoal. No tocante a procedimentos, encontram-se as regras que orientam a ação, como normas e regulamentos, por exemplo. O regimento não é sinônimo de regulamento, o primeiro rege a organização e estabelece as competências e atribuições; o segundo é o que geralmente regula o uso do acervo e dos serviços (ALMEIDA, 2005).

O PDI é o instrumento de planejamento e gestão que reflete a identidade da instituição, o qual revela a filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve. O PDI vigente foi elaborado para vigorar de 2019 a 2030 e priorizou a participação de todos para que refletisse as expectativas da comunidade (UFRB, 2018c).

As informações citadas a respeito do PDI vigente foram retiradas do *site* da instituição, que esclarece quanto aos eixos temáticos, as comissões, os documentos norteadores e a agenda. No momento da redação desta pesquisa, o documento ainda não havia sido publicado para consulta; a pesquisadora, integrante do corpo técnico da UFRB, colaborou com sua elaboração

e, dentre outras proposições, sugeriu a aquisição de recursos de TA e de acervo acessível para as BU, as quais espera serem acatadas.

O planejamento que objetiva integrar a inclusão deve considerar:

- As partes envolvidas: quais são os públicos atendidos e quais se pretende atender? Quais são seus diferentes interesses e necessidades[...].
- O Ponto de partida: qual é a situação atual da biblioteca? Quais são os aspectos relevantes de sua região que impactam na atuação da organização? Quais são as atuais potencialidades e fragilidades?
- Os objetivos a serem alcançados: qual é o objetivo geral da organização e o que se quer alcançar em determinado período de tempo [...].
- A capacidade da organização: quais são os recursos materiais, físicos, financeiros e humanos? Há parcerias?
- Definição de estratégias: como tornar acessíveis as atividades que são realizadas e os serviços oferecidos? O que é preciso? Serão definidas novas ações e atividades?
- Como colocar tudo em prática: qual será o cronograma? Quem ficará responsável pela atividade? (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 27).

No âmbito do SIB-UFRB, para melhor êxito ao planejar, a parceria com o NUPI facilitará o acesso aos estudantes, os quais devem ser inseridos no processo, a fim de facilitar o atendimento de suas necessidades, ao mesmo tempo em que se harmoniza com o lema das pessoas com deficiência - “Nada sobre nós sem nós”.

O usuário é a razão de ser do sistema, assim, o planejamento deverá prever o estudo de usuário que é “uma investigação feita para identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação” (VALENTIM, 2010, p. 6). A investigação auxiliará a identificar a deficiência, o perfil informacional e as dificuldades de acesso à informação e à biblioteca, conforme Alves (2017).

Mantoam (2017) recomenda cautela quanto à armadilha de se abstraírem as diferenças e tratar a todos igualmente, o que pode camuflar as especificidades. Para driblar essa armadilha defende-se o direito à diferença na igualdade de direitos, fatores que devem ser considerados no planejamento que deverá atentar para as distintas necessidades dentro da deficiência visual.

Compreendido o que se deseja alcançar, reflete-se sobre os problemas enfrentados e traça-se o diagnóstico. Nessa etapa é possível estabelecer os motivos que levam à baixa frequência de pessoas com deficiência na biblioteca. No diagnóstico, é possível identificar os pontos fortes e fracos na estrutura e no funcionamento organizacional, a fim de se descobrirem formas de solucionar os problemas. De posse dessas informações, definem-se os objetivos e traçam-se metas tangíveis, com os recursos disponíveis. A inclusão precisa permear o

planejamento global da biblioteca e articular-se com as demais questões (FORTALECIMENTO..., 2016; ALMEIDA, 2005).

Ao se considerar a importância da acessibilidade em todas as suas dimensões na instituição biblioteca, um espaço democrático, Silva e Bernardino (2015, p. 31-32) questionam: “Já imaginou se só fabricássemos um chuveiro quando alguém decidisse tomar banho? Ou se deixássemos para construir uma escada quando precisássemos dela?”. A reflexão sugere planejamento prévio para atender a todos nas BU.

Reconhece-se que “O projeto inclusivo é extenso e, ao mesmo tempo, intenso, porque imprime novos valores, modos de ser e de agir, em um processo que está em andamento e não espera as condições mais privilegiadas para acontecer”, conforme Mantoam (2017, p. 42). Observa-se que as bibliotecas da UFRB ainda falham por não estabelecer questões inclusivas em seus documentos norteadores. É urgente que essas questões sejam levadas em consideração nesses documentos, uma vez que forçam o cumprimento da legislação e asseguram que a BU se torne um espaço que acolhe a diversidade.

## 7.5 COMUNICACIONAL

Na categoria comunicacional, investigou-se a comunicação de informações nos murais e em outras partes; o tamanho da fonte utilizada; se o braille é utilizado e se há auxiliares para orientar PDV. Esses aspectos não requerem alto investimento, há casos em que são gratuitos, no entanto, demandam atitude proativa do bibliotecário para buscar recursos que promovam a inclusão.

A partir da comunicação é possível que os humanos interajam, construam e desenvolvam vínculos sociais, além de adquirirem informação e conhecimento, e envolve:

as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis (BRASIL, 2009a, p.3)

A informação auxilia no desenvolvimento do ser humano em toda a sua dimensão, sobretudo para PDV, que enfrentam dificuldades no seu acesso e aquisição (MALHEIROS; CUNHA, 2017). O acesso à informação assegura os “meios de ascenderem à condição de



verdadeiros cidadãos, capazes de desenvolver a capacidade crítica e reflexiva necessária para lutarem por seus direitos e também participarem como sujeitos dos processos de transformação da sociedade” (PINHO NETO, 2014, p. 2).

É indispensável que as BU desenvolvam estratégias para subsidiar a informação acessível e, nesse processo, as singularidades devem ser observadas, uma vez que as demandas variam de acordo com o tipo de deficiência. A cegueira e a baixa visão são deficiências que solicitam recursos distintos (PINHO NETO, 2014).

A ausência de comunicação acessível provoca barreiras comunicacionais que impactam a autoestima, a autoconfiança e provocam o isolamento e a exclusão social. Dessa maneira, as bibliotecas, equiparadas a “equipamentos culturais democráticos e comprometidas com sua função pública, devem se preparar para fornecer condições necessárias para a melhor comunicação possível entre todos” (FORTALECIMENTO...2016, p. 85).

A comunicação para as PDV utilizada nos espaços da biblioteca precisa ser veiculada “por meio de sinalizações visuais, táteis e sonoras, sendo autoexplicativas, perceptíveis e legíveis para todos. Existem sinalizações de localização, advertência e instrução. Recomenda-se que elas sejam complementadas com símbolos” (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 48).

Os letreiros que identificam as bibliotecas do CCS e da BCA são de tamanho adequado (figuras 41 e 43). Foi solicitada a troca do letreiro da BCA, por ter sido alvo de vandalismo. No CFP não há letreiro que identifique a biblioteca; os das demais eram pequenos ou escondidos. A Biblioteca do CETENS foi a única a apresentar letreiro em braille, conforme figura 42.

**Figura 41-** Letreiro CCS

Fonte: a autora.

**Figura 43-** Letreiro BCA

Fonte: a autora.

**Figura 42-** Letreiro braille CETENS

Fonte: a autora.

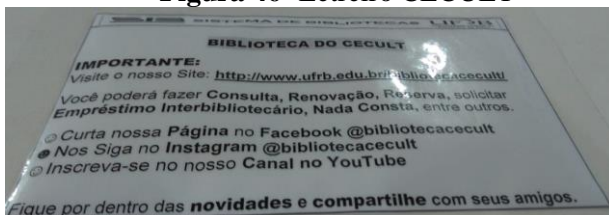
As bibliotecas refletem o fenômeno da “desbrailleização”, em que o braille tem sido utilizado com menor frequência e com precariedade, apesar de apresentar as vantagens de ser reconhecido universalmente, facilitar o acesso ao conhecimento e a formação de conceitos. Além disso, é um símbolo de independência e de autonomia indispensável à autoestima e ainda é capaz de conferir o prazer da leitura sem intermediários (OLIVEIRA, 2009).

O fenômeno é desencadeado por fatores como despreparo dos professores que não estimulam seu uso e pela produção de livros requerer mais tempo, tornando-os escassos no mercado livresco. Os recursos tecnológicos disponíveis não substituem o braille, em vez disso devem acrescentar o que exige preparação adequada (OLIVEIRA, 2009).

Nos murais percebe-se a falta de padronização no tamanho das fontes utilizadas; há avisos em fonte ampliada e outros em tamanho pequeno, conforme as figuras 44 e 45. Nas outras comunicações observou-se a utilização de fonte adequada para pessoas com baixa visão no CCS, BCA, CECULT, CETENS; em outros casos, informes com tamanho pequenos, como é possível verificar nas figuras 46 a 48.

**Figura 44-** Mural CFP

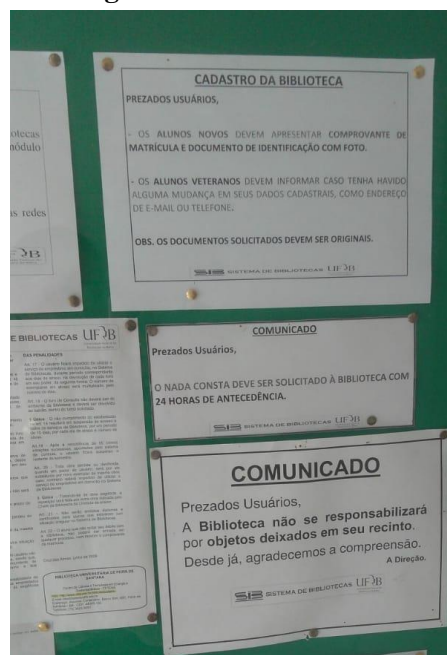
Fonte: a autora.

**Figura 46-** Letreiro CECULT

Fonte: a autora.

**Figura 47-** Comunicação CCS

Fonte: a autora

**Figura 45-** Mural CETENS

Fonte: a autora

**Figura 48-** Comunicação BCA

Fonte: a autora

No CFP, além de murais, a biblioteca dispõe de um monitor em tela de 32 polegadas que exibe informações em fonte ampliada, uma ideia criativa que facilita a leitura da pessoa com baixa visão e permite a todos leitura confortável, conforme a figura 49.

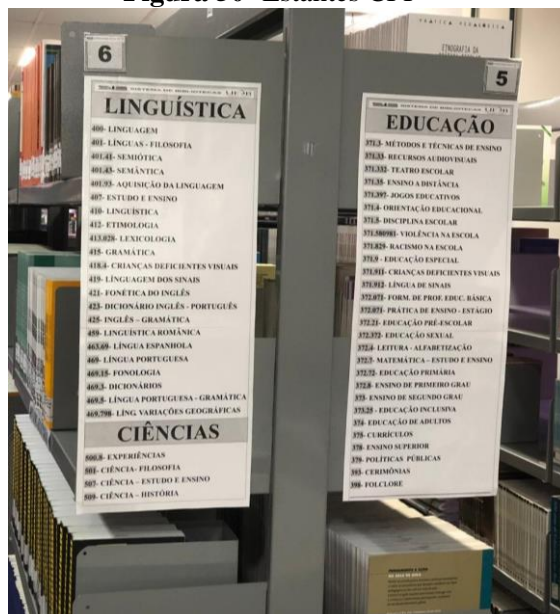
**Figura 49 - Monitor CFP**



Fonte: a autora.

Na sinalização das estantes constatou-se que apenas a biblioteca do CFP oferece fonte adequada, conforme explicitado na figura 50. Dessa forma, as demais bibliotecas precisam dar atenção a esse aspecto.

**Figura 50- Estantes CFP**



Fonte: a autora.

De acordo com os critérios investigados, observa-se que as bibliotecas ainda falham quanto a prover comunicação acessível. Os murais e avisos não se apresentam em fonte adequada e também não dispõem de serviço de auxiliar para PDV. As iniciativas observadas dessa natureza não estão institucionalizadas, partem de profissionais proativos. No CFP há sinalização das estantes em fonte ampliada e monitor com avisos; no CETENS, um letreiro em

braille. Além disso, constatou-se a ausência de um serviço para auxiliar estudantes com baixa visão localizar livros nas estantes.

## 7.6 ATITUDINAL

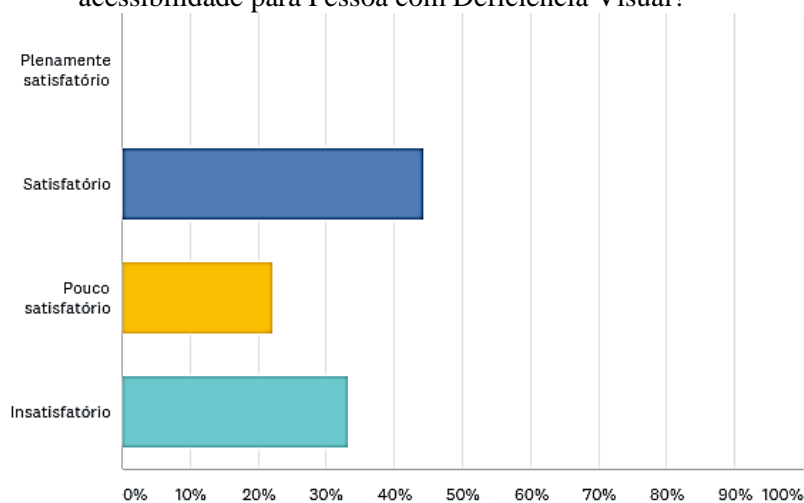
Na categoria atitudinal buscou-se investigar o convívio entre funcionários da biblioteca e estudantes com deficiência visual, bem como se há acompanhamento pelos bibliotecários dos marcos legais referentes à inclusão. Para auxiliar essa investigação recorremos ao questionário, respondido pelos funcionários e pelos bibliotecários, e às entrevistas concedidas pelos estudantes e pela Gestão do SIB.

Inicialmente esclarecemos os aspectos referentes ao acompanhamento da legislação da inclusão, apesar de o roteiro de entrevista e os questionários não citarem leis ou regulamentos específicos. Entende-se como importantes a NBR 9050, sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; a Lei Brasileira da Inclusão nº 13.245, de 2015; e o Decreto nº 6.949, que promulga a Convenção dos Direitos das Pessoa com Deficiência.

Os bibliotecários, quando questionados sobre como avaliam seu conhecimento sobre essas leis, consideraram-no satisfatório em sua maioria; apenas 3 (três) o consideraram insatisfatório, conforme a figura 51.

**Figura 51**

Q10: Como considera o conhecimento que possui referente às leis e normas sobre inclusão e acessibilidade para Pessoa com Deficiência Visual?



Fonte: a autora.

Conforme sugerem Tabosa e Pereira (2013), o curso de Biblioteconomia poderia oferecer algumas disciplinas voltadas para a temática da inclusão social e do uso das tecnologias pelas pessoas com deficiência, além de criar uma especialização sobre o tema, cujas disciplinas explorariam a legislação vigente da inclusão. A familiaridade com a temática desde a graduação fortaleceria os futuros profissionais para atuarem de forma inclusiva.

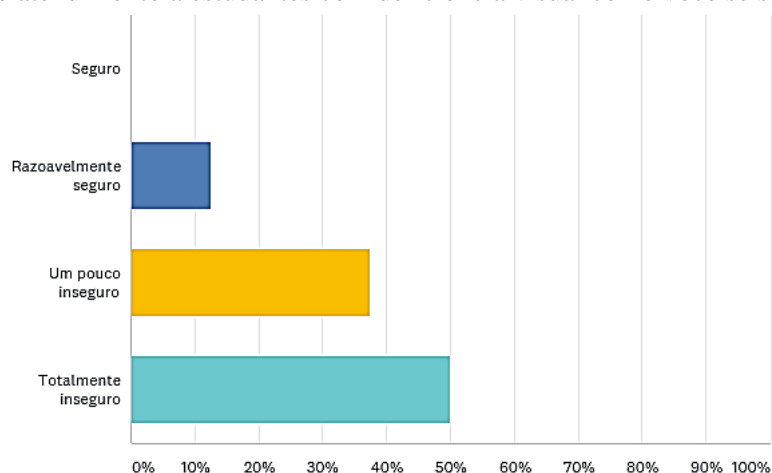
No cenário da UFRB, o curso “Acessibilidade Pedagógica: inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior” foi oferecido no Plano Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores Técnico-Administrativos. O curso problematizou questões sobre acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, de forma a favorecer o desenvolvimento de ações inclusivas na UFRB (UFRB, 2016).

No comentário do gestor do SIB-UFRB sublinha-se a preocupação quanto ao acompanhamento das bibliotecas no tocante aos marcos legais: “Nós temos consciência desses marcos legais, da necessidade da inclusão e temos buscado atender a essas normativas e estamos sempre antenados”.

Aos 25 (vinte e cinco) funcionários direcionaram-se perguntas a fim de perceber a relação com os estudantes PDV e se questionou como se sentem ao lidar com um estudante nessa condição; a maioria respondeu que se sente totalmente inseguro, conforme a figura 52.

**Figura 52**

Q6: No atendimento a estudantes com deficiência visual como você se sente?



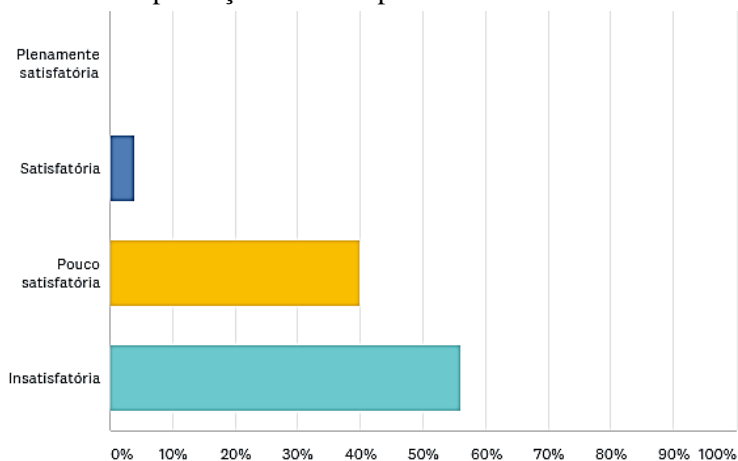
Fonte: a autora.

A insegurança no atendimento à PDV relaciona-se diretamente com a falta de capacitação. Conforme se observa em outra questão, ao perguntarmos sobre como considera a

capacitação recebida para lidar com PDV, dos 25 (vinte e cinco) respondentes 14 (quatorze) afirmaram ser insatisfatória, a reiterar a necessidade de treinamento expressa na figura 53.

**Figura 53**

Q5: Como considera a capacitação recebida para atender estudantes com deficiência visual?

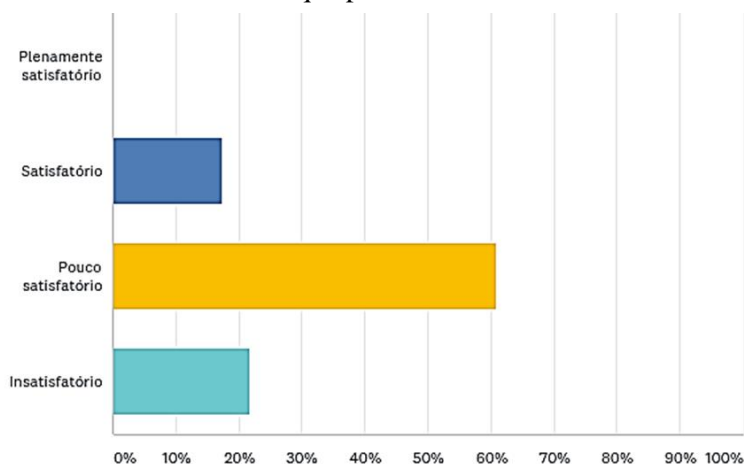


Fonte: a autora.

No tocante ao atendimento no balcão, mais de 50% dos funcionários revelaram considerar insatisfatório o atendimento prestado, conforme se observa na figura 54. Dessa maneira, ratifica-se a necessidade de investir na capacitação dos funcionários para que se sintam mais seguros no atendimento a todos.

**Figura 54**

Q10: Como considera o atendimento que presta a estudantes com deficiência visual?



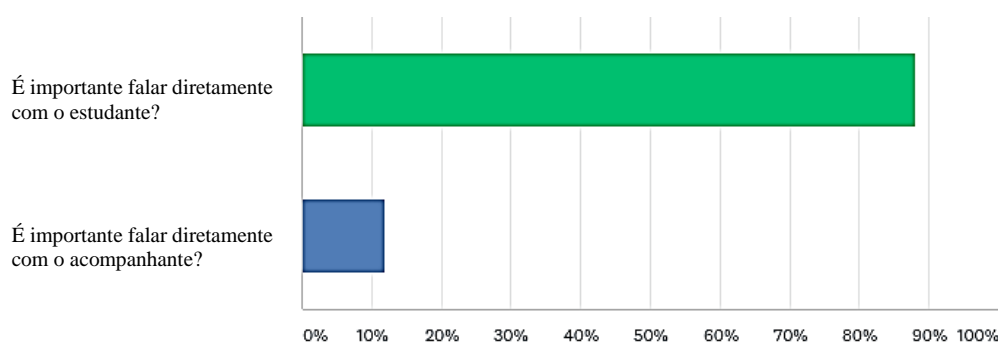
Fonte: a autora.

Na Universidade Pública de São Paulo (UNESP) realizou-se capacitação com foco no atendimento para a equipe da biblioteca, contemplada pelo Serviço de Inclusão e Acessibilidade à Informação, intitulada “Atendimento ao usuário com deficiência no ensino superior”, ministrada pelos professores da instituição da área de acessibilidade (OTTONI, B. L. et al., 2014). A UFRB dispõe de autoridades docentes nessa temática, o que facilitaria a implantação do método colaborativo e a abordagem de temáticas referentes à legislação da inclusão, acessibilidade, TA.

Ainda que seja necessário investir em capacitação, a equipe de funcionários compreende alguns aspectos importantes sobre a PDV. Por exemplo, em uma pergunta elaborada para se identificar qual o comportamento adequado ao atender um estudante com deficiência visual com acompanhante, mais de 80% responderam que o mais adequado seria falar diretamente com o estudante, conforme figura 55.

**Figura 55**

Q9: Assinale a opção que considera apropriada no atendimento ao estudante com deficiência visual que tenha um acompanhante para auxiliá-lo.



Fonte: a autora.

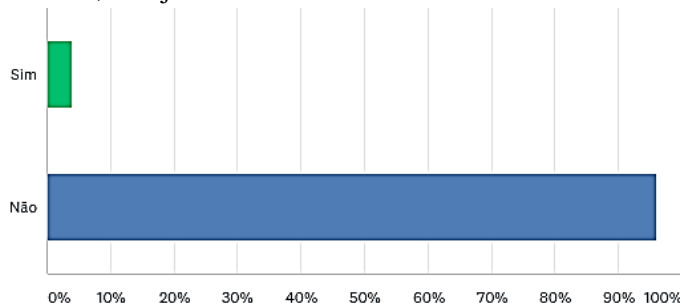
Na convivência com PDV é possível perceber que elas não são incapazes de conversar normalmente pelo fato de não poderem retribuir o olhar. É obvio que têm dificuldades para realizar determinadas tarefas; por outro lado, têm habilidade para outras. Todos os seres humanos possuem habilidades e dificuldades, apenas isso se manifesta de maneira mais visível nas pessoas com deficiência (GIL, 2000).

Ainda no tocante à compreensão dos funcionários a respeito da deficiência visual, quando questionados sobre a necessidade de se aumentar o volume da voz ao atender um estudante PDV, um equívoco ainda comum, 96% dos funcionários respondentes afirmaram conseguir distinguir a deficiência visual da auditiva, conforme figura 56.



**Figura 56**

Q8: Algumas pessoas confundem deficiência visual com auditiva, por isso aumentam o tom de voz ao dirigir-se a elas, isso já aconteceu com você no balcão de atendimento?



Fonte: a autora.

Salienta-se que a visão é o canal que desempenha papel importante no relacionamento do indivíduo com o mundo exterior e que facilita a compreensão da realidade social. A visão ocupa posição relevante no que se refere à percepção e integração de formas, tamanhos, cores e imagens que estruturam um ambiente. Além disso, atua como elo com os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento. Sem a visão os outros sentidos passam a receber a informação de forma fragmentada (ISHIKAWA; BELUZZO, 2013).

Segundo a IFLA (2009), os valores da biblioteca devem refletir uma visão iluminada sobre a condição da deficiência e salienta que as atitudes são uma barreira muito maior do que os problemas físicos enfrentados. Portanto, recomenda-se que os funcionários devem ser capacitados conforme a abordagem social da deficiência e dessa forma discutir como remover as barreiras que impeçam as pessoas com deficiência de utilizarem os serviços da biblioteca.

Convém ratificar que o envolvimento da pessoa com deficiência na vida comunitária depende de a sociedade avocar para si a responsabilidade no processo de inclusão, posto que a deficiência é resultado de construção social. Longe de limitar-se ao atributo biológico, o modelo social refere-se à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na disponibilização de recursos (MAIOR, 2016 apud MAIOR, 2017).

Após apresentar como os funcionários percebem como tem se desenvolvido o atendimento à PDV, exibiremos agora a perspectiva dos estudantes referente a respostas para duas perguntas que se relacionavam com esses aspectos. Em primeiro lugar, a pergunta 2 do roteiro de entrevista: Você considera satisfatório o atendimento dispensado no balcão de atendimento da biblioteca?

Resposta 1:

Eu realmente nunca tive problema na biblioteca do CAHL. Por realmente saber que não frequentaria muito esse ambiente, não informei que sou portadora de visão subnormal; fiz meu cadastro como qualquer aluno. Como não há como o funcionário perceber, na maioria das vezes, se o aluno tem visão subnormal, isso passa despercebido se ele não disser, não se toma conhecimento e é vida que segue.

Resposta 2:

“Sim, sinto-me bem atendida”.

Resposta 3:

Não, na grande maioria das vezes. Eu falo baseado na minha dificuldade; quase sempre você depende de um atendente e nem sempre pode contar com a boa vontade de todos. As letras que indicam os corredores com livros, revistas de que precisamos, entre outras coisas, são muito pequenas, não são totalmente legíveis para uma pessoa que tem um problema visual.

Resposta 4:

“Satisfatório, sim, não tive problema algum, nenhuma dificuldade lá na recepção.

Resposta 5:

“Sim”.

Resposta 6:

“Sim, não tive problema algum, em nenhuma vez, mesmo quando não tinha o código de arquivo no próprio livro [...]. Então, sempre foi muito satisfatório, sempre consegui pegar qualquer livro”.

Constata-se, nas respostas, a satisfação com o atendimento dispensado no balcão em quase todas as bibliotecas. Apenas um entrevistado revelou que o atendimento estava vinculado à boa vontade de funcionários. Nessa entrevista o estudante revelou-se descontente com a assistência que esperava da universidade e da biblioteca, além de confirmar a inadequação da sinalização das estantes, anteriormente indicada na categoria comunicacional.

Na resposta 1, o estudante ressalta um aspecto peculiar no universo da baixa visão ou visão subnormal; trata-se de uma deficiência não perceptível, a menos que a pessoa informe. Nos comentários do estudante, observa-se a baixa expectativa quanto a biblioteca atender às suas necessidades, ao revelar que sabia previamente que não frequentaria o ambiente.

Observa-se também a resignação do estudante ao usar a expressão “vida que segue” quando as pessoas não constatarem sua deficiência. É como se o estudante assumisse que a baixa visão é um problema dele, eximindo a biblioteca de prestar atendimento à altura; ideia que nos remete ao modelo médico que a deficiência é encarada como tragédia pessoal e que a pessoa

precisa conviver com oportunidades desiguais. A estudante utiliza de forma equivocada a terminologia “portadora de visão subnormal”, o que reflete a postura adotada pela sociedade.

Em segundo lugar, a pergunta 8 do roteiro de entrevista, na qual se indagou o seguinte: Gostaria de relatar alguma situação desfavorável vivenciada no ambiente da biblioteca que frequenta?

Resposta 1:

Na verdade, não. É como eu disse no começo, eu acho que a biblioteca não foi um espaço que eu percebi como meu, em nenhum momento. Então, acho que nunca a explorei para saber da possibilidade. A biblioteca nunca foi uma referência para mim, da qual eu me apropriasse e soubesse que podia ir e dela usufruir. Não, a biblioteca é um espaço para pessoas que vão pegar um livro de 50 páginas e conseguem lê-lo em 3 ou 4 dias. Eu não consigo fazer isso, então, decidi não ir até lá, infelizmente. Nunca vivenciei muitas coisas também naquele espaço; quando você não se sente parte de certo ambiente não o frequenta para evitar que alguma coisa desconfortável aconteça.

Resposta 2:

Não, eu nunca vivenciei problema algum, mas acho que deveria ter uma sala especial para as pessoas que tenham dificuldade para enxergar. Eu acho um pouco difícil estudar com os estudantes que não têm esse problema porque requeremos luz especial, um ambiente mais quieto para estudar e se concentrar.

Resposta 3:

“Eu nunca passei por constrangimento algum, exposição, nenhum tipo de assédio moral, no ambiente da biblioteca”.

Resposta 4:

“Bom, quanto à biblioteca não há um relato desfavorável não, a não ser pelas barreiras arquitetônicas, a falta de acessibilidade”.

Na resposta 1, o entrevistado frisa que não nutria senso de pertencimento e que não tinha a biblioteca como referência. Nesse caso porque o espaço priorizava os considerados “normais”, que “enxergam perfeitamente” e que “leem rápido”. Ainda afirma que evitava o ambiente para evitar constrangimento. A fim de reverter esse cenário, “é preciso haver também um esforço para formação de público, apresentando as atividades e possibilidades que o acervo e a programação da biblioteca têm a oferecer para todos” (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 26)

Na resposta 2, o estudante revela satisfação com o atendimento, no entanto, indica que o atendimento seria melhor se houvesse uma sala com os recursos necessários destinada a pessoas com tais necessidades. A criação de ambientes específicos colide com a essência da filosofia da inclusão social e configura-se segregação. Em vez disso, recomenda-se que se deem

condições para as PDV participarem dos espaços com igualdade de oportunidades. São os sistemas sociais que precisam se adequar e não as pessoas com deficiência (SASSAKI, 2005).

Na resposta 4, observa-se que as barreiras arquitetônicas, constituem-se entraves para os estudantes com deficiência visual. Igualmente cita-se a necessidade de piso tátil, uma ferramenta que proporciona autonomia para esse público. Os entrevistados das respostas 5 e 6 afirmam não terem passado por situações desagradáveis na biblioteca.

Nessa categoria, apesar da falta de treinamento adequado, evidenciada pelo desconforto no atendimento, observa-se que os funcionários e bibliotecários têm se esforçado para que as barreiras atitudinais não sejam obstáculos para a relação entre a biblioteca e os usuários na condição de deficiência visual.

Apontadas as condições de inclusão nas bibliotecas do SIB-UFRB, conforme as categorias de análise, o capítulo seguinte apresentará a conclusão.

## 8 CONCLUSÃO

As condições existentes nas bibliotecas da UFRB e a efetividade da produção da CI para promover a inclusão da pessoa com deficiência visual, constituiu o problema desta investigação. A resposta ao problema será apresentada com base nas categorias analisadas no capítulo 7 e com auxílio da análise de produção da CI na temática da inclusão explicitados no capítulo 3.

Na categoria arquitetônica, sob a luz da Norma 9050, constatou-se a necessidade de melhorias nos espaços utilizados. As bibliotecas não dispõem de rotas acessíveis e nem de piso tátil no interior dela; as portas não apresentam revestimento para resistir ao impacto de bengalas; as escadas apresentam inadequação; e a iluminação dos ambientes não é uniforme, o que representa desconforto para pessoas com baixa visão.

Na categoria instrumental, constatou-se a disponibilização de recursos de TA que incluem a lupa, o *scanner* de voz, e o Quick Voice. Recomenda-se a instalação de leitores de tela, disponíveis gratuitamente na internet para ampliar a oferta de recursos. O acervo, ainda pautado nos moldes tradicionais, não é acessível e deixa sob a inteira responsabilidade do estudante criar estratégias para estudar.

Na categoria programática, ao investigar os documentos que regem as bibliotecas, notou-se a desatualização e ausência de aspectos inclusivos, portanto, precisam ser atualizados. O cenário evidencia que o planejamento não integra a inclusão de PDV e em decorrência disso as ações ocorrem em regime de improviso. Sugere-se que os bibliotecários assumam atitude proativa e que busquem esses estudantes para juntos planejarem alternativas para os obstáculos existentes.

Na categoria comunicacional, constatou-se que a comunicação acessível ainda não é uma constante nas bibliotecas. Apenas 1 (uma) biblioteca possui sinalização adequada nas estantes para pessoas com baixa visão e somente 1 (uma) biblioteca possui letreiro em braille. A comunicação acessível é indispensável para PDV, por isso deveria estar institucionalizada.

Na categoria atitudinal, percebeu-se que, no atendimento a PDV, os funcionários das bibliotecas e bibliotecários esforçam-se para prestar atendimento de qualidade, mesmo que o treinamento dispensado não tenha ocorrido. Em virtude da repercussão do tema, observa-se que os bibliotecários buscam acompanhar a legislação vigente sobre a inclusão. Para melhorar a abordagem dessas temáticas, de acolhimento da diversidade, recomenda-se criar espaços de discussão para compartilhar suas vivências ante as demandas desse público.

Ao consideramos a efetividade da produção da CI para promover a inclusão da PDV, constatou-se que a CI possui uma produção substancial na área da inclusão, a qual proporciona

intensa discussão sobre como as BU podem atuar pela perspectiva inclusiva. Salienta-se que a temática se apresenta como tendência nos programas de pós-graduação em CI.

No âmbito das bibliotecas da UFRB, mesmo minimamente, observam-se ações de natureza inclusiva que refletem o impacto da produção da CI na área da inclusão, a exemplo de piso tátil, presente no entorno das bibliotecas, e recursos de TA. Outras universidades como UNICAMP, UFMG, UFSC apresentam maior solidez ao atender às demandas de PDV, o que caracteriza maior absorção dos aspectos preconizados pela produção da CI.

Ao analisar a produção da CI, constatou-se que a acessibilidade dos *sites* e a acessibilidade arquitetônica são tendências nos estudos. Constatou-se o baixo retorno para o termo “tecnologia assistiva”, e que as comunicações científicas que tratam do assunto utilizam o termo no plural, o que caracteriza um equívoco por se tratar de uma área do conhecimento que inclui produtos, metodologias, estratégias e serviços.

Observou-se a utilização de vocábulos equivocados, como deficiente visual ou portador de deficiência visual, foram predominantes nas comunicações científicas. Dessa maneira, exige-se se investigar a abordagem correta na área da educação e na legislação vigente. Nesta dissertação, inclusive, tomou-se o cuidado de se recorrer a essas fontes a fim de evitar tal engano, que caracteriza preconceito com relação às PDV.

O objetivo geral da pesquisa pautou-se em se conhecer as condições de inclusão para PDV nas bibliotecas da UFRB e investigar a efetividade, ou seja, o efeito da produção da área da CI para a inclusão desses indivíduos. De acordo com os dados apresentados, infere-se que os esforços das bibliotecas da UFRB precisam ser intensificados; a inclusão ainda se apresenta em estágio inicial porque as ações ainda são incipientes. Além disso, o SIB-UFRB precisa firmar suas ações em conformidade com a produção da CI na temática da inclusão. No entanto, reconhece-se que as ações implementadas são importantes para o processo de tornar as bibliotecas inclusivas; convém que essas iniciativas sejam aprofundadas e que as medidas de inclusão sejam a regra nessas bibliotecas.

Em relação aos objetivos específicos que auxiliaram a alcançar o objetivo geral, apresentaremos sua efetivação. Primeiro, “identificar a produção da CI na temática da inclusão da pessoa com deficiência visual”; esses objetivos foram alcançados no capítulo 3, com a exibição dos resultados das buscas na BRAPCI e nos anais do CINFOM. Considera-se que a produção levantada foi significativa. O segundo, “analisar a efetividade da produção da CI para a inclusão da pessoa com deficiência visual nas bibliotecas da UFRB”, realizada no capítulo 7, em que se apresentou o que se espera de uma BU com base no referencial teórico e o que

efetivamente as bibliotecas da UFRB têm realizado em nível de estratégias de inclusão. No âmbito do SIB-UFRB, as medidas inclusivas necessitam de ampliação.

O terceiro, “investigar como as bibliotecas da UFRB têm acompanhado os marcos legais existentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual”, no capítulo 7, ao apresentar os dados coletados mediante os instrumentos do questionário com os bibliotecários e a entrevista com o gestor do NUPI. Percebe-se haver interesse por parte da gestão de acompanhar a legislação, o que também se aplica aos bibliotecários.

O quarto, “mapear os recursos de tecnologia assistiva utilizados nas bibliotecas da UFRB”, no capítulo 7; na entrevista com o gestor do NUPI tais recursos foram expostos e também foram percebidos na observação sistemática. Convém ressaltar que no capítulo 5 abordou-se de maneira extensiva a TA e sua importância em prol da inclusão no ambiente da BU.

O quinto, “apontar a percepção do estudante com deficiência visual sobre a inclusão nas bibliotecas da UFRB”, no capítulo 7; ao expor trechos das entrevistas evidenciou-se que os espaços não permitem o acolhimento necessário, seja pela existência de barreiras arquitetônicas, da ausência de acervo acessível, de comunicação acessível. A fim de melhorar esses aspectos, a biblioteca deve se aproximar dos estudantes, como enfatizado anteriormente, posto que conhecer bem seus usuários resulta em melhor atendimento.

No desenvolvimento da pesquisa verificou-se que o SIB-UFRB tem potencial para estreitar suas relações com o NUPI, a fim de fortalecer o enfrentamento das barreiras quanto a inclusão. Dessa maneira, seria oportuno que o SIB formasse uma comissão constituída por bibliotecários e funcionários das bibliotecas a fim de acolher os estudantes na condição de deficiência e juntamente com o NUPI articular estratégias para receber e dar condições de permanência a esses alunos.

Espera-se que esta dissertação intensifique as discussões acerca da inclusão na área da CI e que as PDV tenham suas demandas informacionais supridas no ambiente da BU. Reconhece-se que os desafios são reais, que incluem falta de recursos e dificuldades com capacitação adequada, no entanto, de acordo com todas as informações apresentadas, é óbvio não ser mais possível adiar o enfrentamento de tais questões, por se constituir prioridade atuar em harmonia com a perspectiva inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. rev. e amp. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte – CE. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2016> . Acesso em: 10 set. 2018.
- ALMEIDA, Maria Christina de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet Lemos, 2005.
- ALVES, Tatiane Lemos. Biblioteca acessível: eliminando barreiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/915>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- ARAÚJO, Aline Karoline da Silva. O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 1, n.2, p. 1-25, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11353>. Acesso em: 06 mar. 2018
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n.1, p. 41-58, jan./dez. 2013. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247/250>>. Acesso em: 4 fev. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elíoenai Dornelles. **Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [s.l.], v. 18, n. 4, ago. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt\\_22.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf) . Acesso em: 04 set. 2018.
- BARBOSA, M. E. S.; FREITAS, L. C. O acesso ao livro digital por pessoas com deficiência visual: o formato EPUB e seu caráter inclusivo e acessível. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. esp., p. 1-10, 2014.



BENGALA LEGAL. **C.V.I. - Centro de Vida Independente, o que é isso?** 2007.

Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/c-v-i>. Acesso em: 24 set. 2019.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. 2017. Disponível em:

[http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 12 jan. 2018.

BIELER, Rosangela Berman. Inclusão e cooperação universal. *In*: VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003.

BORKO, H. **Ciência da Informação: o que é isto?**. 1968. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3433774/mod\\_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3433774/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf). Acesso em: 04 ago. 2018.

BORTOLAN, Giovana Mara Zugliani; FERREIRA, Marcelo Gitirana; NICKEL, Gomes Elton Moura. Diretrizes projetuais de iluminação para atender pessoas com baixa visão. **DAPesquisa**, Santa Catarina, v.12, n.19, p. 26-43, ago. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/sgalv/Desktop/ilumina%C3%A7%C3%A3o%20UDESC.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil.

Emenda constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 28 de mar. 2017.

BRASIL. Decreto 3.298º, de 20 dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) . Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 13 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm). Acesso em: 13 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 1962.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm). Acesso em: 23 de dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 nov. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm) . Acesso em: 29 out. 2019b.

BRASIL. Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm). Acesso em: 16 de dez. 2017a.

BRASIL. Lei n 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Brasília: MP; SLTI, 2014.

BRASIL. Resolução CFB n.º 42, de 11 de dezembro de 2001. Dispõe sobre Código de Ética do Bibliotecário. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2002. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/disciplinas\\_conteudo.php?cod=12](http://www.ofaj.com.br/disciplinas_conteudo.php?cod=12). Acesso em: 23 de dez. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 20 mar. 2018a.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília, DF: CORDE, 2009. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018b.

BRASILEIRO, Felipe Sá; LOUREIRO, José Mauro Matheus; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Uma reflexão histórico-epistemológica da perspectiva social no campo da Ciência da Informação. **Investigación Bibliotecológica**, v. 29, n. 65, p. 137-159, jan./abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-358X2015000100007](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2015000100007). Acesso em: 20 mar. 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais[...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-Modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/241>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CARTA DO RIO. **Desenho Universal para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável**. 2004. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/carta-do-rio>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CONSONI, Denise; MARIANI, Antônio Luís de Campos. Compromisso da universidade na produção de conhecimento e tecnologia. *In*: AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes (org.). **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade**. São Paulo: Vetor: 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Tabela de Áreas do Conhecimento**. 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 5 fev. 2019

COSTA, Angelina Dias Leão; ARAÚJO, Nelma Miriam Chagas de (org.) **Acessibilidade no ambiente construído: questões contemporâneas**. João Pessoa: IFPB, 2013.

COSTA, Michelle Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SHQ3/michelle\\_karina\\_assun\\_o\\_costa.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SHQ3/michelle_karina_assun_o_costa.pdf?sequence=1). Acesso em: 20 mar. 2018.

CROCHÍK, José Leon. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. *In*: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teofilo Alves (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar\\_livro.htm](http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm). Acesso em: 20 mar. 2018.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito e Inclusão. *In*: CROCHÍK, José Leon (org.). **Preconceito e Educação Inclusiva**. Brasília: SDH/ PR, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010 **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias: um direito de todos**. 2009. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18490/000730119.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FARIAS, Suelen. Conceição. O audiolivro e sua contribuição no processo de disseminação de informações e na inclusão social. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1895/pdf\\_27](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1895/pdf_27). Acesso em: 08 mar. 2018.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Relatório Profissional da IFLA, n. 86: Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. Editado por: Rosemary Kavanagh e Beatrice Christensen Skold. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FILGUEIRAS, Sandra do Amparo Silva. **Bibliotecas universitárias federais brasileiras no século XXI: capacitação de bibliotecários e os saberes que articulam boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência**. 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2017.

FOLQUIÉ, Paul. **A dialéctica**. 3. ed. [S.l.]: Europa América, 1949.

FONSECA, Cíntia Cibele Ramos; GOMES Gisele Faria; VANZ, Samile Andréa de Souza. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2014, Gramado. **Anais[...]** Gramado: UFRGS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61049/000864667.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: [http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ManualOrientador\\_Online.pdf](http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ManualOrientador_Online.pdf). Acesso em: 19 fev. 2019.

FUJITA, Mariângela S. L. **Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP**. 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/33>. Acesso em: 8 dez. 2017.

GALVÃO, Nelma Sandes *et al.* Deficiência visual e o acesso aos conteúdos textuais no Ensino Superior. **Revista entre ideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 143-160, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7149/9483>. Acesso em: 3 set. 2018.

GALVÃO FILHO, Teófilo. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/7064/6552>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Acessibilidade tecnológica. In: DÍAZ RODRÍGUEZ, Félix Marcial. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar\\_livro.htm](http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm). Acesso em: 20 mar. 2018a.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **Tecnologia assistiva para uma escola: apropriação, demanda e perspectivas**. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galva%20o.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018b.

GENTIL JÚNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11152>. Acesso em: 24 out. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Marta. **Caminhos da inclusão: a história da formação profissional de pessoas com deficiência no Senai**. São Paulo: Senai-SP, 2012.

GIL, Marta (org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC, 2000.

GRANITORRE. **O que é piso granilite**. 2013. Disponível em: <http://www.granitorre.com.br/o-que-e-piso-de-granilite.php>. Acesso em: 02 jan. 2019

GRUPO de estudos sobre cultura, representação e informação digitais, CRIDI. **O grupo CRIDI**. 2018. Disponível em: <http://cridi.ici.ufba.br/institucional/sobre-o-grupo/>. Acesso em: 07 nov. 2018.

HEHIR, Thomas *et al.* (org.) **Os benefícios da educação inclusiva**. São Paulo: Alana: ABT Assocites, 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Resultados Gerais da Amostra**. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> . Acesso em: 03 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ISHIKAWA, M. I. S. G.; BELLUZZO, R. C. L. B. Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 9, n. 2, p. 147-164, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/14353>. Acesso em: 10 mar. 2018.

KONDER, Leandro. **O que é: Dialética**. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KUNH, Thomas, S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert Lubisco. **Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos**: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/12834/9273>. 2014. Acesso em: 10 set. 2018.

MACHADO, Marli. **A Biblioteca Universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz *et al.* **O bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual**. 2011. Disponível em: [https://www.portal.ufpr.br/Acessibilidade/O%20Bibliotecario\\_como\\_Mediador\\_no\\_Processo\\_de\\_Transferencia.pdf](https://www.portal.ufpr.br/Acessibilidade/O%20Bibliotecario_como_Mediador_no_Processo_de_Transferencia.pdf). Acesso em: 25 dez. 2017.

MAIOR, Isabel de Loureiro; MEIRELLES, Fábio. A inclusão das pessoas com deficiência é uma obrigação do Estado Brasileiro. *In*: LICHT, Flavia Boni; SILVEIRA, Nubia. **Celebrando a Diversidade**: pessoas com deficiência e direito à inclusão. São Paulo: Planeta Educação, 2010.

MAIOR, I. M. M. L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, p. 1-9, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/28271>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MALHEIROS; Tania Milca de Carvalho. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual**: um estudo de caso da biblioteca digital e sonora da Universidade de Brasília. 2013. 306 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: [http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/14147/1/2013\\_TaniaMilcadeCarvalhoMalheiros.pdf](http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/14147/1/2013_TaniaMilcadeCarvalhoMalheiros.pdf). Acesso em: 21 mar. 2018.

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 1-25, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/27703>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.10 n. 2, p. 37-46, jan./jun. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Daiane. **Métodos de acesso**: varredura e teclado virtual. 2009. Disponível em: <http://assistiva.blogspot.com.br/2009/01/acesso-varredura-e-teclado-virtual.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias assistivas. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

MELO, E. S. F. *et al.* Acessibilidade informacional: alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. esp., p. 1-9, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/14770>. Acesso em: 13 mar. 2018

MENEGATTI, Yara. **Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas de instituições de ensino superior no município de Florianópolis**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método, criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Maria Rosa Pimentel Faria de. **Informação, leitura e inclusão educacional e social nas Bibliotecas Braille de Campo Grande/MS: um estudo de caso.** 2006. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1881>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teofilo Alves. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo *In*: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teofilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar\\_livro.htm](http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm). Acesso em: 20 mar. 2018.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, F. A interlocução entre a biblioteconomia e a ciência da informação: um foco interdisciplinar. *In*: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL, 10., 2009, Goiânia. **Anais[...]** Goiânia: UFG, 2009. p.1-13. Disponível em: <file:///F:/Ajustes%20N%C3%ADdia/oliveira%20e%20carvalho.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de. Desbraillização: realidades e perspectivas. *In*: AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes (org.). **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade.** São Paulo: Vetor, 2009.

OLIVEIRA, Sitas Marques de. **Marketing e sua aplicação em bibliotecas: uma abordagem preliminar.** **Ciência da Informação**, n.14, v. 2, p.137-147, jul./dez. 1985. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/218/218>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ORCAM. **O que o OrCam MyEye faz?** 2019. Disponível em: [https://materiais.maisautonomia.com.br/promocaocaldeirao?gclid=EAIaIQobChMI4u2xmbGT4QIVkoKRCh0Q1AMcEAAYASAAEgKssPD\\_BwE^](https://materiais.maisautonomia.com.br/promocaocaldeirao?gclid=EAIaIQobChMI4u2xmbGT4QIVkoKRCh0Q1AMcEAAYASAAEgKssPD_BwE^). Acesso em: 21 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência.** São Paulo: Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <file:///F:/Ajustes%20Susana/relat%C3%B3rio%20mundial%20sobre%20deficiencia.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

OTTONI, B. L. *et al.* Abordagem ao usuário com deficiência visual na rede de bibliotecas da unesp. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. esp., p. 1-3, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/14758>. Acesso em: 13 mar. 2018.

PAULA, Rejane Sales de Lima; BUENO, José Lucas Pedreira. A representação social da biblioteca universitária diante da educação inclusiva. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais[...]** Manaus: UFM. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/anaisnbnbu/article/view/3174>. Acesso em: 20 mar. 2018.



PELA, Mary Arlete Payão. **A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão: a perspectiva de graduandos com deficiência visual.** 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=32623](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=32623). Acesso em: 20 mar. 2018.

PEREIRA, Grazielle. Educação inclusiva e a biblioteconomia: percepções dos bibliotecários do IFB. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 19., 2016, Manaus. **Anais[...]** Manaus: UFM. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/anaisnibu/article/view/3168>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PERGAMUM. **Relatório:** total de acervo por biblioteca. Cruz das Almas: Pergamum UFRB, 2018a.

PERGAMUM. **Relatório:** usuários inscritos por biblioteca. Cruz das Almas: Pergamum UFRB, 2018b.

PINHO NETO, J. L. A. S. A inclusão digital para deficientes visuais do setor Braille da Biblioteca Central da UFPB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. esp., p. 1-15, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/14774>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (org.). **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

REMUS, Yeda Payeras Bender. **Blog sala de recursos/** classes def. auditivos e visuais. 2008. Disponível em: <http://somosoespecialismesmo.blogspot.com.br/2008/09/aparelhos-utilizados-por-ns-cegos.html>. Acesso em: 23 abr. 2018.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología.** México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. *In: DÍAZ RODRÍGUEZ, Félix Marcial et al. (org.) Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas.* Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar\\_livro.htm](http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm). Acesso em: 20 mar. 2018.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologia Assistiva – uma revisão do tema. **Holos**, Natal, v. 6, ano 29, p. 170-180, 2013. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1595/765>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ROTA acessível. **O projeto.** 2018. Disponível em:

<http://persephone.nied.unicamp.br/rotacessivel/projetos.jsp>. Acesso em: 26 dez. 2018.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. Inclusão e preconceito na universidade: possibilidades e limites para estudantes. *In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO,*

Teofilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar\\_livro.htm](http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm). Acesso em: 20 mar. 2018.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. **Preconceito e inclusão: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade.** 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/1109141601.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2019.

SANTOS, Ana Paula Lima; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Ciência da Informação: demarcação teórico-disciplinar e as interações interdisciplinares com a Biblioteconomia. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 91-100, jan./abr. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862014000100009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862014000100009&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso em: 20 fev. 2019

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação; origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun.1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** 2005. Disponível em: <http://www.saberes.com.br/congressoSalto/oficinas/of-3-e-9-/Terminologia-de-deficienciaII-Romeu-sasaki.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SASSAKI, Romeu kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 20 mar. 2018.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão.** 2007. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SASSAKI, Romeu kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e deficiência.** Brasília: Andi: Fundação Banco do Brasil, 2003.

SILVA, C. C. O.; BERNARDINO, M. C. R. Percepções sobre biblioteca inclusiva. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v.1, n. 1, p. 30-43, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/52495>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Normatividade, tecnicidade e/ou cientificidade da Biblioteconomia. **Transinformação**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 5-17, abr. 2013 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862013000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862013000100001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 set. 2018.

SOUZA, Salete Cecília. **Acessibilidade**: uma proposta de metodologia para estruturação de serviços informacionais para usuários cegos e com visão subnormal em biblioteca universitária. Santa Catarina. 2004. 141f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87855/224712.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 21 mar. 2018.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**, Santa Maria, v.41, n.1, p. 209-222, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/17430>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PEREIRA, Valeria Gomes. Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o atendimento de usuários com deficiência visual. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 21-36, jul./dez. 2013. Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v1\\_n2/racin\\_v1\\_n2\\_artigo02.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v1_n2/racin_v1_n2_artigo02.pdf) . Acesso em: 19 fev. 2019.

TECE. TECNOLOGIA E CIÊNCIA EDUCACIONAL. **Manual de uso de regletes**. [200-]. Disponível em: [http://www.tece.com.br/painel/uploads/Manual%20de%20uso%20de%20produtos\\_regletes%20communicare%20alpha%20e%20alfabeto.pdf](http://www.tece.com.br/painel/uploads/Manual%20de%20uso%20de%20produtos_regletes%20communicare%20alpha%20e%20alfabeto.pdf). Acesso em: 21 abr. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciência social**: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas: São Paulo, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Laboratório de Acessibilidade**. 2018. Disponível em: <https://www.sbu.unicamp.br/portal2/laboratorio-de-acessibilidade/>. Acesso em: 22 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Capacitação**: acessibilidade no Ensino Superior: inclusão de estudantes com deficiência. 2016. Disponível em:< <https://ufrb.edu.br/progep/noticias/408-capacitacao-acessibilidade-no-ensino-superior-inclusao-de-estudantes-com-deficiencia>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Conhecendo a UFRB**. 2018a. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/anuario/conhecendo-a-ufrb>. Acesso em: 01 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Núcleo de políticas inclusivas**: sobre. 2018b. Disponível em: <http://www1.ufrb.edu.br/nupi/index.php/sobre>. Acesso em: 21 de ago. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **O que é o Plano de Desenvolvimento Institucional?** 2018c. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pdi/o-que-e>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Relatório de Gestão 2011**. 2011. Disponível em: <file:///D:/SISTEMA%20DE%20BIBLIOTECAS%20DA%20UFRB%20-%20RELATORIO%20DE%20GESTAO%202011.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução 003/2009**. Dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/biblioteca/documentos/category/2-documentos-do-sistema-de-bibliotecas-da-ufrb?start=20>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB lança aplicativo de tecnologia assistiva para conversão de QR Code**. 2014. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/3691-ufrb-lanca-aplicativo-de-tecnologia-assistiva-que-converte-qr-code-em-audio>. Acesso em: 19. fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Centro de Apoio ao Deficiente Visual**. 2009. Disponível em: [http://www.fafich.ufmg.br/bib/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=2](http://www.fafich.ufmg.br/bib/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=2). Acesso em: 22 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Acessibilidade informacional**. 2018. Disponível em: <http://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/administrativo/estrutura-organizacional/dau/aai-acessibilidade/>. Acesso em: 22 out. 2018.

VALENTIM, Cláudia Maria Lopes. **Estudos das necessidades de informação dos colaboradores do Ministério da Ciência e Tecnologia**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010.

VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi: Fundação Banco do Brasil, 2003.

## APÊNDICE 1

## ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES

Prezado(a),

Vimos solicitar a colaboração de Vossa Senhoria com o desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada “A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB”, em execução no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), sob a orientação do Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. O objetivo da pesquisa é o de conhecer as condições de inclusão para pessoas com deficiência visual (PDV) nas bibliotecas da UFRB, investigando a efetividade, o efeito concreto, da produção da área da Ciência da Informação para a inclusão daqueles indivíduos.

Sua colaboração nesta pesquisa se dará por meio da entrevista, que contém oito perguntas. A participação voluntária de V.Sa. na pesquisa será de fundamental importância.

Esclarecemos que, caso aceite participar da pesquisa, sua identidade será preservada. Os dados coletados nesta etapa da pesquisa serão disponibilizados posteriormente, com estimativa para o mês de junho de 2019, quando a dissertação for publicada no Repositório Institucional da UFBA.

Com nosso agradecimento,

Atenciosamente,

Fabiana de Jesus Cerqueira, mestranda em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA)

Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, professor orientador.

### Roteiro de entrevista com estudantes

- 1) Você frequenta alguma biblioteca da UFRB?
- 2) Você considera satisfatório o atendimento dispensado no balcão de atendimento da biblioteca?
- 3) No ambiente da biblioteca, você se sente acolhido?
- 4) Referente ao espaço físico da biblioteca, considera acessível?
- 5) Percebe a presença de alguma barreira física no entorno ou nos espaços das bibliotecas?
- 6) Como consegue material bibliográfico acessível para estudar e ter bom desempenho nas atividades acadêmicas?
- 7) Gostaria que a biblioteca adquirisse algum recurso de tecnologia assistiva específico que proporcionasse melhor desempenho em suas atividades acadêmicas?
- 8) Gostaria de relatar alguma situação desfavorável vivenciada no ambiente da biblioteca que frequenta?

## APÊNDICE 2

## ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTOR SIB-UFRB

Prezado(a),

Vimos solicitar a colaboração de Vossa Senhoria com o desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada “A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB”, em execução no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), sob a orientação do Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. O objetivo da pesquisa é o de conhecer as condições de inclusão para pessoas com deficiência visual (PDV) nas bibliotecas da UFRB, investigando a efetividade, o efeito concreto, da produção da área da Ciência da Informação para a inclusão daqueles indivíduos.

Sua colaboração nesta pesquisa se dará por meio da entrevista, que contém dez perguntas. A participação voluntária de V.Sa. na pesquisa será de fundamental importância.

Esclarecemos que, caso aceite participar da pesquisa, sua identidade será preservada. Os dados coletados nesta etapa da pesquisa serão disponibilizados posteriormente, com estimativa para o mês de junho de 2019, quando a dissertação for publicada no Repositório Institucional da UFBA.

Com nosso agradecimento,

Atenciosamente,

Fabiana de Jesus Cerqueira, mestranda em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA)

Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, professor orientador

## Roteiro de Entrevista

### Gestor SIB-UFRB

- 1- Qual a sua formação?
- 2- Há quanto tempo trabalha na UFRB?
- 3- Há quanto tempo é gestor(a) do SIB-UFRB?
- 4- O SIB-UFRB tem desenvolvido ações para dar assistência a PDV?
- 5- Existem barreiras ou dificuldades encontradas para prestar assistência a estudantes com deficiência visual?
- 6- Referente aos documentos institucionais, como Regimento e Regulamento da Biblioteca, eles abrangem questões referentes à inclusão de pessoas com deficiência visual?
- 7- Referente à compra de material bibliográfico, existe alguma política que estabeleça a compra de materiais acessíveis a pessoas com deficiência visual?
- 8- As bibliotecas do SIB-UFRB dispõem de recursos de tecnologia assistiva?
- 9- Considera que as bibliotecas do sistema têm acompanhando os marcos legais referentes à inclusão?
- 10- O que pode ser realizado para tornar as bibliotecas do SIB-UFRB mais inclusivas?



## APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR DO NÚCLEO DE POLÍTICAS DE  
INCLUSÃO (NUPI)

Prezado(a),

Vimos solicitar a colaboração de Vossa Senhoria com o desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada “A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB”, em execução no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), sob a orientação do Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. O objetivo da pesquisa é o de conhecer as condições de inclusão para pessoas com deficiência visual (PDV) nas bibliotecas da UFRB, investigando a efetividade, o efeito concreto, da produção da área da Ciência da Informação para a inclusão daqueles indivíduos.

Sua colaboração nesta pesquisa se dará por meio da entrevista, que contém sete perguntas. A participação voluntária de V.Sa. na pesquisa será de fundamental importância.

Esclarecemos que, caso aceite participar da pesquisa, sua identidade será preservada. Os dados coletados nesta etapa da pesquisa serão disponibilizados posteriormente, com estimativa para o mês de junho de 2019, quando a dissertação for publicada no Repositório Institucional da UFBA.

Com nosso agradecimento,

Atenciosamente,

Fabiana de Jesus Cerqueira, mestranda em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA)

Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, professor orientador

## Gestor do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI)

### Roteiro de Entrevista

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Há quanto tempo trabalha na UFRB?
- 3) Há quanto tempo é gestor do Núcleo de Políticas de Inclusão?
- 4) Quais as ações desenvolvidas pelo Núcleo para dar assistência a PDV?
- 5) Como as bibliotecas do SIB-UFRB tem se beneficiado com as ações do NUPI?
- 6) Existem barreiras ou dificuldades encontradas para prestar assistência a estudantes com deficiência visual?
- 7) Na sua opinião o que pode ser feito para ampliar os serviços do Núcleo no contexto das bibliotecas do SIB-UFRB?

APÊNDICE 4  
QUESTIONÁRIO BIBLIOTECÁRIOS

Bibliotecário

1. Em qual biblioteca do sistema você trabalha?

- |                           |                              |
|---------------------------|------------------------------|
| <input type="radio"/> BCA | <input type="radio"/> CETENS |
| <input type="radio"/> CFP | <input type="radio"/> CECULT |
| <input type="radio"/> CSC | <input type="radio"/> CAHL   |

2. Há quanto tempo trabalha na biblioteca?

- Até 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

3. Há quanto tempo é formado em Biblioteconomia?

- Até 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

4. Na sua percepção, como considera o planejamento da biblioteca para receber usuários na condição de deficiência visual?

- Plenamente satisfatório
- Satisfatório
- Pouco satisfatório
- Insatisfatório

5. Como considera os documentos que gerenciam a biblioteca, como o regimento e o regulamento do SIB-UFRB, no tocante à inclusão da pessoa com deficiência visual?

- Plenamente satisfatórios
- Satisfatórios
- Pouco satisfatórios
- Insatisfatórios

6. Como considera o material bibliográfico acessível (ex. materiais sonoros) que disponibiliza para estudantes com deficiência visual na biblioteca em que trabalha?

- Plenamente satisfatório
- Satisfatório
- Pouco satisfatório
- Insatisfatório

7. A tecnologia assistiva (TA) são recursos que facilitam o desempenho das atividades das pessoas com deficiência, e que proporcionam autonomia e interação com o mundo ao seu redor. Incluem desde um simples ampliador de tela, até sofisticados programas de computador. Como considera os recursos de TA disponíveis na biblioteca em que trabalha?

- Plenamente satisfatórios
- Satisfatórios
- Pouco satisfatórios
- Insatisfatórios

8. Como considera o treinamento recebido da instituição para utilizar os recursos de tecnologia assistiva que disponibiliza?

- Plenamente satisfatório
- Satisfatório
- Pouco satisfatório
- Insatisfatório

9. Como avalia a utilização dos recursos de tecnologia disponíveis em sua biblioteca?

- Plenamente satisfatória
- Satisfatória
- Pouco satisfatória
- Insatisfatória

10. Como considera o conhecimento que possui referente às leis e normas sobre inclusão e acessibilidade para Pessoa com Deficiência Visual?

- Plenamente satisfatório
- Satisfatório
- Pouco satisfatório
- Insatisfatório

11. Sabendo-se que cada usuário apresenta especificidades e que a mediação da informação para pessoas com deficiência visual apresenta desafios: como considera a forma como tem mediado a informação para pessoas com deficiência visual?

- Plenamente satisfatória
- Satisfatória
- Pouco satisfatória
- Insatisfatória

12. Para melhorar o atendimento às pessoas com deficiência visual, o que é necessário ser realizado? Numere as opções abaixo de 1 a 3, considerando 1 a maior prioridade e 3 a menor.

⋮	<input type="text"/>	Investir na capacitação de pessoal
⋮	<input type="text"/>	Investir na compra de tecnologia assistiva
⋮	<input type="text"/>	Investir em acessibilidade física

13. A identificação dos nomes dos respondentes não será divulgada. Vossa Senhoria autoriza que suas respostas sejam usadas na pesquisa de mestrado intitulada "A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB"?

- Sim
- Não

Agradecemos sua participação ao responder o questionário que faz parte da pesquisa

## APÊNDICE 5

## QUESTIONÁRIO FUNCIONÁRIOS DO ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA

Funcionário do atendimento da biblioteca

1. Em qual biblioteca do sistema você trabalha?

- |                           |                              |
|---------------------------|------------------------------|
| <input type="radio"/> BCA | <input type="radio"/> CECULT |
| <input type="radio"/> CFP | <input type="radio"/> CETENS |
| <input type="radio"/> CSC | <input type="radio"/> CAHL   |

2. Há quanto tempo trabalha na biblioteca?

- Até 2 anos
- De 2 a 5 anos
- Mais de 5 anos

3. Qual seu grau de escolaridade?

- |                                      |                                 |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| <input type="radio"/> Ensino médio   | <input type="radio"/> Mestrado  |
| <input type="radio"/> Graduação      | <input type="radio"/> Doutorado |
| <input type="radio"/> Especialização |                                 |

4. Como considera a capacitação recebida para desempenhar suas funções?

- Plenamente satisfatória
- Satisfatória
- Pouco satisfatória
- Insatisfatória

5. Como considera a capacitação recebida para atender estudantes com deficiência visual?

- Plenamente satisfatória
- Satisfatória
- Pouco satisfatória
- Insatisfatória

6. No atendimento a estudantes com deficiência visual como você se sente?

- Seguro
- Razoavelmente seguro
- Um pouco inseguro
- Totalmente inseguro

7. No atendimento a um estudante com deficiência visual, você involuntariamente ao mostrar um material bibliográfico (ex. livro.) já usou palavras como “veja” ou “olhe”?

- Sim
- Não
- Talvez sim, mas não lembro.

8. Algumas pessoas confundem deficiência visual com auditiva, por isso aumentam o tom de voz ao dirigir-se a elas, isso já aconteceu com você no balcão de atendimento?

- Sim
- Não

9. Assinale a opção que considera apropriada no atendimento ao estudante com deficiência visual que tenha um acompanhante para auxiliá-lo.

- É importante falar diretamente com o estudante
- É importante falar diretamente com o acompanhante

10. Como considera o atendimento que presta a estudantes com deficiência visual?

- Plenamente satisfatório
- Satisfatório
- Pouco satisfatório
- Insatisfatório

11. A identificação dos nomes dos respondentes não será divulgada. Vossa Senhoria autoriza que suas respostas sejam usadas na pesquisa de mestrado intitulada “A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB”?

- Sim
- Não

Agradecemos sua participação ao responder o questionário que faz parte da pesquisa

## APÊNDICE 6

### INDICADORES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

#### LEGENDA:

S: SIM

N: NÃO

P: PARCIALMENTE

N/A: NÃO SE APLICA

#### **Entorno da Biblioteca**

O acesso a biblioteca apresenta problemas com a pavimentação?

As calçadas que dão acesso à biblioteca possuem sinalização tátil?

Nas proximidades da biblioteca há sinalização visual em fonte ampliada?

Nas proximidades da biblioteca há sinalização em braile?

#### **Entrada da Biblioteca**

Na parte externa da entrada da biblioteca há desnível no piso sem rampa de acesso?

Na parte externa da entrada da biblioteca há rampas de acesso?

Na parte externa da entrada da biblioteca existem obstáculos?

Há obstáculos próximos na parte interna da entrada da biblioteca?

A porta que dá acesso à biblioteca é acessível para uma PDV?

#### **Espaços da Biblioteca**

A biblioteca possui sinalização tátil?

A comunicação dos murais está disponível em Braile?

A comunicação dos murais está disponível em fonte ampliada?

O piso da biblioteca apresenta desníveis?

A biblioteca dispõe de rota acessível que facilite o acesso a todas as áreas?

Existe sinalização nas zonas que não são acessíveis?

Os espaços estão projetados de forma a evitar desorientação de um usuário na condição de deficiência visual?



A área de circulação de pessoas possui largura mínima exigida na NBR9050/2004?

O espaço foi projetado para que pessoas que utilizam muletas andem livremente sem dificuldades?

O piso da biblioteca é considerado seguro e firme de forma a permitir que usuários circulem com segurança?

A escada da biblioteca está de acordo com a NBR9050/2004?

A iluminação da biblioteca está adequada para pessoas com baixa visão?

O espaço de leitura apresenta obstáculos quanto à circulação?